



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Ir. MARIA ODETE DE ARAÚJO MONTEIRO

**POBREZA EXTREMA NO ESPAÇO URBANO:
O CASO DOS MORADORES DE RUA DE FORTALEZA-CE, BRASIL**

**FORTALEZA
2011**

Ir. MARIA ODETE DE ARAÚJO MONTEIRO

POBREZA EXTREMA NO ESPAÇO URBANO:
O CASO DOS MORADORES DAS RUAS DE FORTALEZA, CE, BRASIL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia do Programa de Pós Graduação em Geografia do Centro de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semi-Áridas e Litorâneas.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro.

FORTALEZA
2011

M775p

Monteiro, Maria Odete de Araújo

Pobreza extrema no espaço urbano: o caso dos moradores das ruas de Fortaleza-CE, Brasil / Maria Odete de Araújo Monteiro. – Fortaleza, 2011.

121 f.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciência e Tecnologia, Programa de Pós Graduação em Geografia.

Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semi-Áridas e Litorâneas.

1. Morador de rua. 2. Paisagem. 3. Pobreza extrema. 4. Desigualdade social. 5. Territorialidade. I. Título.

CDD 304.56

Ir. MARIA ODETE DE ARAÚJO MONTEIRO

POBREZA EXTREMA NO ESPAÇO URBANO:
O CASO DOS MORADORES DAS RUAS DE FORTALEZA-CE, BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia, do Centro de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semi-Áridas e Litorâneas.

Data da Aprovação: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Prof^a. Phd. Maria Neyára de Oliveira Araújo
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof^a. Dr^a. Luzia Neide M. T. Coriolano
Universidade Estadual do Ceará – UECE

AGRADECIMENTOS

A construção de algo é um ato coletivo. Sob essa perspectiva, a construção dessa pesquisa só foi possível com a ajuda de muitas pessoas que, direta ou indiretamente, colaboram comigo. A todos os que participaram e compartilharam deste tempo, o meu muito obrigado. Assim, agradeço especialmente:

A Deus, que me chamou à vida e me concedeu a graça de servi-lo como Religiosa da Sagrada Face.

Ao meu orientador, professor Dr. Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro, pelas valiosas contribuições intelectuais dadas na elaboração da pesquisa. Agradeço, sobretudo, a sensibilidade, a generosidade e a disponibilidade nestes dois anos de trabalho conjunto. A você, professor, meu singelo agradecimento.

Aos meus pais (João Batista e Maria Socorro), que me educaram com amor e fizeram todos os esforços possíveis para viabilizar meus estudos desde as séries iniciais. Às minhas duas irmãs (Cássia e Patrícia), que são presenças constantes em todos os momentos significativos da minha vida. E à minha sobrinha (Clarinha), meu pequeno raio de sol.

À Congregação das Religiosas da Sagrada Face, na pessoa de Madre Annalisa Galli, por me possibilitar a continuidade dos estudos, pela confiança em mim depositada, pelo incentivo e apoio nestes anos que vão muito além desses dois anos de mestrado.

A cada religiosa e formanda da Congregação, que contribuíram de forma afetiva e efetiva, com a realização desta pesquisa. De modo particular às que fazem a Comunidade Betânia e Comunidade do Noviciado, em Fortaleza.

Aos que constroem e fazem a Academia:

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP, que, com o apoio financeiro, por meio da bolsa de estudo, viabilizou significativamente a realização da pesquisa.

À professora Dra. Maria Lúcia Brito da Cruz, pelas contribuições dadas em sala de aula para a confecção dos cartogramas contidos neste trabalho e pela possibilidade, a mim ofertada, de realizar o treinamento na área de geoprocessamento, ferramentas fundamentais para a elaboração dos mapas.

À professora Dra. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano, que colaborou com a base teórica da geografia para a construção deste trabalho.

À Professora Dra. Maria Neyára de Oliveira Araújo, pela gentileza em se dispor a dar as suas preciosas contribuições na banca de qualificação desta pesquisa e por fazer parte da banca de defesa desta dissertação.

À professora Dra. Zenilde Baima Amora, que desde a época da graduação sempre se mostrou disponível a dar contribuições significativas à temática.

Ao mestrando Lindemberg, pelas dicas dadas no treinamento de georreferenciamento.

Às secretárias do Programa de pós-graduação, Lucia e Júlia, que com generosidade e disponibilidade sempre se dispuseram, quando solicitadas, a atender minhas necessidades acadêmicas.

À Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará – SEPLAN, pela disponibilização de dados necessários ao desenvolvimento da pesquisa.

Às Instituições de Acolhimento, na pessoa de seus respectivos coordenadores e assistentes sociais, que me abriram as portas da instituição e se dispuseram a fornecer informações fundamentais para a construção deste trabalho.

O meu especial agradecimento a todos e a cada um dos entrevistados que compartilharam suas histórias de vida, seus dramas e suas esperanças. A vocês, sou profundamente grata.

À amiga-irmã, Michelle. Por ser sempre alguém com quem posso contar e partilhar as alegrias e inquietações da minha vida acadêmica e pessoal.

Aos colegas da geografia, especialmente Leila, Losângela, Helaine, Kinsley e Iaponan, pelo apoio, pela troca de experiências e pela escuta na partilha das alegrias e dificuldades enfrentadas durante o mestrado.

*Aos pobres que se alimentam da
esperança de ver já aqui, um novo
céu e uma nova terra, onde habite a
justiça.*

RESUMO

O Ceará, em 2010, tinha 908 mil pessoas em situação de pobreza extrema, índice 37% maior que em 2009. Para a cidade de Fortaleza, os dados confirmam que há 8.500 pessoas ganhando menos de UD\$37.00/mês. Muitas dessas pessoas vivem nas ruas. Nos últimos três anos, o número de moradores de rua na cidade de Fortaleza cresceu seis vezes. Embora se saiba ter havido tal crescimento, não se tem um número exato da quantidade de pessoas que hoje vivem nas ruas da cidade. Mas quem são e onde estão os moradores de rua da cidade de Fortaleza? De onde vêm? Onde dormem? Qual o caminho percorrido pelos moradores de rua depois de deixarem seus lares? Esta pesquisa tem como objetivo compreender a dinâmica dos moradores das ruas de Fortaleza, considerando desde o modo como vivem nas ruas até alcançarem a condição do abrigo institucional. Para atingir os objetivos, realizamos pesquisa documental e bibliográfica; identificação das instituições de acolhimento onde foram realizadas as entrevistas; análise e transcrição dos dados. Os resultados da pesquisa demonstram que as famílias de origem dos moradores de rua são monoparentais, com baixo índice de escolaridade. É alarmante o número de adolescentes que se encontram nas ruas devido a ameaças em suas comunidades por causa de dívidas de drogas com os traficantes. O uso das drogas e do álcool são dois aspectos que permeiam o modo de vida nas ruas. A rotina dos moradores de rua também é intercalada pelo trabalho, ainda que este trabalho seja precário.

Palavras-chave: morador de rua, paisagem, pobreza extrema, desigualdade social, territorialidade.

ABSTRACT

Ceará, in 2010, had 908 000 people in extreme poverty, a rate 37% higher than in 2009. For the city of Fortaleza, the data confirm that there are 8.500 people earning less than U\$37.00/month. Many of these people living on the streets. In the last three years, the number of homeless in the city of Fortaleza has grown six times. Although it is known that there was such growth, does not have an exact count of the number of people now living on the streets. But who and where are the homeless of the city of Fortaleza? Where do they come from? Where do they sleep? What is the path taken by homeless after leaving their homes? This research aims to understand the dynamics of the residents of the streets of Fortaleza, considering how long they live on the streets until they reach the condition of the shelter building. To achieve the objectives, conduct archival research and literature, identification of the host institutions where the interviews were conducted, analysis and data transcription. The survey results show that the families of origin of homeless people are single parents with low education. The use of drugs and alcohol are two aspects that permeate the way of life on the streets. It is alarming number of teenagers threatened in their communities because of debts to drug traffickers. The data suggest that residents prefer to wander the streets of most urban areas and dynamic city. Thus, the landscape where the residents are present features of the streets of the wealth, viewed in the construction of high economic standard, good infrastructure services and urban. In these areas, residents of streets classified as territorialities build flexible. Such territoriality are constructed in / by the movement of your daily routine in order to survive.

Keywords: Homeless, landscape, extreme poverty, social inequality, territoriality.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Região Metropolitana de Fortaleza, PIB, População, PIB per capita..	27
Tabela 2	Distribuição da população em classes econômicas, Região Metropolitana de Fortaleza/Brasil, segundo os critérios de classificação Econômica do Brasil, 2003, 2009, 2010, 2011.....	29
Tabela 3	Motivos que os levaram à Instituição de Acolhimento de Fortaleza, CE, Brasil.....	70
Tabela 4	Origem de nascimento dos moradores de rua da cidade de Fortaleza, CE, Brasil.....	76
Tabela 5	Tempo de permanência nas ruas de Fortaleza, CE, Brasil.....	83
Tabela 6	Tempo de permanência nas Instituições de Acolhimento da cidade de Fortaleza, CE, Brasil.....	100

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Localização de Fortaleza em relação ao estado do Ceará.....	25
FIGURA 2	Índice de Desenvolvimento Humano de Fortaleza.....	36
FIGURA 3	Localização espacial dos abrigos.....	41
FIGURA 4	Praia do Meireles. Fortaleza, CE, Brasil.....	47
FIGURA 5	Morador de rua na Av. Beira-Mar. Fortaleza, CE, Brasil.....	48
FIGURA 6	Morador de rua na soleira da porta na Av. Abolição, Meireles. Fortaleza, CE, Brasil.....	49
FIGURA 7	Morador de rua dormindo no interior do caixa rápido do Bradesco, Localizado na Avenida beira-mar. Fortaleza, CE, Brasil.....	50
FIGURA 8	Morador de rua em busca de resíduos sólidos na Avenida Beira-Mar, bairro Meireles. Fortaleza, CE, Brasil.....	51
FIGURA 9	Territorialidade diurna dos moradores de rua do centro da cidade. Fortaleza, CE, Brasil.....	57
FIGURA 10	Demarcação do território no centro da cidade de Fortaleza, CE, Brasil.....	58
FIGURA 11	Territorialidade diurna dos moradores de rua no Bairro do Benfica. Fortaleza, CE, Brasil.....	59
FIGURA 12	Territorialidade diurna dos moradores de rua do Bairro Montese. Fortaleza, CE, Brasil.....	60
FIGURA 13	Territorialidade diurna dos moradores de rua do Bairro Parangaba. Fortaleza, CE, Brasil.....	61
FIGURA 14	Territorialidade noturna dos moradores de rua do Centro da Cidade de Fortaleza, CE, Brasil.....	62
FIGURA 15	Territorialidade noturna dos moradores de rua da Avenida Beira-Mar, Fortaleza, CE, Brasil.....	63
FIGURA 16	Moradores de rua e o carrinho da feira nas imediações da Avenida Beira-Mar. Fortaleza, CE, Brasil.....	64
FIGURA 17	Territorialidade noturna dos moradores de rua nas imediações do Centro Cultural Dragão do Mar, Fortaleza, CE, Brasil.....	65
FIGURA 18	Territorialidade noturna dos moradores de rua do Centro da cidade de Fortaleza, CE, Brasil.....	66
FIGURA 19	Territorialidade noturna dos moradores de rua do Centro da cidade de Fortaleza, CE, Brasil.....	67
FIGURA 20	Rotina esquemática dos moradores de rua na cercania do centro da cidade. Fortaleza, CE, Brasil.....	74
FIGURA 21	Fluxo das origens dos moradores de rua não naturais de Fortaleza.....	77
FIGURA 22	Família moradora da rua que exerce a atividade de catação de resíduos sólidos na Praia de Iracema. Fortaleza, CE, Brasil.....	79
FIGURA 23	Moradores de rua que exerce a atividade de catação de resíduos sólidos na Praia de Iracema. Fortaleza, CE, Brasil.....	79
FIGURA 24	Atividade circense como modo de obtenção de recursos financeiros. Fortaleza, CE, Brasil.....	81
FIGURA 25	Adolescente dormindo em sua “cama de cimento”, nas	

	imediações da Praia de Iracema. Fortaleza, CE, Brasil.....	90
FIGURA 26	Adolescentes dormindo nas barracas da Avenida Beira-Mar. Fortaleza, CE, Brasil.....	91
FIGURA 27	Ser humano dormindo aos “nossos” pés na Avenida Beira-Mar. Fortaleza, CE, Brasil.....	92
FIGURA 28	Adolescente dormindo no chão na calçada dos hotéis da Avenida Beira-Mar, no Meireles. Fortaleza, CE, Brasil.....	93
FIGURA 29	Modelo esquemático do percurso dos moradores das ruas em situação de Acolhimento Institucional.....	101
GRÁFICO 1	Perdas & ganhos na rua.....	84

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEP	Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNCI	Coordenadoria da Criança e do Adolescente
HABITAFOR	Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LEP	Laboratório de Estudos da Pobreza
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAMEN	Pastoral do Menor
PDE	Políticas de desenvolvimento Econômico
PIB	Produto Interno Bruto
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SDTS	Secretaria de Desenvolvimento, trabalho e Ação Social
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SER	Secretaria Executiva Regional
SGD	Sistema de Garantias de Direitos
STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USD	United States Dollar

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	14
APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO.....	17
1 A FACE DA POBREZA EXTREMA	20
1.1 CONHECENDO OS PLANOS DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL: ALCANCES E LIMITES.....	20
1.2 A POBREZA EXTREMA NO CEARÁ: O FOCO EM FORTALEZA	22
1.3 DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS EM FORTALEZA.....	29
1.4 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA METRÓPOLE	34
2 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	39
2.1 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL.....	40
2.2 DESCRIÇÃO DO CAMPO OU OBJETO EMPÍRICO	40
2.3 A SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES, OBJETIVOS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	43
3 PAISAGEM DA POBREZA EXTREMA EM FORTALEZA.....	45
3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS MORADORES DAS RUAS DA CIDADE DE FORTALEZA	46
3.2 OS MORADORES DE RUA NA PAISAGEM URBANA DE FORTALEZA	48
4 TERRITORIALIDADE DOS MORADORES DE RUA DE FORTALEZA.....	54
4.1 CONSTRUINDO A TERRITORIALIDADE DIURNA DOS MORADORES DAS RUAS DE FORTALEZA.....	54
4.2 AS TERRITORIALIDADES NOTURNAS DOS MORADORES DE RUA DE FORTALEZA	63
5 GÊNERO DE VIDA DOS MORADORES DE RUA DE FORTALEZA.....	70
5.1 O AMBIENTE FAMILIAR	70
5.2 A RUA.....	73
5.2.1 Perambulando	76
5.2.2 O trabalho	79
5.2.3 O uso das drogas	82
5.2.4 O perigo nas ruas, a violência em foco	87
5.2.4 Pernoitando na rua	90
5.2.5 O banhar-se	94
5.2.6 Alimentar-se	95
5.3 A INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO.....	97
5.3.1 Situando-se	97
5.3.2 Entrando no campo do Acolhimento Institucional	99
5.3.3 Os desafios	99
CONCLUSÕES.....	104
REFERÊNCIAS	106
GLOSSÁRIO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
APÊNDICES.....	110
ANEXOS	3

APRESENTAÇÃO

Penso que toda pesquisa começa quando nos deixamos tocar por um fato que nos cerca.

A passos largos corriam os dias do ano de 2006... Estava cursando o último semestre da graduação no Curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará. Naquele semestre, cursava a disciplina de Teoria e Prática em Pesquisa, quando nos foi proposta, como encerramento da disciplina, a elaboração de um projeto de pesquisa com tema livre.

Lembro-me da dificuldade que sentia em decidir sobre o que me propor a pesquisar. Não havia encontrado nenhuma temática com a qual me identificasse e que julgasse significativa.

Essa incerteza me acompanhou por quase dois meses. Costumava passar pela Praça do Ferreira, no Centro da Cidade de Fortaleza. Em uma dessas tardes, ao passar pela praça, percebi a ausência de um som que outrora se misturava a outros inúmeros sons presentes ali.

“Uma esmolinha pro ‘ceguim’, pelo amor de Deus!”, e balançava as moedas dentro de um copo de alumínio. Era um senhor, aparentando 50 anos, portador de deficiência física, que, quase totalmente de bruços, ao sol, pedia esmola aos transeuntes daquela praça. Lembrei-me da paisagem formada também por movimentos e sons.

A percepção da ausência abriu-me a possibilidade para a temática da pesquisa. Tal temática ganhou mais força e espaço em meu interior quando assisti a um filme intitulado “O Anel de Tucum”. O enredo do filme, permeado pela busca da justiça e pelo compromisso com os pobres, me marcou profundamente.

Pois bem, temática escolhida, projeto elaborado, disciplina concluída e graduação finalizada. O projeto de pesquisa ficou guardado no fundo da gaveta por 4 anos, até que me foi ofertada a possibilidade de continuar meus estudos.

Sem saber da oferta que me havia sido feita, uma das religiosas de minha comunidade me deu de presente um livro intitulado “Cama de Cimento” e disse-me: lembrei de você quando vi este livro. Tal livro relatava a vida dos moradores das ruas de São Paulo. Percebi que, de algum modo, a temática da pesquisa e eu estávamos profundamente ligadas.

No entanto, durante esse intervalo de tempo, a temática ora pesquisada não deixou de correr em minhas veias.

A participação na pastoral do menor viabilizou contato com a pastoral do povo da rua, da qual, por um período de seis meses, anteriores à pesquisa, pude participar. Durante as visitas à rua, com eles e no meio deles, pude contemplá-los e escutá-los... Relatos cotidianos, histórias de seus passados, alegrias, dores... Um misto de descrença e esperanças! Quantas vezes escutei “Não esqueça da gente, não!”. Frase que em mim cala como denúncia e apelo... Um desejo de ser considerado ser humano.

A pesquisa que ora realizo é fruto de quase dois anos de árduo e longo empenho, seja físico, mental ou emocional. Empenho físico porque não foram raras as vezes que as leituras e a elaboração da redação final adentraram a madrugada. Racional porque nem sempre me foi fácil associar teoria e empírico em um diálogo de fluxo contínuo. E, por fim, empenho emocional para manter-me serena diante de uma temática que a todo instante me deixava frente a frente com minhas limitações humanas. Este foi um grande desafio pessoal: despir-me dos pré-conceitos... Não sei se consegui de todo superá-los. Anima-me saber que estamos sempre a caminho.

Contudo, posso dizer que essa produção acadêmica, embora imperfeita, está intimamente ligada à minha opção pelos pobres.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país rico e pobre, cheio de contradições. Enquanto o Bradesco, o maior dos bancos privados do país, teve um lucro líquido de 10 bilhões e 22 milhões de reais em 2010, 25,1% maior do que no ano de 2009, brasileiros continuam desempregados, sem teto, e lhes falta segurança alimentar.

O Ceará, em 2010, tinha 908 mil pessoas em situação de pobreza extrema, índice 37% maior que em 2009. De acordo com estudos do Laboratório de Estudos da Pobreza – LEP¹ sobre o custo para a erradicação da pobreza no Ceará, seria necessário, em um período de 18 anos, o montante de 280 milhões de reais. Isso equivale a 0,1% do lucro alcançado pelo Bradesco.

A pobreza é uma realidade multidimensional e complexa, que em países pobres apresenta sua face mais cruel: a pobreza extrema. Desde o primeiro semestre de 2011, ficou definido quem são os extremamente pobres em nosso país. Tal definição estabelece uma linha de pobreza extrema, critério básico para as ações do Plano Brasil sem Miséria, do Governo Federal.

Assim, são considerados extremamente pobres aqueles cuja renda familiar *per capita* não ultrapassa R\$ 70,00 reais/mês, ou seja, USD 37,00² (trinta e sete dólares americanos)/mês.

Em se tratando do estado do Ceará, este, em 2010, contava com quase um milhão de pessoas vivendo na pobreza extrema (extrema indigência), o equivalente a 10,6% da população residente no Estado, sendo o terceiro no *ranking* dos estados com maior número de pessoas vivendo na pobreza extrema e o quarto estado com maior proporção de indivíduos vivendo em extrema pobreza – proporção de pobres³ – entre os estados federativos brasileiros, ficando atrás somente dos Estados de Alagoas, Maranhão e Pernambuco, respectivamente.

¹ O Laboratório de Estudos da Pobreza é um centro de pesquisa instalado no Curso de Pós-Graduação em economia (CAEN), da Universidade federal do Ceará.

² Considera a cotação cambial de 1.89. Esta cotação é válida para todos os valores em dólar utilizado nesta pesquisa.

³ É a relação entre o número de pessoas consideradas extremamente pobres (pessoas com renda abaixo da linha de pobreza adotada) divididas pelo total da população.

De acordo com o relatório de pesquisa nº 8, do Laboratório de Estudos da Pobreza – LEP, o número de pessoas extremamente pobres vinha diminuindo ao longo dos anos, chegando ao patamar mínimo em 2008, com percentual de 660 mil, mas voltou a subir em 2009, ápice da crise econômica.

Nesse contexto de pobreza e desigualdade, Fortaleza se apresenta como uma das quatro cidades mais desiguais do Brasil, sendo antecedida por Goiânia, Brasília e Belo Horizonte, respectivamente (UNHABITAT, 2010).

Os moradores de rua das grandes e médias cidades brasileiras configuram-se como parte integrante da paisagem, construindo suas territorialidades em áreas mais urbanizadas e dinâmicas da cidade de Fortaleza.

Estes, alheios ao contexto em que se inserem, sofrem na pele o desenrolar de sua história, marcada pela negação do exercício de sua cidadania e pela negação da acessibilidade aos meios necessários a uma vida digna. É, de fato, um itinerário de perdas! (ARAÚJO, 1996).

Em Fortaleza, tem se identificado mudança, no sentido da mobilidade espacial ainda mais intensa nos últimos anos, associada a um acréscimo no número de pessoas que se inserem nesse contexto da rua.

De acordo com a Secretaria Municipal de Assistência Social de Fortaleza, o número de moradores de rua cresceu seis vezes na Capital nos últimos três anos. Ou seja, em 2008, eram acompanhados pelos serviços de atendimento à população de rua, cerca de 235 pessoas (adultos acima de 18 anos). Em 2011, o número subiu para 1.688 pessoas.

Situação que suscita vários questionamentos que se tornaram norteadores para a nossa pesquisa, quais sejam: Quem são e onde estão os moradores de rua da Cidade de Fortaleza? De onde vêm? Onde dormem? Qual o caminho percorrido pelos moradores de rua depois de deixarem seus lares?

Para tanto, partimos da premissa de que os moradores de rua na cidade de Fortaleza encontram-se em áreas mais urbanizadas e dinâmicas da Cidade.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a dinâmica dos moradores das ruas de Fortaleza, considerando desde o modo como vivem nas ruas até alcançarem a condição do abrigo institucional.

Procuramos conhecer a pobreza extrema na cidade de Fortaleza; caracterizar a paisagem das áreas ocupadas pelos moradores das ruas, por meio do registro fotográfico na perspectiva da antropologia da imagem; analisar as territorialidades construídas pelos moradores de rua em suas diferentes temporalidades; compreender o gênero de vida dos moradores de rua da cidade de Fortaleza, suas práticas cotidianas e conhecer o percurso por eles realizado desde o momento em que saem de casa até chegarem à condição do acolhimento institucional.

Para atingir tais objetivos, inicialmente realizamos uma pesquisa documental com consultas a informações em órgãos relacionados à temática da pesquisa (Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS e Secretaria de desenvolvimento, trabalho e Ação Social – SDTS); fizemos a revisão bibliográfica acerca de alguns conceitos – pobreza, paisagem, territorialidade e modo de vida – e sobre o que há na literatura sobre a temática em estudo; definição e identificação das instituições de acolhimento onde foram realizadas as entrevistas; análise e transcrição dos dados; e, por fim, a elaboração do texto final. Tais procedimentos foram detalhados no corpo do texto.

A dissertação está dividida em cinco partes. Na primeira, teceremos algumas considerações sobre os planos de erradicação da pobreza extrema no Brasil, buscando apreender alguns aspectos que nos possibilitem conhecer a pobreza extrema na cidade de Fortaleza. Na segunda parte, foram explicados os procedimentos de pesquisa, as dificuldades encontradas e as limitações a serem superadas para pesquisas posteriores. Na terceira parte, descrevemos a paisagem das áreas ocupadas pelos moradores das ruas de Fortaleza. Na quarta parte, abordamos as territorialidades construídas pelos moradores de rua em suas diferentes temporalidades. E, por fim, na quinta parte, discorremos sobre o gênero de vida dos moradores de rua da cidade de Fortaleza.

1 A FACE DA POBREZA EXTREMA

A pobreza extrema tem peculiaridades sobre as quais é preciso refletir. Nesta pesquisa, consideramos pobreza extrema segundo os parâmetros de mensuração definidos pelo Governo Federal, ou seja, renda familiar *per capita*⁴ mensal de até USD 37,00 (trinta e sete dólares americanos).

Teceremos considerações sobre os Planos de Erradicação da Pobreza extrema no Brasil, buscando apreender aspectos que possibilitem compreender a pobreza extrema na cidade de Fortaleza.

1.1 Conhecendo os Planos de Erradicação da Pobreza no Brasil: alcances e limites

Pobreza extrema é um tema que, ao longo dos últimos oito anos, vem sendo bastante enfatizado, em especial no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, quando ganha novo vigor.

No Brasil, as Políticas de Desenvolvimento Econômico (PDE) voltadas para a eliminação da pobreza são materializadas nos Programas Bolsa Família (2003), Próximo Passo (2008), Brasil Alfabetizado (2003), Primeiro Emprego (2000), ProJovem (2005), entre outros. O Bolsa Família pretende ser um programa de transferência de renda e foi incorporado ao Plano Brasil Sem Miséria, no governo atual de Dilma Rousseff. Este prevê, até 2013, o incremento de 800 mil novos beneficiados e o aumento do limite de beneficiados por família, de três para cinco pessoas. A crítica a esses planos é que, embora existam ações complementares objetivando a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, estas ações não se efetivam, o que faz com que os Planos morram no assistencialismo.

⁴ É a soma de todos os rendimentos recebidos no mês por aqueles que compõem a família, dividido pelo número de integrantes da família.

De acordo com as Políticas de Desenvolvimento Econômico, a eliminação da pobreza é viabilizada com a inserção dos extremamente pobres no mercado, com a melhoria da educação, possibilitando a ocupação no trabalho formal ou em pequenos negócios.

A atual presidenta⁵, no início de seu discurso de posse no Congresso Nacional, assumiu como um de seus compromissos supremos a proteção aos mais frágeis e incluiu a “extinção da pobreza extrema no País” como um dos principais desafios de seu governo. “[...] Meu compromisso supremo eu reitero: é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos. [...] a luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos” (ROUSSEFF, 2011).

Para cumprir esta promessa, o Governo Federal lançou, no dia 2 de junho de 2011, o Plano Brasil sem Miséria (2011), que abrangerá 8,6% da população brasileira, ou seja, cerca de 16,2 milhões de pessoas que ganham menos de R\$70,00/mês, o que equivale a 37.00/mês dólares americanos (cotação 1.89). Para isso, a estimativa é que o custo para a execução do programa fique em torno de 20 bilhões de reais ao ano, ou seja, aproximadamente UD\$ 10,6 milhões.

Para determinação da linha de extrema pobreza⁶, é considerado o índice usado pelas Nações Unidas para o cumprimento das Metas do Milênio (US\$ 1,25 ao dia), a faixa de extrema pobreza utilizada pelo Programa Bolsa Família e a renda necessária para o consumo de alimentos.

O Plano está alicerçado em três eixos, a saber: Garantia de Renda, acesso a serviços públicos e Inclusão Produtiva, objetivando o aumento da renda *per capita* e das condições de bem-estar.

⁵ Referência a Dilma Rousseff, que tomou posse como presidenta do Brasil em 2011.

⁶ Linha de pobreza extrema é o patamar monetário mínimo associado ao custo de atendimento médio das necessidades nutricionais de um indivíduo. Cf. ROCHA, 2003.

O eixo da garantia de renda está fundamentado na ampliação do Bolsa Família mediante a inclusão de novas famílias e o aumento do número de beneficiados pertencentes a uma mesma família. Quanto ao acesso aos serviços públicos, prevê a ampliação da oferta desses serviços (Anexo A) nas áreas prioritárias do mapa da pobreza. Já o eixo da inclusão produtiva está dividido em dois segmentos, o rural e o urbano. Para cada segmento há estratégias diferenciadas (Anexo B) cujos objetivos são aumentar a renda no campo e gerar ocupação e renda na cidade.

O alcance das medidas previstas no Plano Brasil Sem Miséria em relação aos moradores de rua é inexistente e apresenta-se como grande desafio. A participação nesse plano e em todas as outras ações complementares⁷ contidas no referido Plano Brasil sem Miséria está condicionada à inscrição no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal. Isso significa dizer que aqueles que não estão inscritos nesse Cadastro Único estão fora do alcance das ações complementares. Salientamos que, para efetuar a inscrição no Cadastro Único, é preciso estar inserido nos critérios estabelecidos pelo Governo Federal. Os moradores de rua não se inserem no perfil definido pelo Governo Federal, configurando-se, no Plano Brasil sem Miséria, como grupo diferenciado em vista de seu modo de vida.

Assim, dentro do eixo de acesso ao serviço público, há uma proposta de apoio para a população em situação de rua, embora não se especifique como se dará esse apoio e nem estejam definidas ou mencionadas as estratégias de ação para a sua efetivação.

Os maiores índices de população em extrema pobreza encontram-se nas Regiões Norte e Nordeste do País, com 16,8% e 18,1% respectivamente. De cada cem brasileiros na extrema pobreza, 75 moram em uma dessas duas regiões.

1.2 A pobreza extrema no Ceará: o foco em Fortaleza

⁷ Refere-se a ações auxiliares que integram o Plano Brasil sem Miséria, tais como: emissão de documentos, microcréditos entre outros.

O Estado do Ceará conta com população de 8.180.087 (CENSO, 2010) de habitantes e participa com menos de 2% no PIB⁸ nacional e 15% no PIB Nordestino. Em relação aos demais Estados Federativos, o Ceará ocupa a 22ª colocação no Índice de Desenvolvimento Humano⁹ (IDH) e expectativa de vida e encontra-se na 23ª em relação à renda *per capita* (ODM_CEARÁ, 2010, p. 01).

Sabe-se que o país é composto por 26 estados e o Distrito Federal. Desta feita, embora o Estado do Ceará venha se destacando economicamente ao longo dos últimos anos, ainda não se encontra em uma colocação dita significativa.

A reestruturação socioeconômica pela qual passou o Ceará não foi suficiente para mudar o quadro de miséria do Estado. Essa reestruturação deu-se tanto no campo, com a decadência da agricultura tradicional e a inserção de novos produtos na pauta de importação, quanto na cidade, com o desenvolvimento de atividades voltadas ao lazer e ao turismo (COSTA, 2009, p. 141).

Em pesquisa realizada em 2009, o Laboratório de Estudos da Pobreza constatou que no Estado do Ceará havia 908 mil pessoas vivendo com menos de 1\8 do salário mínimo, que à época era de R\$ 485,00 (UD\$ 257.00). O que significa dizer que 10,6% da população residente no Estado do Ceará tenta sobreviver com uma renda familiar *per capita* mensal de até R\$ 58,00 (UD\$ 31.00/mês).

Desse modo, o Ceará possui a quarta maior proporção de pessoas em extrema pobreza entre os Estados Federativos da União, sendo precedido pelos Estados de Alagoas (14,8%), Maranhão (13,87%) e Pernambuco (11%).

⁸ O Produto Interno Bruto é um indicador que demonstram a realidade econômica de um país ou de uma região. É a mensuração de todos os bens e serviços, ou seja, de toda a riqueza produzida.

⁹ É um índice que serve de comparação entre os países, com objetivo de medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população. Esse índice é calculado com base em dados econômicos e sociais. O IDH vai de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o país. Este índice também é usado para apurar o desenvolvimento de cidades, estados e regiões. No cálculo do IDH, são computados os seguintes fatores: educação (anos médios de estudos), longevidade (expectativa de vida da população) e Produto Interno Bruto *per capita*.

Para assimilarmos a real dimensão desse *status* miserável em que se encontra o Ceará, note-se que a região nordeste possui 10,7%, e o Brasil, 5,2% dos indivíduos vivendo em condições de extrema pobreza. Se compararmos com outros Estados, como São Paulo, Distrito Federal e Santa Catarina, verificamos a discrepância existente entre eles e o Ceará, já que os referidos Estados possuem 2,17%, 2,46% e 1,59%, respectivamente, dos habitantes vivendo em situação de extrema pobreza.

A cidade de Fortaleza possui histórico recente se comparada às outras capitais do Nordeste, pois até o ano de 1799, data em que o Estado do Ceará foi desmembrado da província de Pernambuco, ao qual era subordinado, Fortaleza não possui nenhuma expressividade econômica, ocupando o terceiro nível entre as vilas do Estado do Ceará, na ordem de importância da configuração urbana do século XVIII. (COSTA, 2007. p. 53).

Um ano após a independência do Brasil, em 1823, por ordem do Imperador Dom Pedro I, todas as vilas¹⁰ que eram capitais de província foram elevadas à categoria de cidade¹¹. Assim, Fortaleza, vila desde 1726, passou à categoria de cidade. A independência jurisdicional em relação a Pernambuco, associada à abertura dos portos às nações amigas, reúne condições favoráveis para tratar das fragilidades da Capital em relação às cidades do interior do Estado e às outras capitais nordestinas, especialmente Recife.

Até então, Fortaleza apresentava-se isolada em relação às outras cidades do Estado e do Nordeste. A produção do Estado era transportada pelas vias de penetração no interior do Estado e escoada pelos portos de Aracati, Acarau e Camocim.

Com a guerra civil americana, ocasionando a crise no abastecimento internacional de algodão e a abertura para o mar, Fortaleza viu-se beneficiada, passando a escoar a produção de algodão diretamente para a Inglaterra. Assim, à medida que o seu porto passou a adquirir importância, a cidade de Fortaleza passou a dominar as regiões produtoras de algodão (DANTAS, 2009).

¹⁰ Aglomerado populacional de tamanho intermédio entre a aldeia e a cidade, dotado de uma economia em que o setor terciário (comércio e serviços) tem uma importância relevante.

¹¹ Qualquer comunidade urbana caracterizada como sede de município, independentemente de seu número de habitantes.

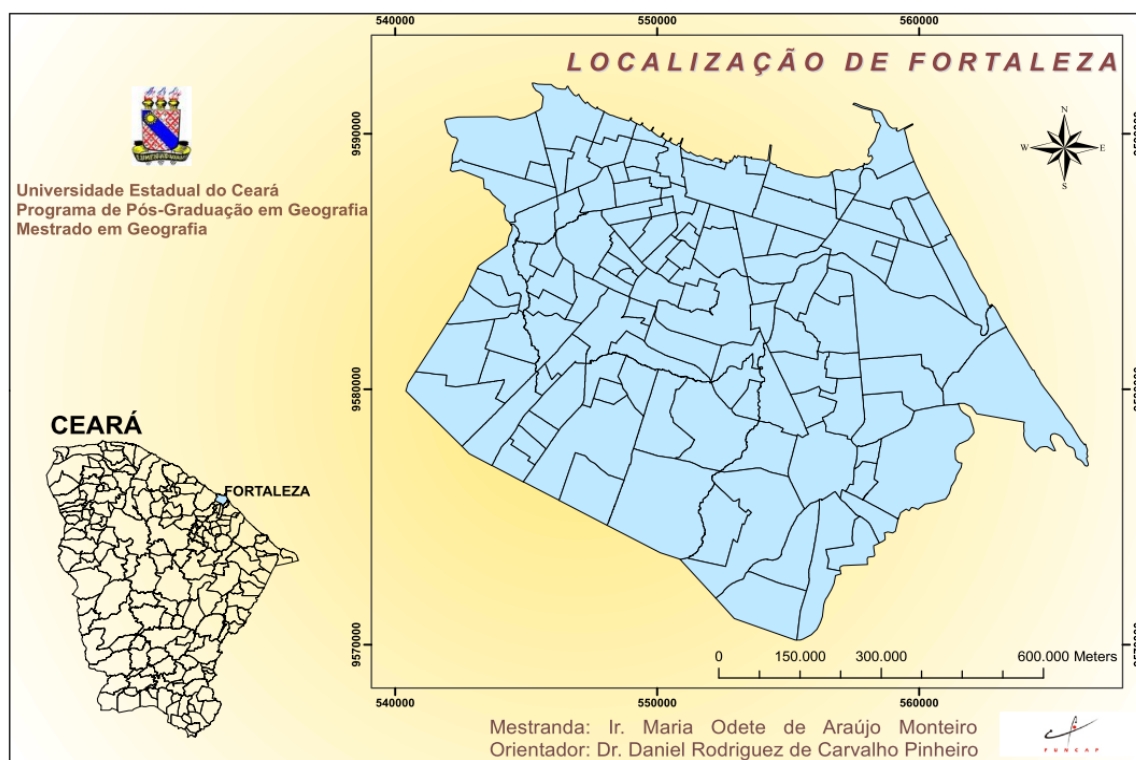
De acordo com Lemenhe (1991), para compreendermos a hegemonia de Fortaleza, deve-se levar em conta a constituição do capitalismo mercantil e industrial no qual se inseriu o Ceará. Assim, as cidades brasileiras e, portanto, também a cidade de Fortaleza seguiram uma trajetória que vai da condição de núcleo urbano, associado à posse do território, a áreas intermediárias entre as zonas de produção e o mercado internacional.

Para chegar ao *status* atual, Fortaleza utilizou-se de todos os recursos disponíveis para ampliar sua influência em detrimento das cidades mais influentes do Estado do Ceará à época colonial. Por ser capital, beneficia-se com os investimentos públicos, ordena as tarifas alfandegárias e investe em linhas férreas (DANTAS, 2009; COSTA, 2005).

Portanto, a navegação a vapor e o transporte férreo tiveram papel fundamental na consolidação da cidade de Fortaleza como centro urbano de destaque no Estado. Antes de chegar ao término do século XIX, Fortaleza ultrapassou a cifra das cidades com mais de 2 milhões de habitantes (BERNAL, 2004, p. 150).

Nesse processo, a cidade de Fortaleza alcançou a condição de Metrópole, exercendo influência sobre médios e pequenos centros estaduais. A figura 1 mostra a localização da Cidade de Fortaleza em relação ao Estado do Ceará.

Figura 1. Localização de Fortaleza em relação ao Estado do Ceará



Fonte: IBGE

Elaboração: Maria Odete de Araújo Monteiro e Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro

Segundo o censo IBGE 2010, a cidade de Fortaleza, com 2.452.185 de habitantes, é a quinta capital do país em termos populacionais, ficando atrás das capitais dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Distrito Federal, respectivamente.

Economicamente, Fortaleza destaca-se pela atividade comercial e de serviços, caracterizando-se como uma cidade essencialmente terciária, com destaque para o turismo e o entretenimento, tendência apresentada mundialmente pelas economias metropolitanas.

De acordo com (CASTELLS, 1999), essa terceirização foi viabilizada pela informalização das economias capitalistas e a reestruturação produtiva que datam de 1970, apresentando mudanças significativas no mercado de trabalho e na estrutura do emprego.

Estudos do Observatório das Metrôpoles¹² demonstram que, para a cidade de Fortaleza, o crescimento mais significativo do terciário ocorre nos serviços de comércio ambulante, hospedagem e alimentação, serviços de administração, limpeza e vigilância e serviços técnico-profissionais e de incorporação de imóveis, vinculados exatamente ao turismo, aos negócios imobiliários e ao chamado setor informal, onde cresce a participação de vendedores ambulantes e biscateiros.

A expansão de Fortaleza foi de tal modo expressivo que podemos verificar a macrocefalia¹³ em relação aos municípios que compõem sua Região Metropolitana (RMF)¹⁴. De acordo com a Constituição Federal de 1988, Art. 25, § 3º, as Regiões Metropolitanas são “constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”.

A Região metropolitana de Fortaleza é formada por treze municípios (ANEXO C). Inicia-se com os municípios de Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz. Depois de emancipados, foram incorporados os municípios de Eusébio, Guaiúba, Itaitinga e Maracanaú, seguidos dos municípios de Horizonte, Pacajús, Chorozinho e São Gonçalo do Amarante.

A Região Metropolitana de Fortaleza possui, segundo o censo IBGE 2010, população de 3.530,942 de habitantes. Destes, 69,44 % estão na cidade de Fortaleza. É representativo o contingente populacional dos municípios de Caucaia, Maracanaú e Maranguape, com percentual de 9,21%, 5,92% e 3,21% da população da região, respectivamente. Somados, esses quatro municípios respondem por 87,78% do contingente populacional da RMF.

A partir dos anos 1960, intensificaram-se, no Estado do Ceará, incentivos fiscais por meio das agências regionais de desenvolvimento. Este incremento favoreceu mudança significativa no espaço metropolitano de Fortaleza, o que culminou com a diferenciação no interior do seu espaço urbano. Entre essas ações,

¹²

¹³ Refere-se àquele que tem a cabeça ou parte dela desenvolvida anormalmente. Para a geografia, a cidade macrocefálica é aquela que influencia o conjunto de outras cidades, quer em termos nacionais ou estaduais. No caso de Fortaleza, seu crescimento foi macrocefálico, na medida em que esta influencia o conjunto de outros médios e pequenos centros estaduais.

¹⁴ Região Metropolitana é o agrupamento de municípios limítrofes, com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

podemos citar: a criação do Distrito Industrial de Fortaleza, em Maracanaú; a construção de grandes conjuntos habitacionais, nas imediações do Distrito Industrial e ao longo das linhas férreas, sentido Caucaia e Maracanaú. Destacamos, ainda, políticas de descentralização da Indústria, a partir dos anos 1980, viabilizando a instalação de várias indústrias em Fortaleza, Caucaia, Maracanaú e Pacatuba.

Tudo isso possibilitou significativa mudança na estrutura intraurbana da Região Metropolitana de Fortaleza. No entanto, as mudanças territoriais ocorridas não são acompanhadas por ações de caráter social.

A tabela 1 mostra numericamente a dimensão das disparidades existentes entre os municípios que formam a RMF.

Tabela 1. Região Metropolitana de Fortaleza, PIB, população, PIB per capita.			
Município	PIB (R\$) Ano 2008	População Ano 2010	PIB per capita (R\$) Ano 2008
Aquiraz	496.794	72.628	7.052,83
Caucaia	1.952.311	325.441	5.973,82
Chorozinho	71.220	18.915	3.794,36
Euzébio	938.076	46.033	23.204,78
Fortaleza	28.350.622	2.452.185	11.461,22
Guaiúba	73.580	24.091	3.130,79
Horizonte	837.005	55.187	15.946,59
Itaitinga	134.578	35.817	4.155,96
Maracanaú	3.121.055	209.057	15.620,27
Maranguape	645.435	113.561	5.947,34
Pacajus	414.878	61.838	7.118,57
Pacatuba	456.327	72.299	6.517,29
São Gonçalo do Amarante	610.967	43.890	14.439,92
RMF	38.102,848	3.530,942	-

Fonte: IBGE, 2008 e 2010

Pelos dados da tabela, podemos constatar numericamente essas diferenciações. Os três municípios com maior contingente populacional, juntamente com Fortaleza, congregam aproximadamente 88% da população total da Região Metropolitana. Esses municípios são os que apresentam destaque nas atividades industriais, especialmente nas têxteis e de calçados. Ressalta-se que Fortaleza, com população de 2.452.185 de habitantes, detém 69,44% da população da Região Metropolitana.

Em termos de riqueza, o percentual de participação da cidade de Fortaleza no PIB da Região Metropolitana equivale a 74,40%. Ou seja, Fortaleza detém grande parte da riqueza produzida na Região Metropolitana.

Essa diferenciação no contingente populacional, associado às disparidades econômicas e sociais, se revela na heterogeneidade do espaço urbano intrametropolitano. É possível evidenciá-las na paisagem metropolitana, especialmente em áreas onde a expansão da malha urbana de Fortaleza revelou espaços empobrecidos e socialmente diferenciados.

De acordo com Silva (2007, p. 101): “A configuração da paisagem de Fortaleza e da área Metropolitana, abrigam enormes grupos socialmente diferenciados, estando a maioria no grupo dos vulneráveis constituídos, principalmente por migrantes.”

Parcelas significativas desta população estão dispostas na periferia de Fortaleza, extrapolando os limites municipais e se estendendo aos municípios vizinhos, especialmente Caucaia e Maracanaú. São nas periferias que estão alocados os pobres, em áreas cuja paisagem é marcada pelas favelas.

1.3 Desigualdades socioespaciais em Fortaleza

Desigualdade¹⁵ é uma noção matemática e obscura se não for predicada, ou seja, se não for . MacPherson (1979) partilha da idéia de que, na sociedade

¹⁵ A desigualdade é medida comumente pelo Índice de Gini. O Índice de Gini é uma medida de concentração ou desigualdade comumente utilizada na análise da distribuição de renda, mas que pode ser utilizada para medir o grau de qualquer concentração estatística. Seu intervalo de variação vai de 0 (completa igualdade) a 1 (completa desigualdade). Ou seja, quanto mais próximo do número 1, mais igualitária é a distribuição de renda e riqueza, e quanto mais próximo do número 0, maior desigualdade social.

contemporânea, o indivíduo é qualificado pela posse, o que o autor denomina de individualismo possessivo. Portanto, a desigualdade também pode ser aferida pelo consumo. É nesse sentido que a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – ABEP estratifica a sociedade brasileira em classes econômicas, levando em consideração o poder de compra das pessoas e famílias urbanas.

A ABEP estratifica os indivíduos em classes decrescentes de consumidores de A a E¹⁶. Na tabela 2 verificamos os valores percentuais da população segundo as classes econômicas.

Tabela 2. Distribuição da população em classes econômicas, Região Metropolitana de Fortaleza/ Brasil, segundo os critérios de classificação Econômica do Brasil, 2003, 2009, 2010, 2011

Estratos	RMF 2003	BR 2003	RMF 2006	BR 2006	RMF 2007	BR 2007	RMF 2008	BR 2008	RMF 2009	BR 2009
A1	1,0	1,0	0,90	0,61	0,30	0,72	1,0	0,6	0,2	0,5
A2	4,0	5,0	4,59	4,24	4,49	3,86	3,5	4,4	2,3	4,0
D	45	31	37,33	21,95	35,73	19,51	30,7	17,9	31,8	17,1
E	17	4,0	9,88	2,21	9,98	1,84	7,0	1,6	5,1	1,1

Fonte: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – ABEP (2003; 2009; 2010; 2011)

Pela análise dos dados da tabela, podemos inferir que tem diminuído o percentual de indivíduos classificados nas classes econômicas A1 e A2 e nos estratos D e E. No entanto, merece destaque o fato de que, nos estratos superiores, o percentual de queda exerce maior pressão do que nos estratos inferiores. Entre 2003 e 2009, o percentual de indivíduos da Região Metropolitana de Fortaleza classificados na classe econômica A1 caiu 80% (de 1 para 0,2). Já as classes econômicas D e E, no mesmo período, apresentaram uma variação conjunta de 25,1%. Os dados sugerem que têm ocorrido melhoras nos estratos inferiores em detrimento da piora das classes superiores.

¹⁶ Na tabela 2, estamos considerando as classes econômicas superiores e inferiores segundo a classificação da ABEP. As classes econômicas que compõem a classificação completa da ABEP, em ordem decrescente, são A1, A2, B1, B2, C1, C2, D e E.

No entanto, apesar dessas mudanças, a situação de pobreza extrema em que vivem os indivíduos é gritante. De acordo com os dados da ABEP, estima-se que 190 mil pessoas ganham menos de UD\$219/mês (\$1.89) em Fortaleza e que aproximadamente 8.500 tentam sobreviver com menos de UDS\$ 38.00/mês.

Salientamos que, dado o sistema de pontuação estabelecida para a classificação das Classes econômicas e a situação de “inadequabilidade” em que vivem os moradores de rua, em vista de não serem compatíveis com os critérios de pesquisa da ABEP¹⁷, os números pode ter severidade maior do que o apresentado.

É interessante ressaltar que os indivíduos dos estratos A exercem atração sobre os moradores de rua. Usando a fala dos entrevistados, pode-se mostrar que o morador de rua é mais atraído para os espaços urbanizados e dinamizados, onde predomina o gênero de vida das classes econômicas A1 e A2, e repelido daqueles espaços em que estão presentes indivíduos que compartilham de seu gênero de vida. Eis o que nos mostra um senhor de 61 anos, a quem denominam de Sandro: “[...] que eu não vou morar no meio daquele bando, daquela gentinha que eu morava antigamente.”

Na sociedade capitalista onde as necessidades são criadas e estimuladas, o consumo é, para muitos, condição de inclusão na sociedade. Assim, o desejo de consumo se faz ainda mais presente.

Coriolano (2003, p. 38) nos diz que “o modelo capitalista induziu a tantas necessidades que produziu uma sociedade de consumo, que origina desperdício e segregação”. Portanto, uma sociedade desigual, em que há pessoas extremamente ricas em detrimento de outras extremamente pobres.

Assim, Fortaleza é uma cidade que revela concentração de riqueza, em convivência com focos de pobreza. De acordo com o Relatório das Nações Unidas, apresentado no Fórum Urbano Mundial 2010, realizado na cidade do Rio de Janeiro, sobre as cidades, Fortaleza encontra-se entre as quatro cidades com maiores desigualdades sociais do Brasil, antecedida por Goiânia, Belo Horizonte e Brasília. Em comparação às cidades globais, só perde para três cidades sulafricanas, que lideram a lista de desigualdade: Buffalo City, Johannesburgo e Ekurhuleni (UNHABITAT, 2010).

¹⁷ Cf. Critérios de Classificação Econômica Brasil da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, 2011. Disponível em <www.abep.org.br>

Fortaleza cresce economicamente, mas carrega em si as marcas das desigualdades sociais. Há concentração de riqueza, ao mesmo tempo em que aumenta o número das áreas faveladas, a miséria, o desemprego e a violência urbana. Crescem os desequilíbrios e os conflitos sociais. “A cidade, ao mesmo tempo em que se apresenta de forma dinâmica e com setores de alto padrão, mostra também sua face miserável, tornando-se a expressão da contradição” (COSTA, 2007, p. 94).

A desigualdade socioespacial constatada pela diferenciação dos acessos a equipamentos e serviços de infraestrutura básica evidencia-se por toda a malha urbana da cidade e é retratada na paisagem urbana da metrópole.

De acordo com Carleial e Araújo (2010, p. 51), “A cidade é a materialização das desigualdades sociais nos diversos modos de morar, de trabalhar, de locomover-se, de acesso à infraestrutura e ao lazer”. É espaço das lutas e contradições, expressas tanto nas manifestações formais quanto no próprio movimento da vida que vai sendo tecida diariamente, dois elementos fundamentais da composição da paisagem urbana.

Um dos aspectos que mais nos chamam a atenção na paisagem urbana é o choque das diferenças, na medida em que a cidade é “concentração de pessoas exercendo, em função da divisão social do trabalho, uma série de atividades concorrentes ou complementares, o que enreda uma disputa de uso” (CARLOS, 2008. p. 50).

No processo diferenciado de uso e ocupação do solo intraurbano, vai se vislumbrando os espaços de reprodução do capital e espaços de reprodução da força de trabalho. O primeiro formado pela existência das indústrias, dos artefatos do turismo e aportes de outras atividades necessárias ao seu desenvolvimento. O segundo, manifestado por espaços de uso residencial nas periferias.

Desde os anos de 1980, nesse movimento de reprodução do capital, tem sido importante o papel da atividade turística na produção de espaços diferenciados na cidade de Fortaleza. Conforme Coriolano (2007, p. 383), “O turismo é uma forma de consumo, podendo ser considerada uma das mais novas formas de reprodução do capital. [...] Os espaços vão sendo produzidos diferenciadamente, como forma de subsunção ao capital”. Assim, a atividade turística muito colaborou para esse processo, seja com a implementação de uma infraestrutura básica em áreas localizadas, seja pela construção de equipamentos com a funcionalidade de dar suporte a outros vieses que possam servir como atrativo turístico.

O outro modo de uso e ocupação do solo justificado pela reprodução da força de trabalho manifesta-se nas formas residenciais e nos equipamentos coletivos.

A cidade conglera a natureza e o construído, configurando a paisagem urbana como resultado das ações dos atores sociais que nela vivem. A cidade de Fortaleza é um mosaico de inúmeras paisagens que revelam as desigualdades sociais e espaciais, materializadas no espaço intraurbano. Uma das expressões mais significativas das desigualdades revela-se nas diferentes formas de habitação, como áreas de risco, especialmente às margens do Rio Maranguapinho e as favelas ou aglomerados subnormais.

De acordo com os dados do IBGE, um em cada três habitantes da cidade de Fortaleza reside em favelas. Muitas dessas favelas são ocultadas na paisagem urbana da cidade, quer por obras de infraestrutura financiadas pelo poder público, quer por investimentos da iniciativa privada. Exemplos desse fato são as favelas do Dendê, Papoco e Castelo Encantado.

A literatura relata uma série de possibilidades conceituais para favela. Pelos parâmetros do Governo do Estado do Ceará, favela “é um aglomerado de habitações desordenadas, espacialmente, que ocupa terrenos de propriedade de terceiros, em sua maioria, desprovido de infraestrutura, com número de habitações igual ou superior a 25 unidades” (ARAÚJO, A. M; CARLEIAL, A. 2010, p. 53).

Dados oriundos da sociedade civil e os expostos de órgãos governamentais são discrepantes em vista de critérios diferenciados acerca do que venha a ser considerado como favela. O IBGE, por exemplo, não considera os assentamentos com menos de 50 barracos. Assim, enquanto os dados da sociedade

civil indicavam o número de 661 favelas em Fortaleza, o IBGE contava apenas 177 favelas.

As favelas de Fortaleza estão espalhadas por toda a cidade, não sendo expressão da pobreza unicamente em áreas periféricas, mas também em áreas nobres, em meio aos redutos de riqueza.

Quer as formas residenciais, quer os equipamentos coletivos são apreendidos na paisagem e configuram a materialização no espaço geográfico do processo de produção e reprodução humana (CARLOS, 2008, p. 49).

Esta materialização não se apresenta de modo harmônico, antes, é expressão das contradições e do caos; dos antagonismos e das lutas; dos conflitos e das competições, manifestadas pelos diferentes apropriações do espaço e usos do solo, revelado no modo de habitar, na disparidade das infraestruturas, conforme Carlos (2008):

Por todos os lados, a disparidade entre o “rico” e o “pobre”, e entre este último e a “miséria absoluta” daqueles que moram debaixo das pontes ou nos bancos das praças. A disparidade expressa-se nas construções, na existência e/ou qualidade da infraestrutura, na roupa e rostos (na rudez ou suavidade de traços). (CARLOS, 2008, p. 52).

Embora nos últimos seis anos tenham sido entregues aproximadamente 4.970 casas, conforme os dados da Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR, o déficit habitacional na cidade de Fortaleza é estimado em 75 mil famílias. O déficit habitacional está muito mais relacionado a famílias empobrecidas sem condições financeiras para alugar ou adquirir um imóvel, do que propriamente, a ausência de imóveis.

Porém, é importante destacar que os dados não refletem a situação atual da cidade de Fortaleza em relação ao déficit habitacional, já que os últimos dados oficiais da HABITAFOR são referentes ao ano de 2002.

1.4 Índice de Desenvolvimento Humano da Metrópole

Para observar o nível de desenvolvimento, não raro, são utilizados indicadores tipicamente econômicos. Sabe-se, no entanto, que indicadores econômicos estão muito mais associados a crescimento econômico que

propriamente desenvolvimento. O crescimento econômico não repartido equitativamente é gerador de desigualdades. Neste caso, não há desenvolvimento.

Conforme Pinheiro (2003, p. 47), “há desenvolvimento quando a riqueza material é repartida entre as pessoas de maneira justa [...] quando a prosperidade chega até aqueles que não puderam produzir diretamente a riqueza”. Assim, o desenvolvimento está associado à partilha de bens e não a produção.

Buscando mudar a forma de abordar desenvolvimento unicamente segundo parâmetros econômicos, o Índice de Desenvolvimento Humano fundamenta-se em parâmetros socioeconômicos. São levados em consideração indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita).

Para a cidade de Fortaleza, foram utilizados os seguintes parâmetros: alto, médio e baixo. Aqui nos referimos ao IDHM calculado por bairro.

O Índice de Desenvolvimento Humano de Fortaleza em 2000 era 0,786. Na classificação dos municípios brasileiros, Fortaleza está na posição 915^a. De acordo com o IDHM por bairro, podemos verificar a existência de bairros classificados com alto IDHM, cujos valores equivalem aos de países desenvolvidos, todos eles localizados na área leste da cidade. Em contrapartida, encontramos a esmagadora maioria dos bairros classificados com índices abaixo de 0,597.

Analisando o IDHM por bairro, podemos perceber que há uma disparidade entre os bairros. De acordo com os dados do Fortaleza em Números, 2010, dos 114 bairros que compõem o município de Fortaleza, somente 7 obtiveram “altos índices” em relação ao IDHM, 66 obtiveram “médios índices” e 41 obtiveram “baixos índices”.

A esse respeito, duas ressalvas são importantes. A primeira é a de que os bairros que obtiveram “índice alto” do IDHM estão localizados na regional II, zona leste da cidade; a segunda é a de que, depois da divulgação desses dados sobre o IDHM, foram criados novos bairros na cidade de Fortaleza, que agora conta com 118¹⁸ bairros oficiais. Os bairros com alto IDHM são compostos, em sua maioria, por moradores que apresentam altos rendimentos e elevada escolaridade. Podemos citar, como exemplos, os bairros Aldeota, Cocó e Meireles.

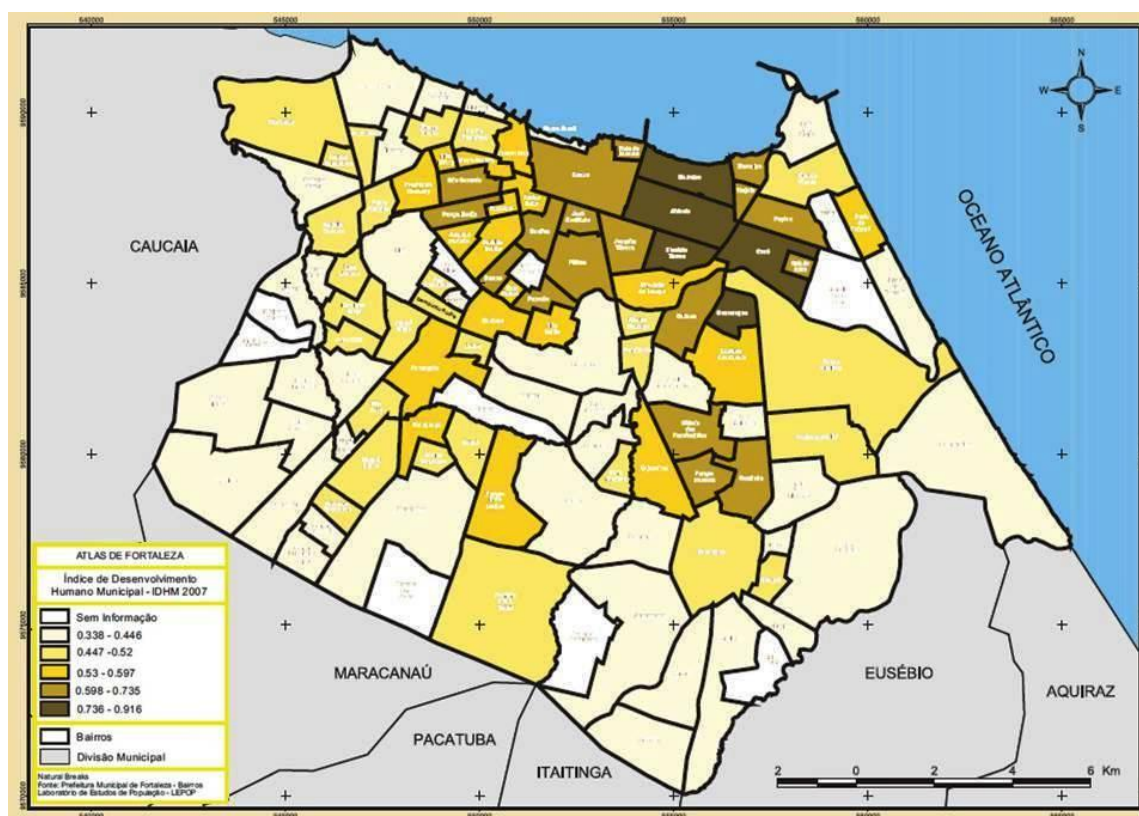
¹⁸ Entre os censos de 2000 e 2010, foram criados os bairros Patriolino Ribeiro, Novo Modubim, Planalto Airton Senna, Parque Santa Maria e São Bento.

Neste contexto de contradições socioespaciais, alguns autores, ao analisar a cidade de Fortaleza, a analisam sob o viés da cidade partida, fazendo uma alusão a leste e oeste. A parte leste da cidade é habitada pela população de estratos de renda mais elevados, com boa concentração de equipamentos e serviços. Já a parte oeste da cidade é habitada pela população dos estratos de renda menos elevados e presença de equipamentos mais precários (CASTRO, 1998, p. 17).

Mas Coriolano (2006) afirma que Fortaleza é uma totalidade, a cidade de lazer e dos neons do turismo é a mesma das favelas. Matos e Carleial (2003) remetem a mesma idéia quando apontam a existência não de duas cidades, mas de uma única cidade, cheia de contrastes, onde pobreza e opulência coabitam em um mesmo espaço.

Assim, afirmam que, com o aumento dos pobres, fica difícil isolá-los em bairros específicos, o que faz com que a convivência com os pobres aconteça também em bairros que anteriormente eram considerados redutos da burguesia na cidade. (MATOS, A. M; CARLEIAL, A. 2003, p. 10)

Figura 2. Índice de Desenvolvimento Humano em Fortaleza



FONTE: Atlas Fortaleza 2010

Em Fortaleza, a desigualdade se dissipa significativamente em todo o espaço urbano e não configura uma cidade espacialmente dual, com ricos de um lado e pobres do outro. Ao contrário, pobres e ricos estão fisicamente muito próximos, embora não se possa dizer o mesmo em termos sociais.

Na Tese intitulada *A Miséria e os dias: história social da mendicância no Ceará*, Araújo (1996) escreve sobre o fenômeno social da mendicância no Ceará, constrói quatro categorias de mendigos, a saber: mendigos do sertão, mendigos da favela, mendigos da rua e mendigos do abrigo.

Na verdade, como a autora descreve, essas categorias revelam o desenrolar do processo da mendicância no Ceará. Os mendigos do sertão migram para a cidade em tempos de longas estiagens ou porque foram destituídos do trabalho que lhes garantia a sobrevivência no campo.

Já na cidade, sem condições materiais que lhes possam garantir um lugar adequado para morar, vão se alocar em áreas inapropriadas para tal fim; configuram-se, então, os mendigos da favela. Desprovidos de qualificação adequada para entrarem no setor formal de trabalho, muitos vão encontrar nas ruas o seu meio de sobrevivência. Outros motivos também colaboram para este fato, como o uso de drogas ou até mesmo por uma opção pessoal. Na ponta deste processo, encontramos os abrigos como espaço de acolhimento institucional provisório, ao menos no papel.

Faz-se necessária ressalva acerca de uma das categorias supracitadas, especificamente sobre os mendigos de rua. Estes são um subgrupo do que metodologicamente definimos como “morador de rua”, dada a diversidade do grupo estudado em análise.

Se ricos e pobres estão socialmente distantes, o que não dizer da distância social existente entre aqueles que são ricos e aqueles que são extremamente pobres? Aqueles que se encontram nas ruas e soleiras das portas dos afortunados a esperar inutilmente um auxílio! Aliás, eles acreditam que os afortunados dão mais esmolas, por isso costumam vagar ou perambular por lugares com significativo fluxo de transeuntes em bairros com IDH >0,736. Onde a paisagem urbana é composta por padrões associados ao modo de vida de alto padrão. Assim, áreas mais dinâmicas e urbanizadas configuram o espaço mais convidativo da cidade para essas pessoas.

Pois afirma Coriolano (2003, p. 32) que as desigualdades espaciais e sociais existentes no Ceará são incompatíveis com o Produto Nacional Bruto – PNB¹⁹ e com a capacidade produtiva que a sociedade adquiriu na contemporaneidade.

Portanto, para uma metrópole do porte de Fortaleza, que se pretende turística, contradições socioespaciais são indícios da aplicação de um modelo de desenvolvimento que privilegia o território e o capital e deixa de lado o ser humano.

¹⁹. O Produto Nacional Bruto é uma expressão monetária dos bens e serviços produzidos por fatores de produção nacionais, independentemente do território econômico. Desta forma, em países em desenvolvimento, como o Brasil, o PNB normalmente é menor que o PIB, uma vez que as transnacionais enviam grande parte de seus lucros para seus países de origem. Da mesma forma, em países com muitas empresas de atuação global, como nos Estados Unidos, o PNB tende a ser maior, já que há uma grande absorção dos lucros gerados por suas empresas no exterior.

2 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Por método, entendemos “o dispositivo ordenado, o conjunto dos procedimentos sistemáticos que o pesquisador emprega para obter o conhecimento adequado do problema que se dispõe a resolver” (CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A, 2002. p. 185). Há quem confunda método com a técnica. Esta se refere à aplicação do plano metodológico e à sua forma de execução.

Toda investigação nasce de um problema observado ou sentido, que suscita em nós algumas questões. Nesse sentido, quem são e onde estão os moradores das ruas na cidade de Fortaleza? Enveredando pelos procedimentos científicos necessários a qualquer pesquisa científica (CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A, 2002), partimos do pressuposto de que os moradores das ruas de Fortaleza estão nas áreas mais urbanizadas e dinâmicas da cidade.

Desenvolvemos uma pesquisa exploratória, pautada nos princípios da geografia crítica²⁰. O objetivo geral é descrever a dinâmica dos moradores das ruas da cidade de Fortaleza, CE, Brasil. Levamos em consideração o modo de vida e o percurso por eles realizado até alcançarem a condição do acolhimento institucional em abrigos públicos e privados.

Os objetivos operacionais da pesquisa, foram: traçar o perfil social dos moradores das ruas da cidade de Fortaleza; identificar os municípios e/ou estados de origem dos moradores das ruas; cartografar a pobreza extrema, os destinos dos moradores de rua, os caminhos e os abrigos.

²⁰ A geografia crítica é uma corrente cuja proposta é romper com a idéia de neutralidade científica com o objetivo de fazer da geografia uma ciência apta a elaborar uma crítica radical à sociedade capitalista através do estudo do espaço e das formas de apropriação da natureza. Por isso enfatiza a necessidade de engajamento político dos geógrafos e defende a diminuição das disparidades sócio-econômicas.

2.1 Referencial teórico-conceitual

A discussão sobre a ideia de pobreza e suas diversas mensurações foi referenciada por Zygmunt Bauman (2005), Josué de Castro (2010; 1998), Maria Neyára de Oliveira Araújo (1996), Robert Castel (2010), Luzia Neide Coriolano (2003; 2006).

As discussões sobre a cidade de Fortaleza foram desenhadas a partir de Maria Cleide Carlos Bernal (2004; 2007), Eustógio Dantas (2009), José Borzacchiello da Silva (2007).

A relação morador de rua, espaço público e territorialidade foi tematizada a partir de Marcelo Lopes de Souza (1995), Elizete Américo Silva (2006), Rogério Haesbaert da Costa (2004).

A paisagem foi analisada com base em L. O. Cabral (2001), Ana Fani Alessandri Carlos (2008), Donald W. Meinig (2002), Milton Santos (1997).

2.2 O empírico e a pesquisa de campo

Inicialmente, pensamos na possibilidade de realizarmos as entrevistas diretamente com os moradores nas ruas. No entanto, percebemos que se tornaria inviável, tendo em vista que seria necessário gerar todos os dados, e o tempo disponível para a pesquisa seria insuficiente para tal execução.

Assim, decidimos obter os dados a partir dos moradores de rua que são atendidos em instituições de acolhimento na cidade, os chamados abrigos. Tendo em vista que a cidade de Fortaleza possui divisão administrativa composta por seis Secretarias Executivas Regionais (SER), optamos por escolher duas instituições de acolhimento em cada regional, originando um total de doze instituições de acolhimento.

Um dos desafios desta pesquisa foi identificar na cidade os locais destinados ao acolhimento dos moradores de rua. Os seis anos de experiência junto a um grupo da Pastoral do Menor da Arquidiocese de Fortaleza abriram caminhos para contato com a Pastoral de Rua, onde, por um curto período de três meses, anteriores à pesquisa, foi possível participar efetivamente mediante visitas semanais junto aos moradores das ruas no centro da cidade.

Assim, buscamos alguns contatos com pessoas que ainda desenvolvem o trabalho junto à Pastoral de Rua. Desta forma, obtivemos o contato com as primeiras instituições e, por meios destas, o contato com outras, até completar o número de instituições que determinamos metodologicamente.

No entanto, a cada imersão a campo, uma nova dificuldade se apresentava. A maior dificuldade refere-se à liberação da permissão dos abrigos para que as entrevistas pudessem ser realizadas.

Nas instituições de acolhimento gestadas por ONG's ou por institutos religiosos, o acesso deu-se sem contratempos. No entanto, para aqueles gestados pelo município, o acesso e a liberação para a pesquisa foi fruto de um longo processo. Ainda assim, das três instituições de acolhimento municipais, somente em duas nos foi permitida a realização da pesquisa. E das duas permitidas pela Secretaria de Direitos Humanos – SDH, em uma delas a pesquisa foi inviabilizada pelos gestores da instituição.

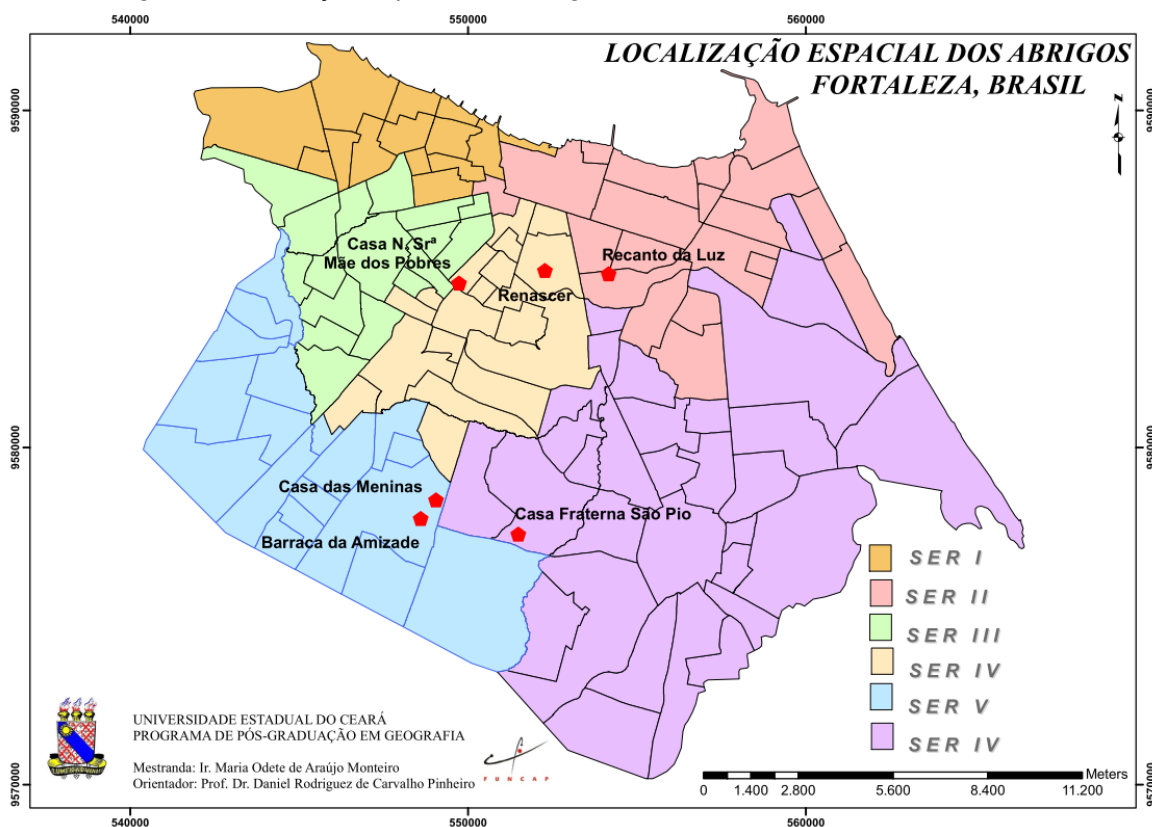
Assim, das doze instituições de acolhimento pensadas anteriormente, foi-nos possível realizar a pesquisa somente em seis, dispostas nas áreas das Secretarias Executivas Regionais.

As seis instituições de acolhimento pesquisadas não se destinam exclusivamente a acolher moradores de rua. Somente duas se destinam a receber unicamente moradores de rua. As outras instituições pesquisadas, além de acolherem moradores de rua, também acolhem adolescentes que não podem permanecer em suas comunidades de origem devido a ameaças, geralmente ligadas ao uso de drogas.

As instituições de acolhimento pesquisadas foram: Casa das Meninas (municipal), Casa Nossa Senhora Mãe dos Pobres, Casa Fraterna São Pio, Recanto da Luz, Renascer e Barraca da Amizade, todos privados.

A figura 3 apresenta as instituições de acolhimento ou abrigos e sua localização espacial na cidade de Fortaleza.

Figura3. Localização espacial dos abrigos



Fonte: IBGE

Organização: Maria Odete de Araújo Monteiro e Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro

Definimos como Instituição de Acolhimento as organizações em que o morador de rua pode comer e dormir por um determinado período de tempo. Portanto, instituição de acolhimento é uma residência temporária.

A primeira visita a cada uma das instituições de acolhimento tinha os objetivos de conhecer a estrutura da instituição, os moradores de rua acolhidos, apresentar a proposta da pesquisa e obter autorização para a pesquisa.

Ressaltamos que a realização da pesquisa nas Instituições de Acolhimento foi condição necessária para a obtenção dos dados com maior facilidade, em vista do curto tempo para a realização da pesquisa – 2 anos.

2.3 A seleção dos participantes, objetivos e instrumentos de coleta de dados

Nesta fase, foram realizadas 13 entrevistas. A amostra foi construída com 7 adultos e 6 adolescentes. Todos os adultos eram do sexo masculino. Dos adolescentes, 5 eram meninos e 1 era menina. Aqui, considera-se adolescente aquela pessoa com idade entre 12 e 18 anos (ECA, 2005). Todos estiveram em situação de rua ao menos três ou mais dias (STDS, 2008).

Foram realizadas entrevistas pautadas, isto é, entrevistas com pautas pré-estabelecidas, norteadas de acordo com os objetivos da pesquisa e viabilizado pelos objetivos operacionais, descritos anteriormente.

As entrevistas feitas foram gravadas em áudio e transcritas. As transcrições foram analisadas a partir de categorias definidas previamente. Tais categorias de análises (variáveis e fatores ou conjunto de variáveis associadas) identificadas nas análises orientam o relatório de pesquisa.

Os procedimentos das entrevistas foram:

- a) Estabelecimento do vínculo de confiança entre o entrevistado e o pesquisador;
- b) esclarecimento dos objetivos da pesquisa e solicitação da disponibilidade em participar como colaborador da pesquisa;
- c) explicação de como seria realizada a pesquisa e dos procedimentos éticos quanto ao uso das informações somente para os fins de pesquisa;
- d) solicitação para gravar a entrevista, justificável pela necessidade de uma melhor e maior apreensão do conteúdo;
- e) utilização do termo de consentimento livre e esclarecido, em conformidade com termos da Lei nº 196\96, que regulamenta a pesquisa com seres humanos no Brasil.

Os dados tabulados e gerados em percentuais foram arredondados para o número mais próximo, para facilitar os cálculos. Por questões éticas e salvaguardando a identidade dos entrevistados, todos os nomes contidos nesta pesquisa são fictícios.

A transcrição das entrevistas segue o padrão culto da linguagem, sendo precedido pelo travessão, conforme padrão Machadiano²¹.

Com o andamento da pesquisa, percebemos a necessidade de entrevistar também os coordenadores das instituições de Acolhimento, para que pudéssemos obter dados sobre a situação institucional de Acolhimento na Cidade de Fortaleza.

Salientamos que, ao longo do texto, poderá ser encontrada a expressão “criança e adolescente”. Destacamos que na pesquisa só foram entrevistados adultos e adolescentes. Se nos referimos de forma conjugada a “crianças e adolescentes” é unicamente pelo fato de ambas estarem sob a regência de um mesmo dispositivo jurídico legal, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

²¹ Referente ao padrão característico do fazer literário do escritor Machado de Assis, no qual como recurso de diferenciação entre as falas dos interlocutores, utiliza-se do sinal de pontuação denominado travessão.

3 PAISAGEM DA POBREZA EXTREMA EM FORTALEZA

Neste item, buscamos caracterizar a paisagem das áreas ocupadas pelos moradores das ruas de Fortaleza. Para alcançar o objetivo, utilizaremos as imagens fotográficas na perspectiva da Antropologia da imagem²², buscando apreender subsídios que nos possibilitem a discussão do referido conceito.

Nesse sentido, definimos paisagem como “algo que é acessível à observação” e que vai além dos fatos visíveis, podendo ser apreendido por meio da percepção e da cognição. Ou seja, a paisagem não é composta unicamente por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossas mentes (MEINIG, 2002, p. 35). Ou ainda, é “o que nossa visão alcança... não sendo formada apenas por volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.” (SANTOS, 1997, p. 61).

Destacamos que, ao longo da evolução da geografia como ciência, a paisagem passou por diferenciações conceituais, que vão desde as abordagens organicistas do século XIX até as mais recentes, como as abordagens funcionalistas e culturais a partir dos anos sessenta.

Quando nos referimos ao termo paisagem, logo nos vem à mente “aquelas formas visíveis dispostas na superfície da terra”. E estas formas visíveis evocam, em muitos casos, às diferentes formas de relevo terrestre, ou seja, associam-se aos aspectos naturais.

No transcorrer da evolução do pensamento geográfico, o estudo e a importância da paisagem para a geografia sofreram variações. Outrora, a paisagem foi considerada o elemento unificador e identitário da ciência geográfica, depois foi destituída de importância em vista de conceitos como região, território e lugar. Somente a partir de 1970, sob uma nova perspectiva, a paisagem retorna as discussões, nas abordagens culturais e sistêmicas (CABRAL, 2007, p. 149).

²² Aplica-se a designação para exprimir a idéia de observação do “real” pela imagem.

Independentemente das abordagens assumidas pelo pesquisador, a paisagem é a mesma, o que de fato difere é o modo de olhar e analisá-la. A abordagem sistêmica vai dar ênfase a aspectos mais objetivos da paisagem, entendendo-a como um geossistema. Já a abordagem cultural enfoca a paisagem como algo apreendido por meio da percepção, mediação entre as coisas do mundo e a subjetividade (COSGROVE, 1998, p.98-99).

Nesse sentido, é o encontro da interioridade de quem vê e a exterioridade do que é visto, em meio à corporeidade sensória (VIEIRA, 2006, p. 14).

Assim, não podemos esquecer que, se a paisagem pode ser apreendida pelo olhar, esta apreensão perceptiva não se dá de forma passiva. Ao contrário, lhe é atribuído por meio da organização dos dados sensoriais, um significado. Desta forma, a paisagem ultrapassa o campo de visibilidade para converter-se em um campo de significação.

Ultrapassando o campo de visibilidade da paisagem para alcançarmos seu campo de significação, buscamos desvendar a presença dos moradores de rua na paisagem de Fortaleza. Desse modo, adentraremos na paisagem das áreas ocupadas pelos moradores das ruas na cidade de Fortaleza. Os moradores das ruas estão dispostos igualmente em todas as paisagens da cidade? Quem são e onde estão os moradores de rua da cidade de Fortaleza? Como se apresenta a paisagem das áreas ocupadas pelos moradores das ruas? Estes são os questionamentos que irão nortear as linhas vindouras.

3.1 Características gerais dos moradores das ruas da cidade de Fortaleza

Mas, quem são os moradores de rua e que características são comuns a esse grupo social?

Constatamos que as últimas pesquisas realizadas em relação aos moradores de rua em Fortaleza foram realizadas em 2007 e 2008. A primeira, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em acordo de cooperação assinado com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), abrangendo, além de Fortaleza, outras 71 cidades brasileiras (Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, Meta/MDS, 2008. p. 15). E a segunda, realizada pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) do Estado do Ceará.

Os dados dos serviços de atendimento aos moradores de rua da Prefeitura Municipal de Fortaleza demonstram que, em três anos, o número de moradores de rua cresceu seis vezes na capital. Isso significa dizer que, em 2008, os serviços de atendimentos oferecidos a estas pessoas acompanhavam 235 moradores de rua. Já em 2011, até o momento, o atendimento é de 1.688 moradores de rua (Jornal O POVO online, 16/8/2011).

O aumento de pessoas que passaram a morar na rua tem sido confirmado pelos agentes da Pastoral de Rua da Arquidiocese de Fortaleza. Esses agentes, divididos em várias equipes de visitação, acompanham semanalmente os moradores de rua, em diversos pontos da cidade. Essa presença constante e efetiva ao lado dos moradores de rua permite perceber as mudanças no perfil desse grupo social.

Verificamos que os moradores de rua já não são mais pessoas oriundas do interior do Estado do Ceará, que chegavam à cidade fugidos dos longos períodos de estiagem. Ao contrário, são pessoas nascidas na própria cidade e\ou vindas de outros estados do País. Destacamos que o maior percentual dos moradores de rua é do sexo masculino. Suas famílias são, em sua maioria, chefiadas pela figura feminina e oriundas de bairros com baixo  ndice de Desenvolvimento Humano e possuidoras de baixo nível de escolaridade. Ao contrário do que o senso comum possa imaginar, exercem algum tipo de atividade que lhes garante a sobrevivência diária. São pessoas profundamente marcadas pelo abandono e pela violência. Essas marcas se tornam visíveis em seus corpos, em suas falas ou em seus silêncios.

3.2 Os moradores de rua na paisagem urbana de Fortaleza

Em nossas incursões em campo, foi possível verificar a presença dos moradores de rua em áreas específicas da cidade. Por áreas específicas, entendem-se aquelas áreas mais dinâmicas e urbanizadas da cidade, com IDH elevado, ou seja, $IDH > 0,736$, intenso comércio varejista e grande fluxo de transeuntes. Essas áreas estão localizadas nos bairros do Centro, Praia do Meireles, Aldeota, Varjota, Benfica, Montese e Parangaba.

A área da praia do Meireles (Figura 4), por exemplo, configura-se como uma área bem dotada em equipamentos e serviços urbanos e turísticos na cidade de Fortaleza. Essa porção urbana tem grande relevância funcional na cidade, já que está voltada para atender à atividade turística, que desde as últimas décadas passou a ser considerada pelo Governo do Estado como atividade propulsora do crescimento econômico do Estado.

Figura 4. Praia do Meireles. Fortaleza, CE, Brasil.



Fonte: Monteiro, março de 2011

Nesse sentido, todo o empenho em desenvolver economicamente o Estado do Ceará foi direcionado para a atividade turística, cabendo à cidade de Fortaleza o destaque de “portão de entrada” para o turismo no Estado.

Esse processo favoreceu a existência de paisagens diferenciadas no espaço intraurbano, por meio da apropriação diferenciada dos espaços.

Essa produção diferenciada se estendeu ao longo da porção leste do litoral da cidade, com a implantação de hotéis pertencentes a cadeias hoteleiras nacionais e internacionais e serviços de apoio à atividade turística.

Emaranhados à paisagem urbana dessa área, em um mimetismo que os torna quase invisíveis (Figura 5), os moradores das ruas fazem desse ambiente o *locus* de sua existência, espaço de reprodução de suas relações sociais.

A rua já não mais representa simplesmente ambiente destinado aos passos alucinantes de viandantes, sôfregos para chegarem ao seu destino ou aquele destinado a passos lentos próprios de ambientes que convidam ao passeio à beira-mar. Mas assume um lado paradoxal, onde é ao mesmo tempo espaço do acordar e do dormir; do descanso e do trabalho; da distância, mas também da intimidade.

Figura 5. Morador de rua na Av. Beira-Mar. Fortaleza, CE, Brasil.



Fonte: Monteiro, abril de 2011

A leitura da imagem visualizada na figura 6 revela um ser humano, morador de rua, que fez do espaço da Avenida Abolição o seu local de abrigo e nos remete à idéia de que, para muitos, a rua passa a ter a dimensão da casa, como nos afirma Cabral (2005, p. 5), “na rua há espaços ocupados no sentido da casa, onde determinados grupos sociais vivem como ‘se estivessem em casa’”.

Figura 6. Morador de rua na soleira da porta na Av. Abolição, Meireles. Fortaleza, CE, Brasil.



Chama-nos atenção a propaganda contida na imagem oferecendo serviços de lavagem para diversos produtos, como tapetes, cortinas e e.t.c. Enquanto uns possuem recursos financeiros para lavar seus bichinhos de pelúcia, outros dormem a soleira da porta. Tal imagem nos revela uma sociedade desigual, própria do capitalismo, onde a valorização do aspecto financeiro é maior do que o valor da vida humana e sua dignidade.

O capitalismo, ao longo da história, passa por vários modos de reprodução e de desenvolvimento, por meio de ciclos de crescimento e de recessão. Um das últimas reformulações se dá por meio do capital financeiro.

Nesse sentido, o Bradesco, o maior dos bancos privados do país, teve um lucro líquido, em 2010, 25,1% maior que em 2009. (Jornal O POVO, 1/2/2011). Ou seja, de 10 bilhões e 22 milhões de reais. Seus artifícios de expansão ou caixas rápidos estão presentes nessa área da cidade, servindo de abrigo aos moradores das ruas, conforme mostra a Figura 7.

Figura 7. Morador de rua dormindo no interior do caixa rápido do Bradesco, localizado na Avenida Beira-Mar. Fortaleza, CE, Brasil.



Fonte: Monteiro, abril de 2011

Em algumas áreas da cidade, moradores de rua abrigados no interior dos caixas rápidos tornam-se parte da paisagem em áreas mais urbanizadas. A imagem chama a atenção, pois revela uma situação perversa de desfavorecimento social, onde a riqueza de uns se sustenta pela pobreza extrema de outros.

Desfavorecimento social que não é de todo exclusão. No sistema capitalista, o termo exclusão é questionável, já que os seres humanos redundantes ou refugados (BAUMAN, 2005) consomem ou trabalham, mesmo que minimamente, contribuindo para a manutenção desse sistema.

É nesse sentido que Martins (1997) discorda do termo exclusão, afirmando que todos aqueles desprovidos de bens não estão completamente excluídos do sistema capitalista. Ao contrário, estão incluídos nesse sistema, mas de forma precária. Ou seja, fazem parte do sistema capitalista dentro de um processo de inclusão precária.

Aqui, entendemos trabalho enquanto processo, em que o homem, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza (MARX, 1999, p. 211 *apud* ZANELLA, 2003, p. 41).

Embora, no imaginário popular, os moradores das ruas possam estar associados à ausência de trabalho, não é o que constatamos em pesquisa de campo. Muito deles exercem algum tipo de atividade que lhes assegure a sobrevivência, como podemos ver na Figura 8.

Figura 8. Morador de rua em busca de resíduos sólidos na Avenida Beira-Mar, bairro Meireles. Fortaleza, Ce, Brasil.



Desse modo, os moradores de rua não são, necessariamente, o que na perspectiva marxista chamamos de “*lupem proletariado*” (MARX, 1998).

Na verdade, eles estão incluídos no sistema capitalista, ainda que precariamente, por meio de atividades consideradas degradantes, a exemplo dos catadores de resíduos sólidos e flanelinhas.

Entende-se como catadores de resíduos sólidos aqueles que têm como prática “coletar, selecionar, reutilizar e vender materiais para os depósitos de reciclagem” (ROCHA, 2008, p. 19).

No entanto, não é nosso objetivo discorrermos sobre a prática dos catadores de resíduos sólidos. Referimo-nos a eles unicamente porque há catadores que são também moradores de rua, embora não possamos dizer que todos os moradores de rua são catadores.

É comum encontrar moradores de rua exercendo a atividade de flanelinha, também nas imediações dos centros comerciais dos bairros da Parangaba e do Montese.

Tais bairros destacam-se por serem predominantemente residenciais, embora existam, em seu interior, ruas com intensa concentração de atividades do comércio varejista. A existência desses corredores varejistas funciona como atrativo para a localização dos moradores de rua nesses bairros.

Nessas áreas mais dinâmicas, é intensa a circulação tanto de pessoas quanto de bens. Este fato viabiliza a permanência dos moradores de rua nessas áreas, na medida em que muitos deles exercem atividades relacionadas à catação de resíduos sólidos ou são flanelinhas. Aqueles que sobrevivem unicamente da mendicância também podem beneficiar-se pelo grande fluxo de transeuntes nessas áreas.

Ressaltamos que os moradores de rua configuram um grupo diversificado, seja em relação a gênero, idade ou atividades laborais que realizam.

De certo, independentemente da heterogeneidade, os moradores de rua são parte integrante da paisagem urbana em áreas mais urbanizadas e dinâmicas da cidade de Fortaleza.

4 TERRITORIALIDADE DOS MORADORES DE RUA DE FORTALEZA

Outro termo relevante à ciência geográfica, derivado do conceito de território, é territorialidade. Diversas são as abordagens conceituais para estes dois termos. Neste item, buscaremos analisar as territorialidades construídas pelos moradores de rua em suas diferentes temporalidades.

Entendemos território como um espaço de referência, construído no\pelo movimento (HARSBAERT, 2004).

Portanto, para esta pesquisa, consideramos territorialidade não unicamente em seu sentido lato, como “a qualidade de ser território”, mas em seu sentido estrito, como a “dimensão simbólica do território”

Então, como são construídas as territorialidades dos moradores de rua? E como estas se apresentam quanto a sua temporalidade?

4.1 Construindo a territorialidade diurna dos moradores das ruas de Fortaleza

Polissêmica quanto à paisagem é a noção de território. Tal fato é verificável nos trabalhos de Haesbaert, especialmente no capítulo II de seu livro intitulado *O mito da desterritorialização*. Neste item, o autor faz um resgate dos conceitos de território a partir das perspectivas materialista, passando pela perspectiva idealista até as mais novas abordagens que enfocam o território em uma perspectiva mais integradora.

Não é nosso intuito reescrever este itinerário conceitual acerca do território, mas sim nos determos numa perspectiva mais contemporânea, abordando o território em uma perspectiva mais integradora, em consonância com a dimensão vivida. Ou seja, o território interpretado como “[...] fruto da interação entre relações sociais e controle do/pelo espaço, relação de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (apropriação)”, como espaço de referência, gerador de raízes e identidade.

Assim, território é visto, sobretudo, como produto da apropriação /valorização simbólica de um grupo, em relação ao seu espaço vivido.

De acordo com SOUZA (1995), os territórios podem apresentar um caráter permanente, mas também podem ter caráter cíclico com territorialidades diferenciadas, podendo ser apropriados por grupos distintos em diferentes horários, configurando o que o autor denomina de territorialidades flexíveis.

[...] territórios são construídos e (desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. Não obstante essa riqueza de situações, não apenas o senso comum, mas também a maior parte da literatura científica, tradicionalmente restringiu o território à sua forma mais grandiloquente e carregada de carga ideológica: o “território nacional” (SOUZA, 1995, p. 81).

Uma das características mais significativas dos moradores de rua é o andar, ou melhor, o perambular, como eles mesmos dizem. Podem dormir em um lugar, passar o dia em outro ou passar de um lado ao outro da cidade em um mesmo dia. Muitos deles não passam muito tempo em um mesmo lugar, especialmente se são jovens e ainda dispõem da capacidade de se locomover com certa agilidade. Outras vezes, não permanecem no mesmo local devido aos conflitos com outros moradores de rua. Não raro são os casos em que o espaço do dormir e do pedir é diferenciado.

Assim, é intensa a mobilidade dos moradores das ruas. Para efeitos de pesquisa, consideramos as mobilidades cotidianas, uma das quatro modalidades citadas por (AMORA e GUERRA, 2005 *apud* ROCHA, 2008, p. 112) e que se refere à precarização das condições de vida deste grupo social.

A relação mobilidade e território já nos é descrita por Haesbaert (2004), “a territorialização pode ser construída no movimento, no movimento sobre o qual exercemos nosso controle e/ou com o qual nos identificamos” (HAESBAERT, 2004, p. 236).

Sobre esse aspecto, parece-nos importante uma ressalva, no sentido de que não é nosso objetivo engendramos no debate acerca do tema mobilidade enquanto fenômeno característico da modernidade. Se esta temática insere-se em nossa discussão é unicamente para associá-la à construção da territorialidade dos moradores de rua, temática central deste item que ora escrevemos.

Essa territorialidade construída no e a partir do movimento é estabelecida nos espaços públicos da cidade, especialmente nas praças, ruas, praias e embaixo de viadutos das principais avenidas da cidade. Esses fragmentos de espaço tornam-se espaços de referência em que o próprio movimento da vida vai tomando seus contornos. Espaços que, dominados e/ou apropriados, possuem a dimensão de território, assumindo ao mesmo tempo funcionalidades diferenciadas, ora como abrigo, ora como fonte de recursos que lhes assegurem a sobrevivência ou como espaços de lazer.

Sobre este fato, escreve Haesbart (2004, p. 96) “[...] de acordo com o grupo e/ ou classe social, o território pode desempenhar os múltiplos papéis de abrigo, recurso, controle e/ou referencia simbólica”.

Na pesquisa de campo, verificamos que há multiplicidade de papéis desempenhados pelo território, que varia de acordo com o uso por parte dos moradores de ruas.

Os dados coletados nos revelam que há territorialidades diferenciadas cujas funcionalidades vão do abrigo ao recurso como meio de sobrevivência. Nesse movimento, as territorialidades construídas podem ultrapassar as fronteiras físicas dos bairros. Muitos moradores de rua dormem e pedem em bairros diferentes, percorrendo, ao longo das 24 horas do dia, mais de um bairro sistematicamente.

Contudo, essa característica também está presente em âmbito intra-bairro, já que também é verificável a diferenciação territorial dentro do próprio bairro. Ou seja, há uma fronteira invisível entre o espaço em que pernoitam e aquele em que perambulam diariamente, mesmo que estes espaços estejam circunscritos nas fronteiras físicas do mesmo bairro.

Para os moradores de rua, é na própria rua que o movimento da vida acontece. Movimento da vida feita de cores, sons, amores, desamores, lutas e conquistas. Movimento que se desenvolve diurna e noturnamente na temporalidade da própria vida. Nessa temporalidade, vão-se construindo territorialidades que acompanham o mesmo movimento.

Assim, na pesquisa de campo, podemos destacar as diferentes territorialidades, quer aquelas diurnas, quer as noturnas, em vários locais na cidade onde verificamos a maior presença dos moradores de rua.

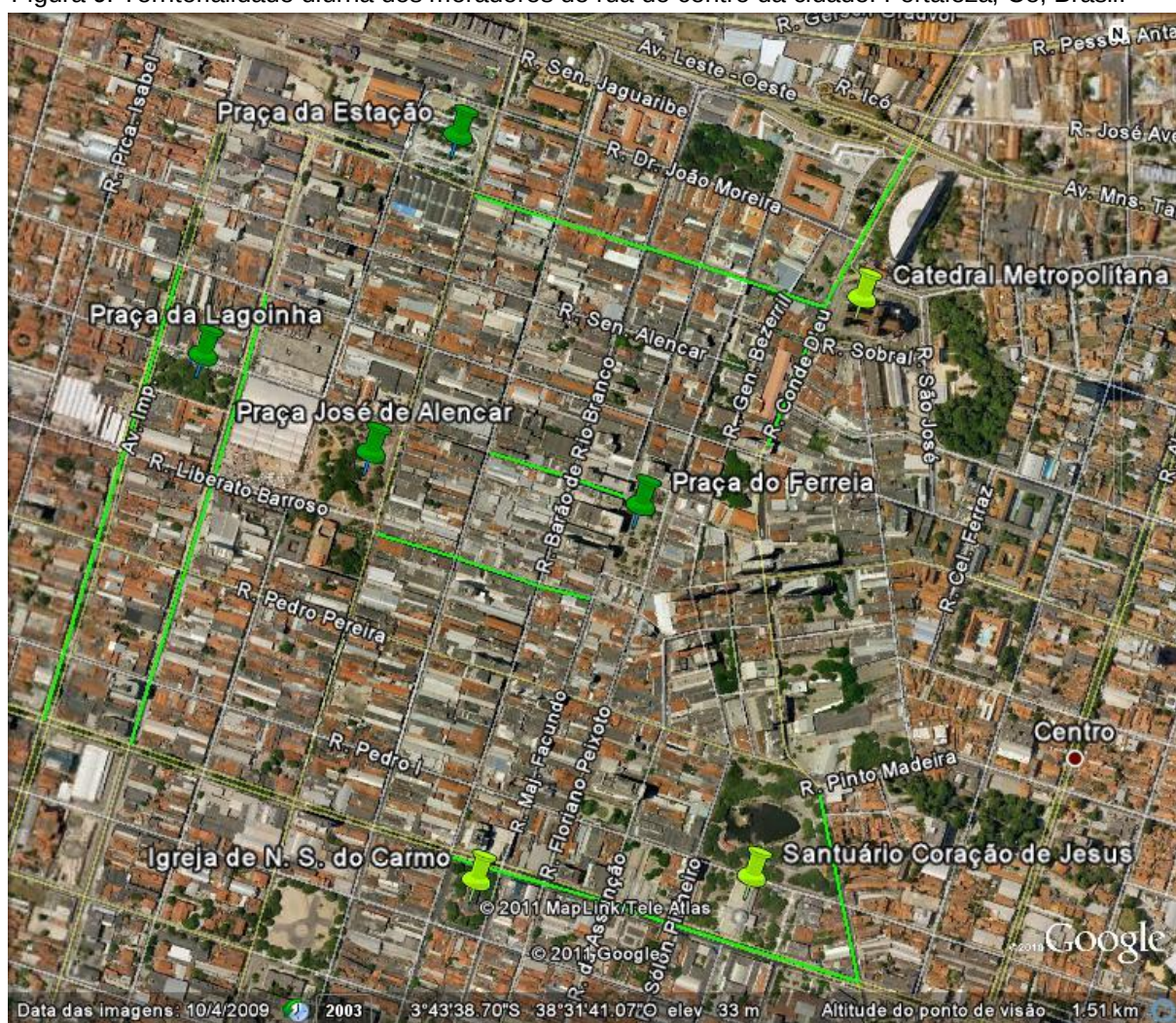
Tomemos de início o bairro do Centro, espaço fundante da cidade de Fortaleza. De acordo com Silva (2006, p. 80), o centro da cidade é recortado por vários territórios cujas fronteiras são invisíveis. Não é de nosso interesse abordarmos os diferentes territórios apropriados por diversos grupos sociais presentes no centro da cidade, mas, sim, aquelas construídas pelos moradores de rua.

Nesse sentido, identificamos as territorialidades dos moradores de rua nas principais vias, especialmente nas que bordejam o bairro do Centro, nas que se localizam nas mediações das praças e também naquelas que possuem maior dinamicidade comercial e acentuado fluxo de transeuntes. A figura 9 representa a territorialidade diurna dos moradores de rua que vivem no centro da cidade.

Podemos verificar presença significativa de moradores de rua nas Avenidas do Imperador, Tristão Gonçalves e Duque de Caxias, se estendendo até a Praça do Coração de Jesus. Além das Ruas Conde D'eu, se estendendo até a Avenida Alberto Nepomuceno e a Rua Castro e Silva, alcançando a Praça da Estação. Entre aquelas de intenso fluxo de transeuntes e dinamicidade comercial estão as Ruas Liberato Barroso e Guilherme Rocha.

Nota-se que, em ruas próximas às principais praças do Centro, há uma maior presença de moradores de rua nos quarteirões que bordejam as referidas praças. Dentre as praças, destacamos a José de Alencar, do Ferreira, dos Leões, do Coração de Jesus, do Carmo e da Estação.

Figura 9. Territorialidade diurna dos moradores de rua do centro da cidade. Fortaleza, Ce, Brasil.



Legenda: — Territorialidade dos moradores de rua
 Fonte: Pesquisa Direta. Google Earth, 2009.
 Organização: MONTEIRO; PINHEIRO, 2011

Nessas áreas, os moradores de rua se misturam aos transeuntes e vão construindo suas territorialidades no movimento dinâmico em busca da sobrevivência, configurando o que Souza (1995) caracteriza como *territorialidades flexíveis*. Outros, que adquirem a sobrevivência por meio da mendicância, fixam-se cotidianamente em determinadas frações do espaço nas ruas do centro da cidade, demarcando seu território com os meios de que dispõem, ainda que estes meios tenham a dimensão de um pedaço de papelão, como pode ser visto na figura 10.

Figura 10: Demarcação do território no centro da cidade de Fortaleza, CE, Brasil.



Não podemos dizer que todos os mendigos são moradores de rua. E nem que todos os moradores de rua são mendigos, como já afirmamos anteriormente. Há aqueles que mendigam no centro da cidade durante o dia e, ao fim de sua jornada diária, retornam às suas casas, normalmente em bairros periféricos da cidade.

Territorialidades diurnas também foram verificadas em outras áreas da cidade. Nos bairros adjacentes ao centro, a exemplo dos bairros Benfica e Montese, também verificamos a presença de moradores de rua, territorializando espaços pelo processo de apropriação. Assim, destacam-se os corredores formados pela Avenida Treze de Maio, especialmente no trecho compreendido entre a Reitoria da Universidade Federal do Ceará – UFC e o 23º BC, como podem ser visto na Figura 11.

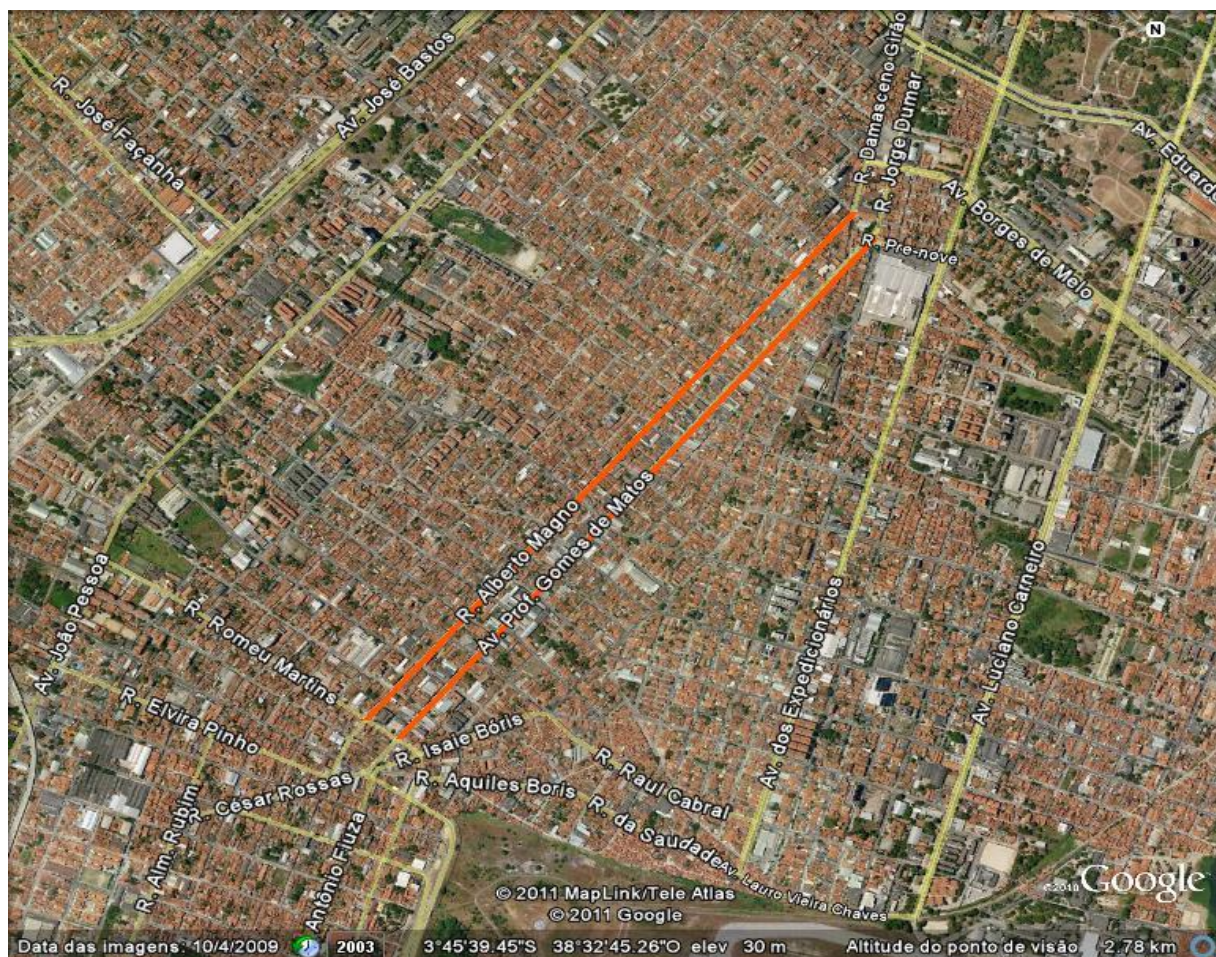
Figura 11. Territorialidade diurna dos moradores de rua no Bairro do Benfica. Fortaleza, Ce, Brasil.



Este trecho compreendido entre a reitoria e o 23º BC, devido à presença de diferentes instituições de ensino, é caracterizado por intenso fluxo de pessoas ligadas à vida acadêmica e de serviços voltados para este fim. Podemos verificar a existência de territorialidades distintas nessa área, na medida em que ora é apropriada pelo público acadêmico, ora pelos moradores de rua, especialmente no período noturno, quando é possível encontrar um maior número de moradores de rua dormindo em papelões, sob a proteção das marquises dos barezinhos ou das livrarias.

O Montese foi outro bairro em que a territorialidade dos moradores de rua se faz presente. Nesse bairro, destacamos as áreas mais dinâmicas, cujo comércio varejista é intenso, configurando um local de grande fluxo de pessoas e serviços, como pode ser verificado na Figura 12.

Figura 12. Territorialidade diurna dos moradores de rua do Bairro Montese. Fortaleza, CE, Brasil.



Legenda: — Territorialidade dos moradores de rua

Fonte: Pesquisa Direta. Google Earth, 2009.

Organização: MONTEIRO; PINHEIRO, 2011

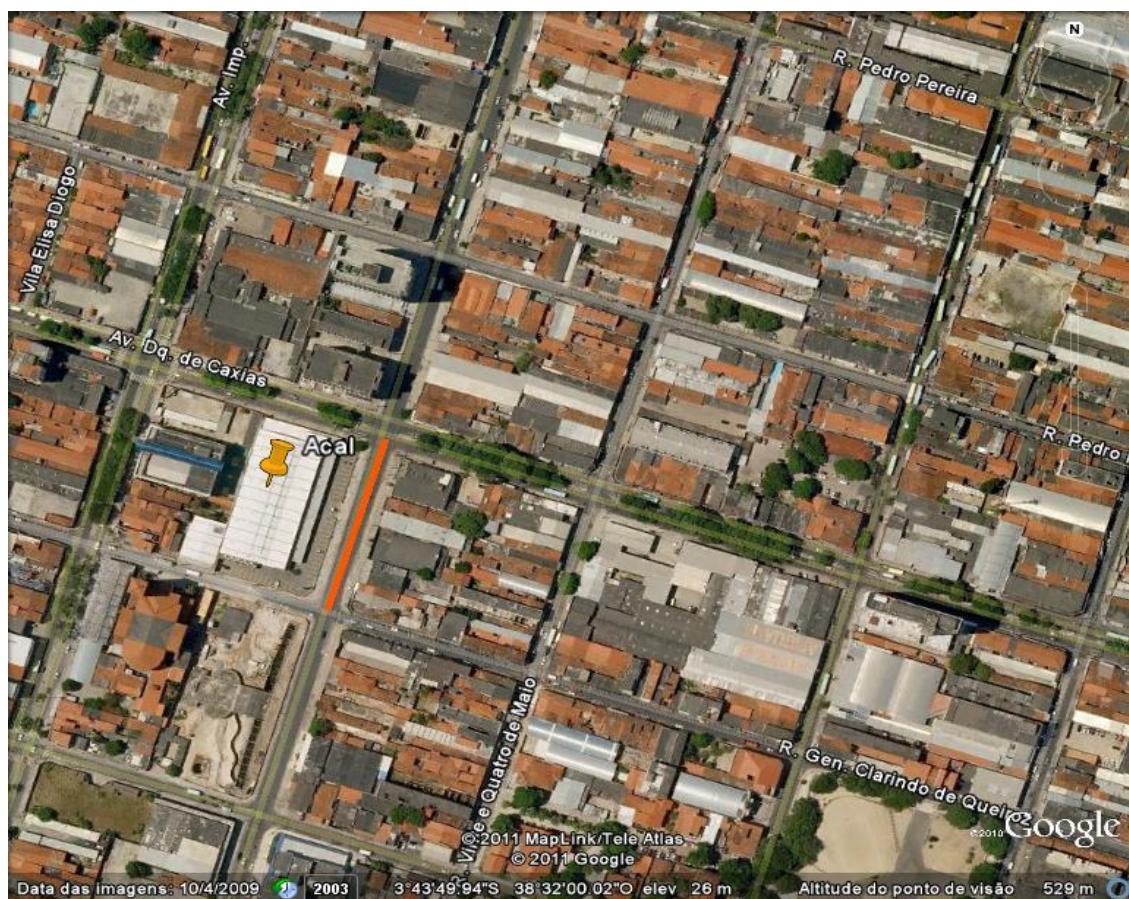
Essa característica comercial apresenta-se como um atrativo para os moradores de rua, na medida em que funciona como meio possível para que possam adquirir recursos de sobrevivência, tanto pelo ato da mendicância como pelo exercício de alguma atividade informal.

4.2 As territorialidades noturnas dos moradores de rua de Fortaleza

Em se tratando das territorialidades noturnas, foi verificado na pesquisa de campo que, ao contrário daquelas construídas diurnamente, a territorialidade noturna é construída em espaços específicos, apresentando uma característica de fixidez, em vista da necessidade de abrigar-se para dormir.

Nesse sentido, os locais onde identificamos esse fato estão inseridos nas áreas bordejantes do Bairro do Centro, quais sejam: Avenida Tristão Gonçalves, entre a Avenida Duque de Caxias e Rua Meton de Alencar, conforme Figura 14.

Figura 14. Territorialidade noturna dos moradores de rua do Centro da Cidade de Fortaleza, CE, Brasil.



Legenda: — Territorialidade dos moradores de rua

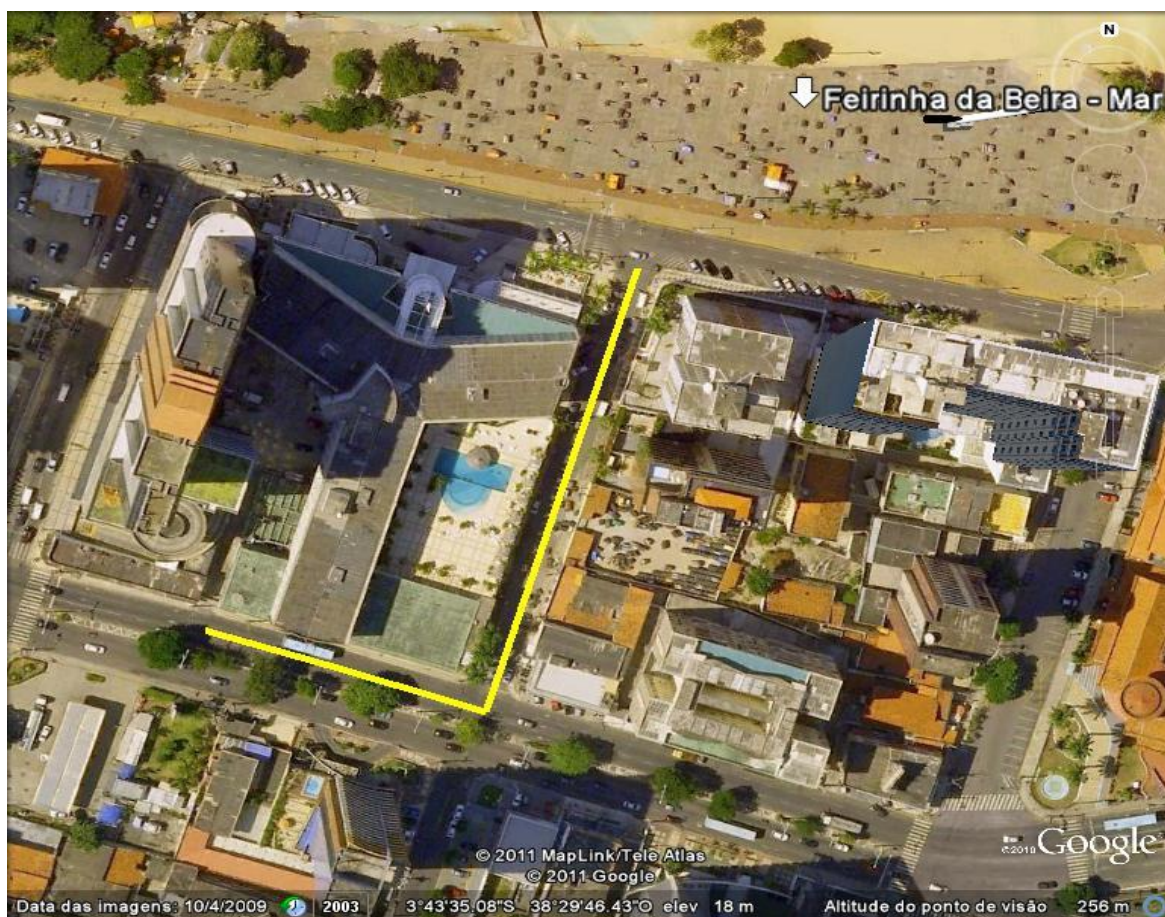
Fonte: Pesquisa Direta. Google Earth, 2009.

Organização: MONTEIRO; PINHEIRO, 2011

Nessa área, podemos identificar a territorialidade noturna de grande quantidade de moradores de rua, aproximadamente 50 pessoas, que se alocam na Avenida Tristão Gonçalves, seja na calçada das Lojas Acal ou do outro lado da via, na proximidade da agência dos correios. Nessa área, em cima de colchões surrados ou de papelões, passam toda a noite.

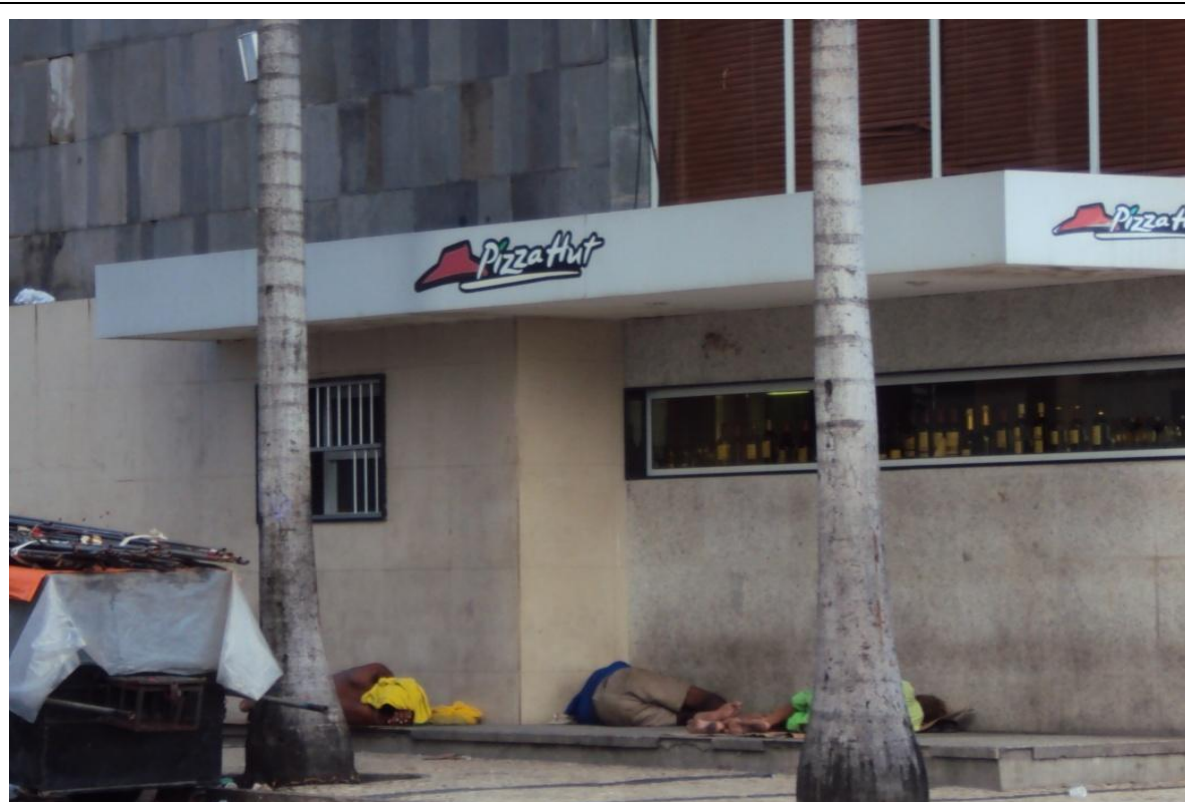
As figuras 15 e 16 revelam os territórios ocupados pelos moradores de rua na Avenida Beira-Mar, especialmente nas imediações da Pizza Hut e Feirinha da Beira-Mar, que alcançam ao mesmo tempo a dimensão de abrigo e de recurso, já que muitos adquirem o seu sustento transportando carrinhos de mercadorias na feira, permanecendo no mesmo espaço durante a madrugada para dormirem.

Figura 15. Territorialidade noturna dos moradores de rua da Avenida Beira-Mar, Fortaleza, CE, Brasil.



Legenda: — Territorialidade dos moradores de rua
 Fonte: Pesquisa Direta. Google Earth, 2009.
 Organização: MONTEIRO; PINHEIRO, 2011

Figura 16: Moradores de rua e o carrinho da feira nas imediações da Av. Beira-Mar. Fortaleza, CE, Brasil.



Fonte: Monteiro, Outubro de 2010

Ainda na área litoral da cidade, identificamos a presença de moradores de rua que exercem a atividade relacionada aos resíduos sólidos, nas adjacências do Centro Cultural Dragão do Mar, na Praia de Iracema, como pode ser visto na figura 17.

Figura 17. Territorialidade noturna dos moradores de rua nas imediações do Centro Cultural Dragão do Mar, Fortaleza, CE, Brasil.



Legenda: — Territorialidade dos moradores de rua.

Fonte: Pesquisa Direta. Google Earth, 2009.

Organização: MONTEIRO; PINHEIRO, 2011

Outras áreas territorializadas noturnamente pelos moradores de rua no Centro da Cidade foram identificadas na Praça Dom Pedro II (Figura 18) e na Praça do Santuário Coração de Jesus (Figura 19) e na Praça da Igreja do Carmo (Figura 19).

Figura 18. Territorialidade noturna dos moradores de rua do Centro da cidade de Fortaleza, CE, Brasil.

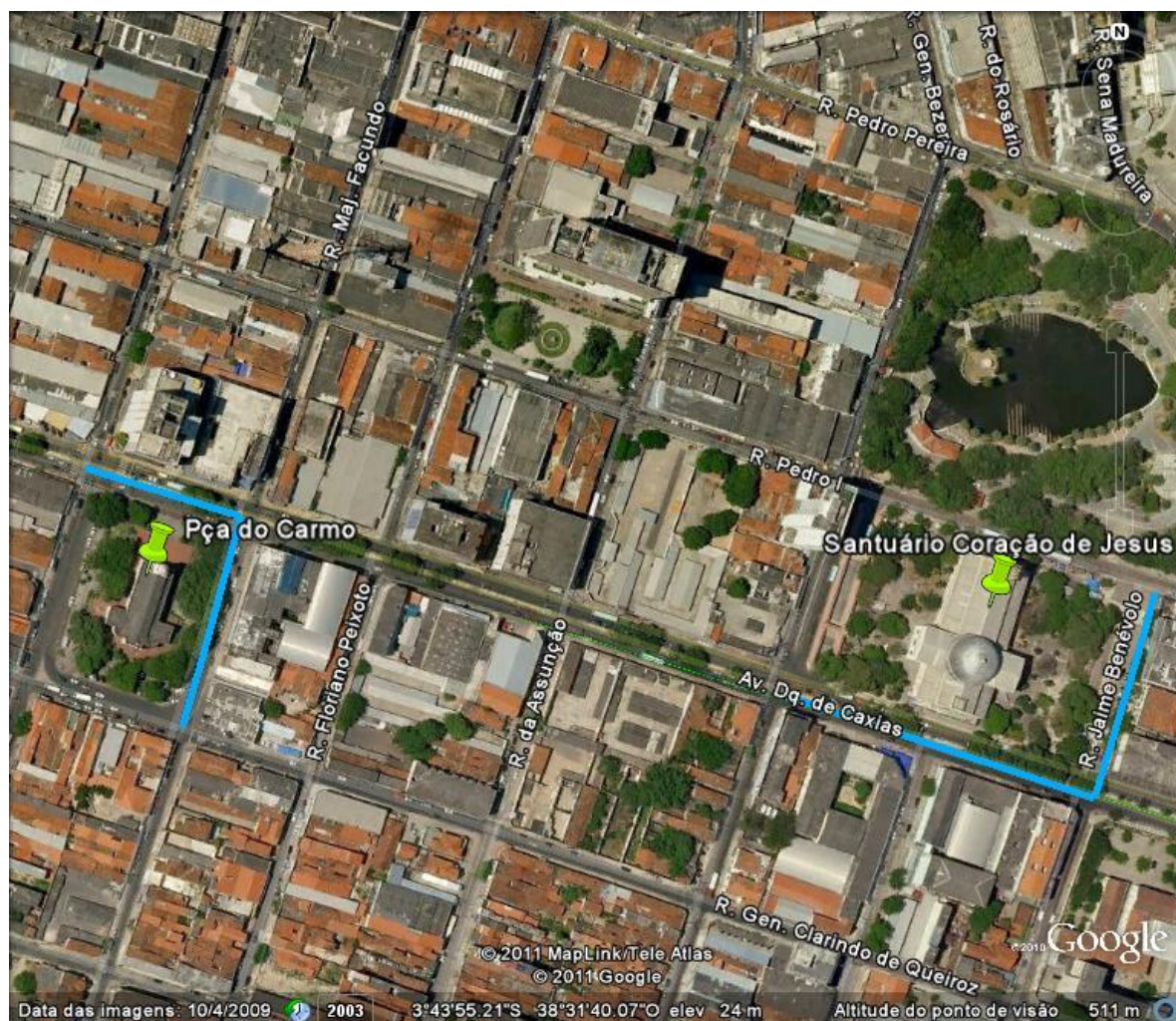


Legenda: — Territorialidade dos moradores de rua

Fonte: Pesquisa Direta. Google Earth, 2009.

Organização: MONTEIRO; PINHEIRO, 2011

Figura 19. Territorialidade noturna dos moradores de rua do Centro da cidade de Fortaleza, CE, Brasil.



Assim, podemos inferir que as territorialidades construídas pelos moradores das ruas, por meio da apropriação dos espaços, possuem temporalidades diferenciadas, apresentando diferentes usos quer diurna ou noturnamente. As territorialidades diurnas se configuram como flexíveis, sendo construída no perambular dos moradores de rua nas diferentes áreas da cidade.

Já as territorialidades noturnas apresentam-se caracterizadas por certa rigidez espacial, na medida em que cotidianamente também se associam à identidade referencial do morador de rua. O espaço que o morador de rua tem como referência para pernoite é o que o identifica entre os outros moradores de rua que não têm o mesmo espaço de referência. Assim, é comum escutar “o Carlinhos da Sé”, o “Marcelo da Beira-mar”, por exemplos.

5 GÊNERO DE VIDA DOS MORADORES DE RUA DE FORTALEZA

Buscamos compreender o gênero de vida dos moradores de rua da cidade de Fortaleza, entendendo gênero de vida ou modo de vida como “as formas específicas que cada grupo desenvolve sua maneira de ser e de viver”. Destacamos o ambiente familiar e a rua.

5.1 O ambiente familiar

Para muitos de nós, a casa carrega em si a imagem de espaço de intimidade, de aconchego, segurança e proteção. Do outro lado da representação da casa temos a rua, imagem da desproteção e dos perigos. Castro (2004, p. 40) nos afirma que a casa e a rua não se confundem, pois evocam sentimentos e afetos diferentes.

No entanto, para aqueles que fazem da Rua o *locus* de sua vivência, essa imagem da casa não corresponde à experiência que fizeram em suas famílias de origem.

Diógenes (1994 *apud* RIBEIRO, 2008) enfatiza a cidade de Fortaleza como lugar de contrastes em que riqueza e crescimento se opõem a pobreza e exclusão. Destaca a diferenciação representativa da casa e da rua para as famílias no cenário de riqueza e de pobreza.

A Constituição Brasileira (1988, Art. 226, parágrafo 4) considera entidade familiar a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes. O mesmo estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em seu Art. 25, definindo como família natural “a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes”.

Em nossa pesquisa de campo, constatamos que as famílias de origem dos entrevistados são predominantemente do tipo monoparental ou recombinações. As famílias monoparentais têm, predominantemente, a figura feminina como referencial. Já nas famílias do tipo recombinações, verifica-se maior número das que apresentam a figura do padrasto.

A situação em que vivem as famílias e as histórias familiares dos moradores de rua apresentam semelhanças entre si. Normalmente, são famílias com baixo índice de escolaridade e envolvimento no uso e\ou tráfico de drogas.

Os dados da pesquisa anual sobre a vivência de crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas de Fortaleza revelam que a situação familiar contribui para a ida às ruas, quer seja por problemas de ordem socioeconômica (miséria), vínculos afetivos fragilizados ou por violência doméstica.

Constatações semelhantes também foram alcançadas em nossa pesquisa direta, conforme tabela a seguir:

Tabela 3. Motivos que os levaram à Instituição de Acolhimento de Fortaleza, CE, Brasil

Motivações	Adultos masculinos (acima de 18 anos)	Adolescentes (de 12 a 18 anos)	Total
Abandono\ Fragilidade dos laços familiares\ desamor	3	1	4
Drogas \ Ameaça	1	5	6
Ausência de moradia	2	0	2
Indefinido	1	0	1
Total	7	6	13

Fonte: pesquisa direta

Analisando a Tabela 3, verificamos que cinco dos seis adolescentes entrevistados relataram que sua ida para as ruas esteve associada ao uso das drogas, o que corresponde a 83% dos adolescentes. Quando perguntamos ao entrevistado “Antes de ir para a rua, onde você estava?”, a resposta nos deu a oportunidade de apreendermos as situações de vida em casa e na rua.

— *Tava em casa. Aí em casa os meninos me ameaçaram e ameaçaram matar minha irmã. Eu peguei puni pela minha irmã. [...] Minha irmã tava devendo. Ela tinha perdido o revólver dum rapaz, né, ela também usava droga, tinha pegado o revólver do rapaz. Aí o rapaz foi lá em casa atrás dela, tentar matar ela lá em casa. Ela tava lá dentro de casa, ela tava grávida ela... tentou matar ela com o facão, peguei tomei o facão da mão dele. Acabei cometendo isso aí. Não deu pra segurar não. Porque se eu visse minha irmã morta naquela hora... acho que o cara também tinha morrido na hora [...] Aí fui pra rua, usei droga.*

Já em relação aos entrevistados adultos, o maior percentual está relacionado à fragilidade dos vínculos familiares (43%), acompanhado da ausência de moradia (29%), drogas (14%) e indefinidos (14%).

Os dados coletados também podem ser visualizados nas falas dos entrevistados, a exemplo de um senhor de 69 anos que responde à pergunta: Onde você estava antes de ir para a rua?

— *Eu morava com uma mulher. Morava com uma mulher numa casa e tomava contada da pensão. E ao mesmo tempo trabalhava, né. Vendendo picolé, água, refrigerante... mas aí a gente se separou, aí eu fiquei na rua... desiludido. Bebia muito... Bebia muito álcool. Aí fiquei na rua mesmo. Pra não prejudicar ninguém.*

Em relação ao público adolescente, merecem destaque os conflitos comunitários explicados como motivadores para a ida às ruas, passíveis de serem constatados nas falas dos entrevistados.

É o que revela um rapaz de 15 anos a quem estamos denominando de Natanael:

O que foi que te fez vir para o abrigo?

— *Ameaçado em casa, pela comunidade.*

Não são raros os casos em que o adolescente, não podendo pagar as dívidas de drogas aos traficantes, precisam deixar suas comunidades de origem. Nesses casos, se não fugirem, morrem.

A situação é de tal modo preocupante que, em todas as instituições pesquisadas, cujo público acolhido é adolescente, o maior percentual de acolhidos são justamente os adolescentes que são ameaçados em suas comunidades de origem.

A situação se mostra de tal modo desafiadora que as instituições que originalmente possuíam perfil específico para o público morador de rua, vê-se na necessidade de mudar seu perfil para responder às demandas atuais.

Podemos, assim, inferir que a situação vivida pelos moradores de rua é, em grande parte, reflexo de condições adversas presentes no núcleo familiar. Não estamos, assim, querendo afirmar que todas as pessoas inseridas em famílias cujas condições são adversas se tornarão moradores de rua. Se assim o fizéssemos, estaríamos caindo em um determinismo e desconsiderando a possibilidade de resiliência verificada em algumas personalidades.

Contudo, a situação familiar é um dos grandes desafios quando se analisa o fenômeno dos moradores de rua.

5.2 A rua

A rua já não mais representa simplesmente aquele ambiente destinado aos passos alucinantes de viandantes, sôfregos para chegarem ao seu destino. Para muitos, a rua passa a ter a dimensão da casa, como nos afirma Cabral (2005, p. 5), “na rua há espaços ocupados no sentido da casa, onde determinados grupos sociais vivem como ‘se estivessem em casa’”.

Alocados nas praças da cidade ou misturados à paisagem urbana, em um mimetismo que os torna quase invisíveis, os moradores das ruas fazem desse ambiente o *locus* de sua existência, espaço de reprodução de suas relações sociais.

A rua é, assim, o cenário de todo o movimento cotidiano da vida, onde as atividades rotineiras do dia a dia, normalmente associadas a casa enquanto espaço de intimidade, é realizada no espaço público.

Gomes (2002, p. 162 e 166) entende o espaço público sob dois aspectos. Segundo o autor, em termos físicos, o espaço público é qualquer lugar, podendo ser ruas, praças, shopping, praia, em que não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa. Em termos simbólicos, é aquele lugar mesclado pela tensão entre a diferença e a possibilidade do coabitar.

Não é raro verificar a apropriação privada de espaços públicos na cidade de Fortaleza. Essa apropriação, em muitos casos, apresenta como protagonistas as classes sociais mais pobres, destituídas das economias formais. Encontramos, assim, muitas de nossas ruas e praças ocupadas por camelôs, prostitutas e moradores de rua, mendicantes ou não.

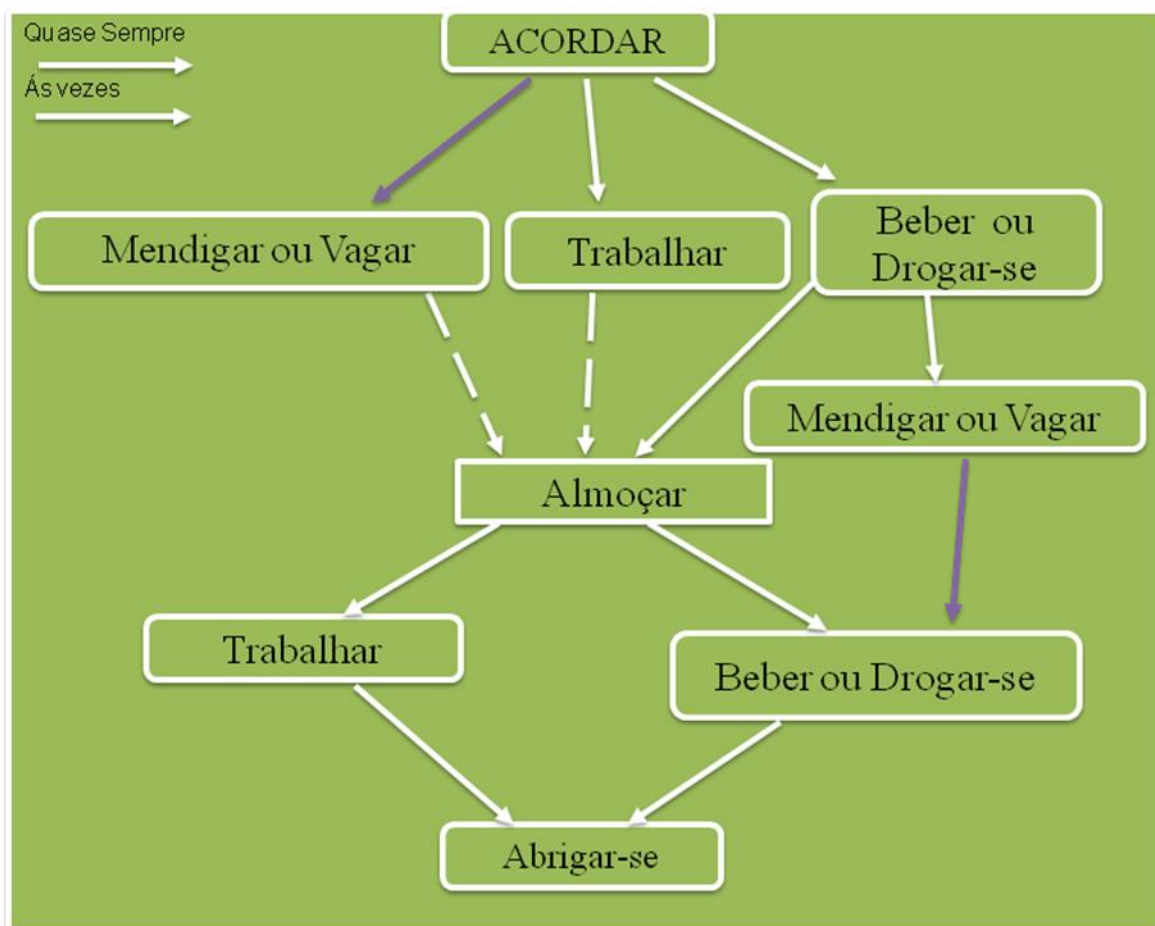
É comum passar pelas ruas de nossa cidade e encontrar famílias inteiras na situação de rua. Na verdade, em “situação de rua” é um modo de dizer, já que o termo dá a ideia de uma situação temporária, o que, de fato, parece não o ser.

De acordo com Silva (2007, p. 28), essa constatação denota um agravamento da desigualdade social, pois há diferença entre os moradores de rua que foram expulsos de sua casa, devido à fome, às drogas etc., daqueles que nasceram nas ruas. Os últimos são frutos da pobreza e do descaso político.

Hoje, o que nós vemos são os “filhos da rua”. Crianças, filhos de moradores de rua, que reproduzem a mesma história dos pais. Para muitos, a condição de morador de rua é hereditária.

É dinâmico o transcorrer de um dia inteiro nas ruas. A rotina dos moradores de rua é intercalada por várias atividades, como se pode examinar na Figura 20.

Figura 20. Rotina esquemática dos moradores de rua na cercania do centro da cidade. Fortaleza, CE, Brasil.



Fonte: Pesquisa direta

A vida vai acontecendo a partir da rua. Nela, os moradores de rua buscam locomover-se para obterem sua sobrevivência diária e/ou sustentarem o vício; na rua, buscam locais onde possam abrigar-se para dormir e onde possam suprir suas necessidades de higiene e de alimentação.

Na rua também buscam segurança, já que, em se tratando dos indivíduos adolescentes, muitos não a possuíam quando estavam no ambiente familiar. Daí porque geralmente estão em grupos ou procuram espaços escondidos para abrigar-se durante a madrugada.

5.2.1 Perambulando

Uma das características mais evidentes dos moradores de rua é o ato de perambular, tal qual foi relatado no capítulo quatro deste trabalho dissertativo, na construção das territorialidades.

Quando perguntado sobre essa temática, Sr. Raimundo (79 anos) responde:

— *“Eu ia no Otavio Bonfim, São Gerardo, Monte Castelo, Aldeota...[...], eu ia de pé. Nunca gostei de andar de ônibus não. Eu ia de pé, de pé, de pé, de pé, de pé até voltar. Quando eu ia voltar, era de tarde, já”,* disse ele.

Os dados obtidos nas entrevistas evidenciam que o perambular a pé é o modo mais frequente encontrado pelos moradores de rua para locomover-se pela cidade, mesmo que esta locomoção signifique percorrer longas distâncias. É o que nos relata Marcelo (49 anos):

Quando você estava na rua, qual o lugar em que você ficava?

— *Ah, não tinha lugar certo não. Ficava em muitos lugares...*

Quais eram, você lembra?

— *Ficava na praia...*

Qual praia?

— *Praia de Iracema. Ficava lá na... fui bater lá na Barra do Ceará. Ficava lá perto da praia da Barra do Ceará também.*

Aí você dormia nesses locais ou ia só lá passar o dia?

— *Dormia lá numa rua... passava o dia dormindo.*

Fora esses dois locais, quais os outros cantos que você já passou na rua?

— *Centro mesmo [...]*

No centro onde você ficava?

— *Ficava lá pela praça José de Alencar... mas eu não dormia lá não, era difícil eu dormir lá. Dormia mais na praia e lá na Barra do Ceará.*

Porque você preferia ir passar o dia no centro?

— *É... eu ia pro Centro pra andar. Não tinha o que fazer.*

Por meio da análise dos dados, foram identificados bairros em que os moradores de rua relataram ter permanecido por um determinado período de tempo, durante sua permanência na rua.

Entre os mais mencionados estão os bairros do Meireles (Beira-Mar), Aldeota, Parangaba, José Walter, Centro e Messejana. Esses bairros frequentemente diferem daqueles onde se encontram suas residências. No decorrer da pesquisa, foi constatado que os bairros de origem dos moradores de rua localizam-se nas periferias da cidade.

Em contrapartida, os bairros onde perambulam com maior frequência estão localizados em áreas mais urbanizadas e dinâmicas na cidade.

Durante a pesquisa de campo foi identificado a existência de pessoas moradores de rua em Fortaleza que não são da própria cidade.

Tabela 4: Origem de nascimento dos moradores de rua da cidade de Fortaleza, CE, Brasil.

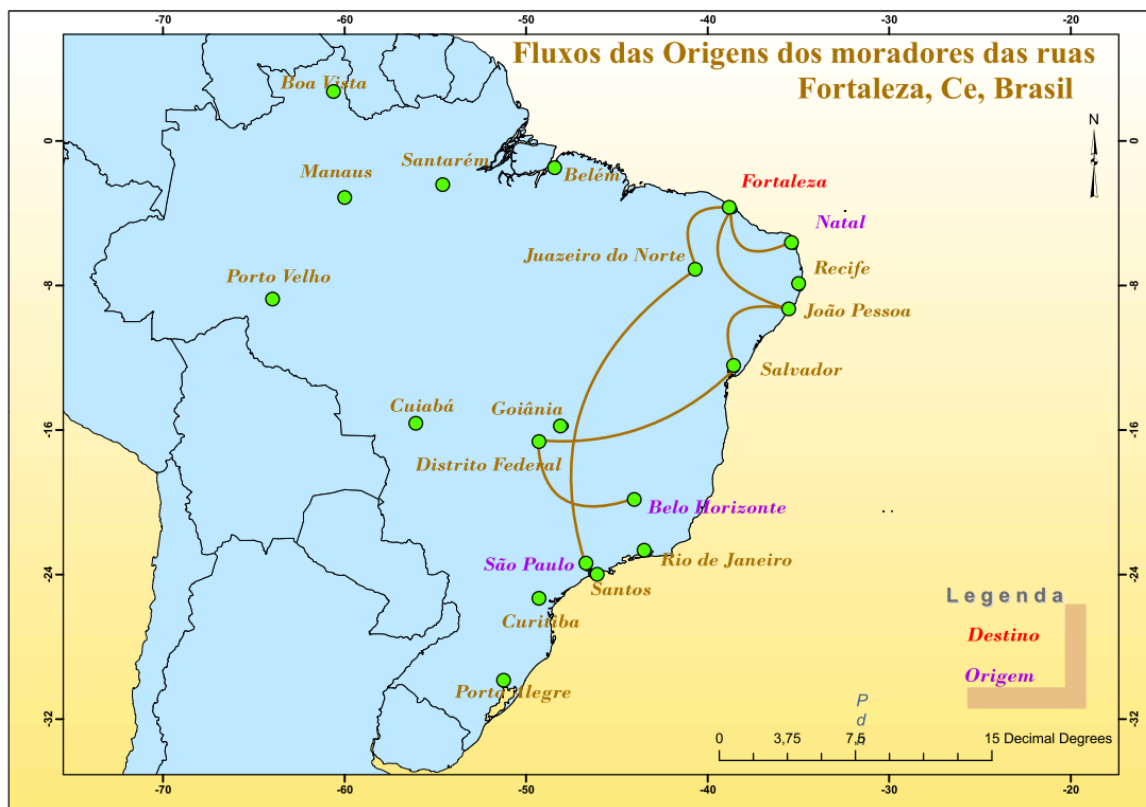
Origem	Nº abs.	%
Cidade de Fortaleza	7	54
Outras cidades do Ceará	1	8
Outros Estados do Brasil	5	38
Total	13	100

Fonte: Pesquisa Direta

De acordo com os dados da tabela, podemos verificar que 92 % dos moradores de rua entrevistados são naturais da cidade de Fortaleza ou de outros Estados Brasileiros. Apenas 8 % são oriundos de outras cidades do interior do Estado do Ceará.

Podemos identificar na figura 21 o itinerário dos moradores de rua que saíram de sua cidade natal e passaram por vários estados antes de chegarem a Fortaleza.

Figura 21. Fluxo dos Estados de Origem dos moradores de rua de Fortaleza, CE, Brasil.



Organização: Monteiro; Pinheiro, 2011

Há casos de experiências de vivência nas ruas feitas em outras cidades e que, por circunstâncias várias, acabaram chegando à cidade de Fortaleza, onde continuaram nas ruas, indo, posteriormente, para as Instituições de Acolhimento.

Entre os estados do Brasil identificados, destaca-se São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Salvador, João Pessoa e Natal.

Esta constatação rompe a idéia de que os moradores de rua da cidade de Fortaleza estão associados à seca. Os moradores de rua não são migrantes fugindo de guerras ou desastres naturais. Ao contrário, são pessoas naturais da própria cidade de Fortaleza ou advindas de outros Estados.

5.2.2 O trabalho

A rua é também local de trabalho para seus moradores. Muito comum é associar o morador de rua à mendicância. Tal fato talvez seja explicado pela composição heterogênea do grupo social em análise. Há os que são moradores de rua, os que são mendicantes e os catadores de resíduos sólidos.

Essa dificuldade de separação, por vezes, pode ser difícil, visto que, em muitos casos, essas três categorias sociais se entrelaçam e se dissolvem, dependendo das circunstâncias. Ou seja, o morador de rua pode, em um dado momento, exercer a atividade da mendicância e, em outros, exercer a atividade de catação de resíduos sólidos, enquadrando-se, assim, em categorias diferentes.

Vejamos o que nos diz Dona Francisca de 62 anos:

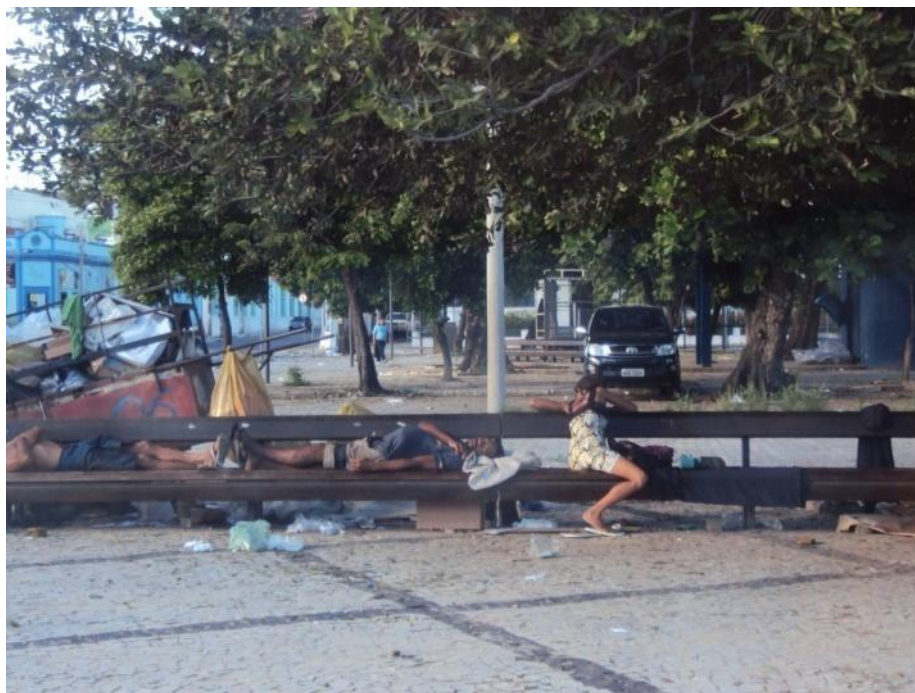
— *Eu também trabalhei, sucateira, trabalhava lá na praia de Iracema e na praia do náutico, juntando latinha que era de alumínio, e tem as de ferro, sabe, aí foi o tempo que caiu o preço aí pronto, eu deixei de trabalhar [...]*

Aí a senhora trabalhava o dia todo e a noite ia lá pro seu cantinho na praça...

— *Era, pro meu cantinho. Eu saía 5 horas da manhã. Chegava seis, sete horas da noite, quando tinha shows nos clubes eu ficava nos shows, né, juntava muito... aí os vigia de lá via a minha luta, né, aí quando era tempo de show eles fazia era juntar os sacão preto deste tamanho, cheinho guardava aí quando eu ia... taqui vozinha, as suas latinha ta guardada aqui. Aí abria o depósito e me entregava os sacos... aí eu me sentava debaixo dos pés de castanholas e ia amassar, amassava e [...] ia vender no depósito.*

Independentemente do tipo e da periodicidade da atividade que realizam, muitos têm o seu dia marcado pelo trabalho informal, como guardar carros, limpar os vidros dos carros nos sinais de trânsito, catar resíduos sólidos e transportar mercadorias dos artesãos da Avenida Beira-Mar. Estas são algumas das atividades realizadas por esses seres humanos, cujo trabalho se apresenta precarizado.

Figura 22. Família moradora da rua que exercem a atividade de catação de resíduos sólidos na Praia de Iracema, Fortaleza, CE, Brasil.



Fonte: Monteiro, Outubro de 2010

Figura 23. Morador de rua que exerce a atividade de catação de resíduos sólidos na Praia de Iracema, Fortaleza, CE, Brasil.



Fonte: Monteiro, Outubro de 2010

João (14 anos), um de nossos entrevistados, nos revela o modo como fazia para conseguir a alimentação diária:

Aí como é que você fazia pra comer na rua?

— *No sinal, limpando vidro.*

E ainda:

E como era o teu dia?

— *Era de manhã eu vivia no MacDonald pedindo um trocado e a tarde eu puxava os carros na feira, ali na beira-mar. Lá nas barracas da feira, aí puxava uns trinta carro por dia, aí eles me pagavam.*

Outros, em contrapartida, passam o dia na mendicância, seja de modo estático, em um lugar fixo, ou de forma dinâmica, movimentando-se por diversas áreas e sinais de trânsito de nossa cidade. Essa situação é relatada pelo senhor Daniel (69 anos):

E lá no centro da cidade como é que o senhor fazia pra sobreviver?

— *Pedindo...*

Só pedindo ou o senhor tinha algum trabalho?

— *Não tinha, não tinha trabalho não.*

Há, também, aqueles que, nos sinais, realizam algum tipo de atividade com o intuito de receberem um agrado pela ação realizada. Um exemplo são os que fazem malabarismos circenses, como podemos ver na figura 24.

Figura 24. Atividade circense como modo de obtenção de recursos financeiros, Fortaleza, CE, Brasil.



Assim, podemos verificar que o trabalho precarizado faz parte da rotina dos moradores de rua, embora não seja realizado continuamente. Antes, o exercício da atividade laboral é intercalado por outras atividades, como a mendicância, o perambular ou o uso de drogas.

5.2.3 O uso das drogas

O ciclo percorrido pelo morador de rua desde o momento em que ele sai de casa até alcançar uma instituição de acolhimento é perpassado pelo vício. Antes mesmo que ele chegue à condição de morador de rua, o uso das drogas ou do álcool já é presente em sua vida, mesmo que minimamente.

Ao longo da pesquisa de campo, no decorrer das entrevistas, sejam as que foram realizadas com os adolescentes, com os adultos ou com os coordenadores das instituições de acolhimento, o tema mais enfatizado foi o uso das drogas.

Os dados mostram diferenciações entre o uso de drogas ilícitas ou do álcool de acordo com a faixa etária do indivíduo. O álcool está muito mais associado ao morador de rua qualificado como adulto. Por outro lado, o uso de drogas ilícitas, como o crack e derivados, está muito mais associado ao morador de rua adolescente, ou seja, aquele entre 12 e 18 anos.

Vejamos o relato de Paulo (15 anos):

Como é o dia inteiro na rua?

— *Eu ia pro super lagoa, voltava, super lagoa, fumava droga, voltava... quando eu não tinha nada pra fumar eu ia atrás de fumar. Dois conto pegava o baguí, fumava e ia dormir.*

Eis como o Sr. Sandro (61 anos) resume o seu dia na rua:

O senhor tem como me dizer como é o dia inteiro na rua?

— *Ah! Comer, beber e dormir.*

O Sr. Marcelo (49 anos) também nos revela:

— *[...] quando eu tava na rua eu andava todo sujo. Andava sujo. Andava bêbado.*

As drogas, em muitos casos, estão associadas às motivações que os levaram à condição de rua e ao mesmo tempo é fator decisivo para a permanência na rua, apresentando-se como uma das vantagens de viver na rua.

Tabela 5. Tempo de permanência nas ruas de Fortaleza, CE, Brasil

Tempo	Nº	%
0 – 1	4	31
1 – 2	3	23
2 – 3	2	15
6 – 7	2	15
9 – 10	1	8
Indefinido	1	8
Total	13	100

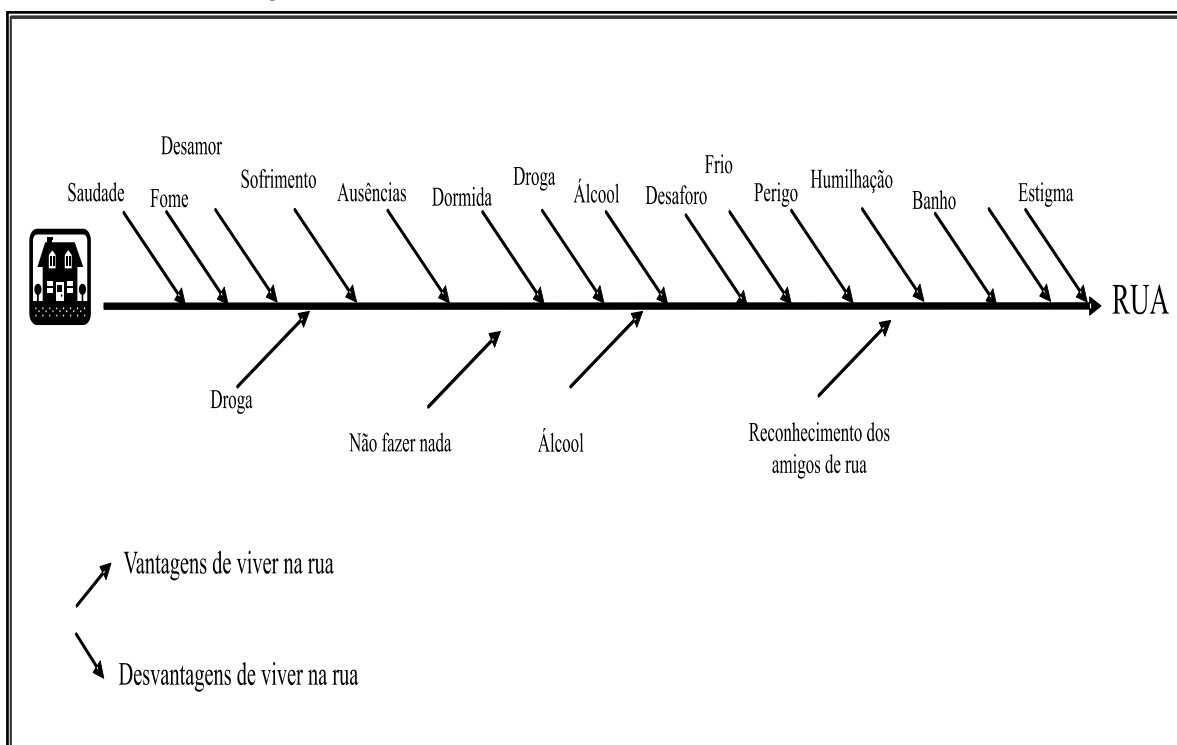
Fonte: Pesquisa direta

É significativo verificar, na Tabela 5, o tempo de permanência nas ruas. Entre zero e 1 ano, o percentual equivale a 31%. Já para a permanência de 1 a 2 anos é de 23% e para a permanência de 2 a 3 anos e 6 a 7 anos, correspondem, igualmente, a 15%.

O Gráfico 1 é revelador para compreendermos o peso das drogas sobre a vida daqueles que moram nas ruas. Analisando-o, podemos verificar um número muito maior de desvantagens do que de vantagens em viver nas ruas. Como desvantagens, foram citadas a saudade da família, a fome, dificuldades para dormir, as humilhações, o perigo, dificuldade de banho etc.

Foram identificadas apenas quatro vantagens em viver nas ruas, quais sejam: droga, álcool, reconhecimento dos amigos e a ociosidade ou o fato de não fazer nada. Ainda assim, embora sejam em menor número do que as desvantagens, as vantagens são mais significativas para os moradores de rua.

Gráfico 1. Perdas & ganhos na rua.



Fonte: Pesquisa direta

Organização: Maria Odete de Araújo Monteiro e Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro

Mas, se há tantas desvantagens em viver nas ruas, por que o número de retornos à família é menor do que o número daqueles que voltam para as ruas, ainda que tenham passado pelo acolhimento institucional?

Para respondermos a este questionamento, é importante destacarmos alguns aspectos identificados na pesquisa de campo. Aspectos que envolvem o morador de rua em três ambientes diferenciados: na família, na rua e na instituição de acolhimento.

O primeiro aspecto a ser considerado se refere à condição em que este indivíduo se encontra no ambiente familiar e comunitário. A situação familiar em que se encontra é, muitas vezes, envolvida pela pobreza, não somente aquela referida à escassez dos bens materiais.

Não são raros os relatos sobre aspectos familiares significativos para a nossa compreensão. Grande parte das famílias dos entrevistados são monoparentais ou recombinações, formadas pela mãe, pelo padrasto e pelos irmãos. Normalmente, quando não há o padrasto, é a figura feminina que predomina, seja a figura da mãe ou da avó.

É frequente o uso ou o tráfico de drogas por alguns dos membros da família. Em outras situações, o contato com as drogas ocorre por intermédio dos amigos. Nesse último caso, há um comprometimento do convívio familiar, já que, em muitos casos, a família não aceita o uso de drogas por parte de um de seus membros.

Interessante verificar que as famílias podem até aceitar a existência de delitos ou de prisões no núcleo familiar, mas não aceita o uso das drogas. Na verdade, o uso de entorpecentes é como uma chaga na família, que pouco a pouco vai minando os vínculos familiares até que eles sejam rompidos.

Os rompimentos dos vínculos familiares tornam-se mais evidentes quando o drogatício começa a fazer suas experiências de vivência na rua. Normalmente, começam a fazer a experiência de ficar na rua por curtos períodos de tempo, depois estes períodos vão se tornando mais longos, até permanecerem em definitivo.

O segundo aspecto apresenta-se como uma situação bastante comum e conflituosa, que são as dívidas resultantes do uso de drogas. Muitos são os casos em que o indivíduo é ameaçado pelos traficantes em vista do não pagamento de suas dívidas.

Neste caso, a solução encontrada é a fuga para a rua e a certeza de que dificilmente poderão retornar à sua comunidade de origem, sob pena de serem mortos pelos traficantes.

Esse fato é preocupante entre os adolescentes. Em todas as instituições de acolhimento onde foram realizadas as entrevistas e que atendem o público adolescente, ficou evidente que mais de 90% dos acolhidos estão sob ameaça.

O terceiro aspecto refere-se às poucas possibilidades na cidade de espaços de recuperação química, especialmente para o público feminino. Os espaços de acolhimento não são destinados à recuperação química, embora cerca de 90% dos acolhidos tenham dependência química, seja de drogas mais pesadas ou de álcool.

Assim sendo, fica claro que o êxito do retorno familiar depende de uma série de questões que ultrapassam a esfera das instituições de acolhimento institucional.

5.2.4 O perigo nas ruas, a violência em foco

Esta categoria está presente no modo de vida dos moradores de rua tanto quanto as drogas. Todos eles relatam um fato ou uma situação de violência vivida na rua.

Para os moradores de rua, a violência se apresenta de diversos modos e possui diferentes agentes. Às vezes, ocorre entre os parceiros do próprio grupo ao qual pertencem; em outras, parte de moradores de rua que não fazem parte de seu grupo cotidiano; e há aquelas muitas vezes advindas de pessoas ligadas à segurança pública ou privada.

Os modos mais comuns de violência relatados pelos entrevistados estão associados aos conflitos entre os próprios moradores de rua e entre estes e a segurança pública.

É o que relata o Sr. Raimundo (79 anos),

— Não, eu nunca fui internado na rua não. Fui desse dedo, o rapaz me deu uma dentada no dedo. Um camarada lá na rua. Aí o dedo apodreceu. [...] caiu a metade do dedo todinho. Aí ficou assim desse jeito. Com os nervos do lado de fora...

Ele continua relatando sobre outra violência vivida na rua. Desta vez, a violência não parte de um morador de rua, mas, sim, de outros protagonistas.

— *Aí quando foi um dia, eu fui atacado por um guarda à meia noite, ia dando uma hora da madrugada... Eu tava até apanhando até umas conchinhas de cigarro pra fazer um cigarro de fumo pra mim fumar. Que eu fumo, sabe. Eu fumo mas... me deu vontade e eu sai pra procurar umas conchinha de fumo. Aí quando fui abordado por um guarda. O guarda me chamando de marginal, de ladrão, de tudo no mundo. Não senhor, nunca roubei nada de ninguém aqui não. Cala a boca senão eu te mato é logo. Deu um chute na minha coxa que ficou uma mancha preta.*

Os roubos também são outros fatores de perigo para os moradores de rua.

— *Eu recebi muita cesta básica. Os ladrões roubavam pra vender. Pra fumar pedra... pra fumar o crack.*

E ainda:

— *Só o mirim, os meninos de rua, né... quando via eu dormindo carregava o que eles podia, né? Eu ganhava muita coisa de alimentação. Aí eu butava tudim debaixo do papelãozinho, acalcando o pescoço. Aí eles, né? quando via que eu dormia...eles passava o dia todim trançando meio da rua, né? Eles sabe o horário de tudo ali... ai quando eles via que eu dormia, aí ia lá e fazia a limpeza geral...quando acordava que eu ia procurar encontrava o canto mais limpo, não tinha mais nada.*

Por esse motivo, os moradores de rua estão constantemente sob tensão e medo. Precisam de certo “jogo de cintura” para amenizar as situações que possam colocar suas vidas em risco, além daquele que já é comum pelo simples fato de viverem na rua. Para proteger a própria vida, acabam assumindo uma espécie de processo de adequação social. Em termos populares, poderíamos dizer que eles vão “dançando conforme a música”.

Essa adequação social também passa pelo silêncio diante dos delitos de outrem. Caso contrário, correm o risco de serem punidos por aqueles que foram delatados.

Sobre esse aspecto, relata Dona Francisca (60 anos):

— *Agora, eles não queria era negócio de cabuetagem... a pessoa ver uma coisa e contar, né? principalmente com a polícia. Ou morria ou tinha que escapulir cedo, que eles butava mesmo...pra valer... aí...*

E continua:

— *Tinha aquelas cafezeiras (pelo contexto parece referir-se as cafetinas) antigas por lá, que ainda hoje tem. Aí elas dizia, olhe aqui é assim: você veio pra cá. Porque foi que você veio pra cá? (sussurado). Eu digo: Num sei.(fala em tom forte). Eu digo num sei, eu sei que tô aqui. Até quando, só Deus sabe. Aí disse: porque aqui é assim, assim, assim...aí explicou tudim, né? Tinha costume, né, acostumada a tá no movimento todim, né? disse pra mim tudim, como era lá. Ou você vive aqui assim do jeito que eu tô lhe dizendo ou por outra, você saia. Porque você vai se dar mal... se você vê faça que não viu, se você ouvir diga que não sabe e pronto, e assim você passa sua vida inteira até morrer. Não abra a boca pra nada. A não ser pra um bom dia, uma boa tarde, um oração... assistir a um culto, uma coisa... mas negócio de falar de ninguém daqui, nem... nem pense nisso. Eu lhe mato até você dormindo. Aí, eu fiquei com aquilo na minha cabeça... e assim eu fui levando o tempo, num mexia com ninguém, num bulia com ninguém. [...] no meu cantinho eu tava, no meu cantinho eu vivia, no meu cantinho eu ficava.*

Em busca de uma maior sensação de segurança, os moradores de rua buscam formar pequenos grupos ou grupos mais numerosos, de modo que possam se sentir mais protegidos, especialmente durante as madrugadas.

É comum, nas madrugadas, encontrarmos moradores de rua alocados em alguns espaços da cidade, em grupos que chegam a cerca de 40 pessoas, em cima de colchões velhos, papelão ou mesmo no cimento, sem nenhuma proteção.

Outras vezes, com o mesmo objetivo, buscam passar as madrugadas em ruas que possuem lojas vigiadas por seguranças. Nesses casos, há situações que revelam uma relação de mútua ajuda. É comum o relato dos moradores de rua destacando a aceitação de sua presença noturna próxima às marquises em troca de algum favor.

— *Era muito bom, o pessoal tudo amigo nera... falava comigo, [...] deixava tudo bem limpin, zelava... varria, deixava bem limpin. Aí o pessoal achava bom por causa da limpeza, né?*

Assim, podemos observar que viver na rua requer adequações ao modo de vida da própria rua. Há regras implícitas que muitas vezes diferem dos padrões sociais de um observador externo.

5.2.4 Pernoitando na rua

Os moradores de rua destacam como desvantagem de estar nas ruas o fato de não possuírem condições adequadas e satisfatórias para dormirem. Muitas vezes, relatam que não conseguem dormir tranquilamente porque têm medo de serem mortos ou atacados. Alguns esperam amanhecer para poder dormir, já que durante o dia há mais movimento, o que, para eles, significa mais segurança.

Alguns buscam lugares bem escondidos para que possam dormir com um pouco mais de segurança.

— Sempre tem que ter um lugar certo pra dormir bem escondido porque se tiver outro ali, depois de alcoolizado ele pode até jogar uma pedra na cabeça da gente. É muito perigosa a rua.

A chuva também é outro aspecto muito mencionado nas entrevistas. Dormir ao relento sobre papelões ou embaixo de marquises em tempo de chuva é quase impossível. É o que nos revela o Sr. Sandro (61 anos):

O que o senhor achava pior quando morava na rua?

— A gente não tinha lugar pra dormir... eu dormia era no papelão. Então era difícil a gente arrumar uma construção velha, coisa assim. Na rodoviária não pode dormir. Então... eu tenho certeza que os outros que mora na rua hoje também não gosta da chuva.

E ainda,

— Levando chuva...tinha noite que eu passava a noite em pé na parada do ônibus. Era relâmpago (ele enfatiza bem engrossando a voz), trovão. Nossa!

Além das marquises e das calçadas, servem como locais para pernoite as barracas de praia na orla marítima de Fortaleza ou mesmo os bancos dispostos em todo o calçadão da Avenida Beira-Mar.

Essas várias formas de pernoitar podem ser contempladas na sequência de fotos a seguir. Cada registro fotográfico revela uma faceta do modo de vida de muitos moradores de rua em nossa cidade.

Figura 25. Adolescente dormindo em sua “cama de cimento”, nas imediações da Praia de Iracema, Fortaleza, CE. Brasil.



Eram por volta das 5h30m da manhã quando nos dirigimos ao Centro da cidade e à Avenida Beira-Mar com o objetivo de fazer alguns registros fotográficos.

Não demorou muito e começamos a fotografar. O primeiro registro (foto 25) revela um adolescente que se encontrava no canteiro da Rua Conde D’eu, em frente à Secretaria da Fazenda do Estado. Não havia ainda movimento de carros nas ruas e também não havia transeuntes nas imediações. Havia apenas aquele adolescente sobre sua cama de cimento.

Figura 26. Adolescentes dormindo nas barracas da Avenida Beira-Mar, Fortaleza, CE, Brasil



Continuamos nosso itinerário em direção à Avenida Beira-Mar. Nas proximidades do mercado dos peixes, no final do calçadão, onde cessa o *glamour* da Beira-Mar, encontramos alguns adolescentes dormindo sob a proteção das barracas e no calçadão, como podemos observar nas figuras 26 e 27, respectivamente.

Figura 27. Ser humano dormindo aos “nossos” pés na Avenida Beira-Mar, Fortaleza, CE, Brasil.

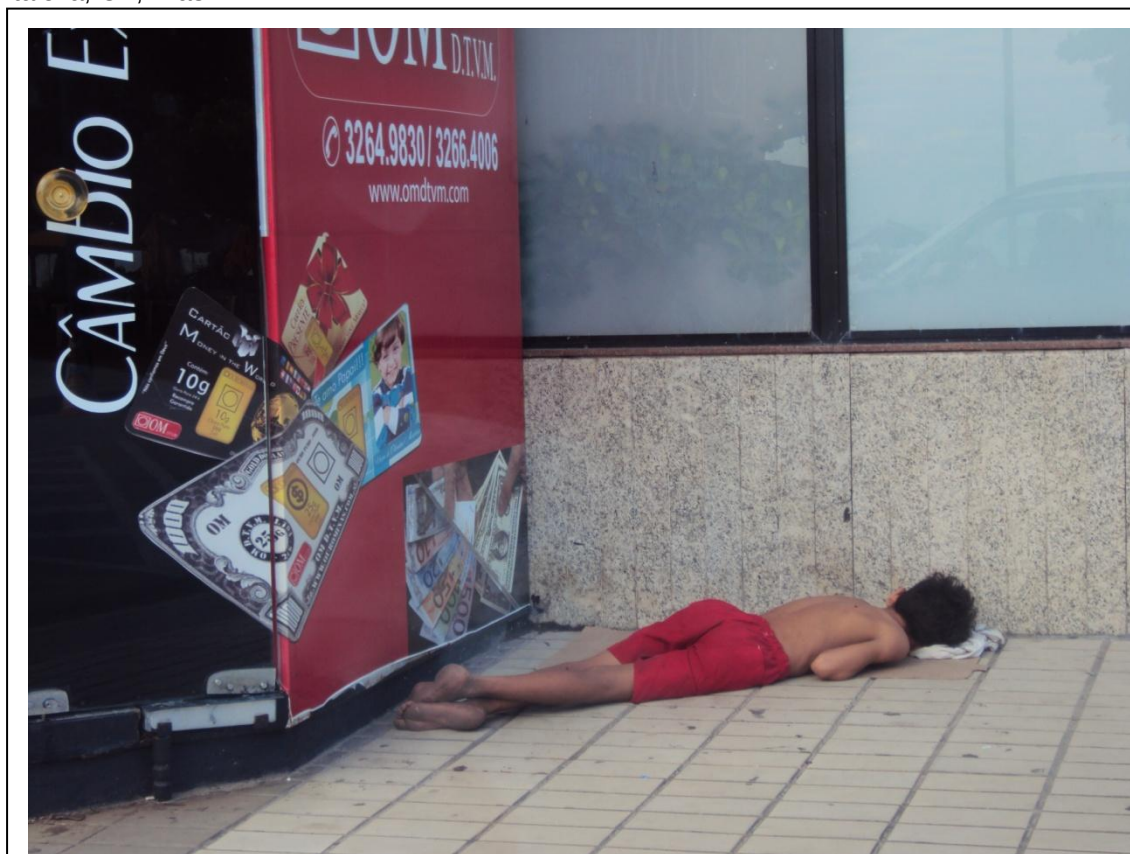


Fonte: Monteiro, Outubro de 2010

Muito nos chamou a atenção esta imagem (Figura 24). Enquanto dois senhores conversavam tranquilamente, havia dois adolescentes que dormiam aos pés deles.

Tal atitude nos remete ao fenômeno psíquico incondicionalmente reservado à metrópole – a atitude *Blasé*. Esta consiste essencialmente na indiferença perante as distinções entre as coisas. Ou seja, as coisas, mesmo sendo percebidas, não são percebidas como significantes (SIMMEL, 1997).

Figura 28. Adolescente dormindo no chão na calçada dos hotéis da Avenida Beira-Mar, no Meireles. Fortaleza, CE, Brasil.



Fonte: Monteiro, Abril de 2011

Na Avenida Beira-Mar, nas imediações do Mcdonalds, muitos moradores de rua se alocam para pernovernar até o amanhecer. Às vezes, podem também ser encontrados dentro dos caixas-rápidos dos bancos naquela área.

5.2.5 O banhar-se

Quando olhamos para um morador de rua, logo o percebemos em seus trajes maltrapilhos, rasgados e/ou sujos; muitas vezes machucados ou com feridas abertas em seu corpo; descabelados e unhas sujas. Enfim, visualmente deprimente.

Na verdade, o modo de vida das ruas não favorece o cuidado com a higiene pessoal. Muitos moradores de rua, quando desejam higienizar-se, buscam artifícios e equipamentos oferecidos nos espaços públicos da cidade.

Assim, os encontramos tomando banho ou lavando suas roupas em torneiras instaladas em algumas praças públicas da cidade ou em lagoas, como a da Parangaba, por exemplo. Os que estão territorializados nas proximidades das praias, utilizam-se do mar para tomar banho.

Quando perguntado como fazia para tomar banho, o Sr. Marcelo (49 anos) nos respondeu:

— [...] eu procurava um lugar e tomava banho. Às vezes eu tomava banho na praia mesmo. Não tinha onde tomar banho. Quando não chovia aí eu tomava banho na praia mesmo.

Alguns conseguiam água por intermédio de pessoas conhecidas:

— Eu usava água e tomava banho de roupa e entrava pra dentro do barracão, trocava de roupa e colocava a roupa molhada pra estender. Tinha pertinho assim num bar que o dono me dava água lá. Eu chegava lá e aí... vim pegar uma aguinha pra tomar um bãim (banho)... Ah, seu Raimundo, pode tirar lá.

Ainda sobre esse aspecto, nos relata o Sr. Sandro (61 anos):

— [...] tomar um banho é muito difícil. A gente fica é um mês, dois meses sem tomar banho porque não tem água. Agora, naquele lugar que a água é fácil então, aí tem uns que gosta de tomar banho todos os dias agora tem outros que não gosta mesmo não. Já acostumou.

Assim, a frequência em relação aos banhos vai depender do desejo do morador de rua em se dispor a banhar-se e dos meios que ele dispõe para isso.

5.2.6 Alimentar-se

“Se tem uma coisa que a gente não passa na rua é fome!”. Escutei com certa surpresa esta afirmação de um dos moradores de rua entrevistados, já que, antes de iniciarmos a pesquisa de campo, tínhamos em nós a ideia de que os moradores de rua passavam fome.

No transcorrer da pesquisa, fomos compreendendo que tal afirmativa era verídica. De fato, se tem uma coisa que os moradores de rua não passam é fome. São vários os meios pelos quais os moradores de rua conseguem alimentar-se.

Alguns usam como recurso o ato de pedir, seja em casas, restaurantes ou lanchonetes nas imediações de onde se encontram. Outros, quando não conseguem pedindo, acabam comprando algo para poderem alimentar-se.

No entanto, merece destaque a existência de ações coletivas de distribuição de alimentos, por entidades ou por particulares. Dessa forma, todos os dias da semana, em determinadas áreas do Centro da cidade, ocorre a distribuição de alimentação, geralmente quentinhas ou o chamado sopão.

Algumas entidades distribuem em locais determinados e fixos; outras distribuem dentro de um sistema de rotas pré-definidas que abarcam várias áreas da cidade.

Durante a pesquisa de campo, tive a possibilidade de acompanhar uma dessas entidades durante a distribuição noturna da alimentação. Foram preparadas em mutirão aproximadamente 150 quentinhas. Saímos por volta das 19h30m com a rota de distribuição já determinada.

Conforme a rota, fizemos uma primeira parada no Centro da cidade, em frente à Acal. Depois descemos para a Praça da Estação, onde fizemos nossa segunda parada. De lá, seguimos no sentido da praia, passando pela Avenida Monsenhor Tabosa até alcançarmos a Abolição. Entramos na Avenida Beira-Mar, onde fizemos nossa terceira parada. Retornamos no sentido do Centro da Cidade, onde fizemos mais duas paradas, na Praça Dom Pedro II, em frente à Catedral Metropolitana, e na Praça Clóvis Beviláqua (Praça da Bandeira). Depois, seguimos no sentido da Rodoviária, onde fizemos uma breve parada. Assim, foram distribuídas todas as 150 quentinhas.

Quando nos aproximávamos, sempre escutávamos os gritos de aviso de que nós já estávamos chegando e sempre nos identificávamos pelo nome da Entidade. Às vezes, observávamos alguns moradores de rua correrem de outros quarteirões em direção a nossa Kombi para pegarem a quentinha.

Este fato nos fez compreender que os moradores de rua sabem o dia, o horário e o local onde serão distribuídos os alimentos durante a semana. Também sabem a entidade ou a iniciativa particular que distribui.

5.3 A Instituição de Acolhimento...

5.3.1 Situando-se

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 227, define que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Pela primeira vez, o Estado Brasileiro enfoca a questão da criança como prioridade absoluta e assume o compromisso de fornecer atenção à família.

Na perspectiva desta mudança de enfoque sobre a criança, é aprovado, pela Lei Nº 8.069 de 13 de Julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Estatuto define que criança é a pessoa com idade até 12 anos incompletos e adolescentes são aqueles com idade entre 12 e 18 anos.

O ECA reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e que, por serem vulneráveis e estarem em situação peculiar de desenvolvimento, merecem proteção integral e especial pela família, pela sociedade e pelo Estado.

Deste modo, introduz o Sistema de Garantia de Direitos. Ou seja, a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente se dará mediante um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados e dos municípios. O Sistema de Garantias de Direitos – SGD está fundado sob o tripé: Promoção de Direitos; Defesa de Direitos e Controle Social. As unidades de Acolhimento Institucional se inserem nos programas de abrigamento, pertencentes ao eixo Promoção de Direitos.

Em relação ao município de Fortaleza, a execução e proposição de políticas públicas na área de crianças e adolescentes estão sob a responsabilidade da Coordenadoria da Criança e do Adolescente (FUNCI). Essa coordenadoria possui programas e projetos voltados para a questão da criança e do adolescente, buscando fortalecer as redes de proteção social e o Sistema de Garantias de Direitos.

Para nossa pesquisa, é relevante o Programa Ponte de Encontro. Dividido em três eixos – Educação Social de Rua, Casa de Passagem e Acolhimento Institucional –, este Programa está voltado às ações diretas com crianças e adolescentes em situação de rua e abrigo.

Os três eixos funcionam de forma integrada. A abordagem de rua é composta por uma equipe de educadores sociais que vão aos espaços públicos em várias áreas da cidade, buscando abordar crianças e adolescentes, realizando atividades de arte-educação para posteriormente encaminhá-los à Casa de Passagem.

A Casa de Passagem é um equipamento de acolhida temporária para onde a criança e o adolescente é encaminhado quando encontrado na rua. Ou seja, é o local onde permanecem até que se encontre uma vaga nas unidades de Acolhimento Institucional.

O Acolhimento Institucional é aquele espaço de acolhida de caráter provisório destinado a adolescentes de ambos os sexos. Objetivam promover e garantir o direito à convivência familiar e comunitária e articular a qualidade de vida com foco na inserção sócio-produtiva e nas relações solidárias.

De acordo com o documento de orientações técnicas do Serviço de Acolhimento para crianças e adolescentes, denomina-se Abrigo Institucional:

o serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.

Para efeito desta pesquisa, Instituição de Acolhimento é a organização em que o morador de rua pode comer e dormir por um determinado período de tempo. Portanto, Instituição de Acolhimento é uma residência temporária.

E há ainda a República como um serviço de acolhimento que oferece apoio e moradia subsidiada a jovens de 18 a 21 anos, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social. Com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados; em processos de desligamento institucional e que não tenham condições de retornar família de origem ou de colocação em família substituta e que não possuam meios para auto-sustentação.

5.3.2 Entrando no campo do Acolhimento Institucional

Seguindo as recomendações do documento acima referido, as Instituições de Acolhimento pesquisadas apresentam aspectos semelhantes ao de uma residência. Nada exteriormente as identifica como espaço de Acolhimento Institucional. Internamente, possuem todos os espaços típicos de uma residência familiar: sala de estar, cozinha, quartos (coletivos) etc.

Estão localizadas em áreas residenciais e buscam manter, na medida do possível, o vínculo dos acolhidos com a comunidade e com a família. Utilizam os equipamentos públicos da cidade quando necessitam de serviços médicos/hospitalares e participam da comunidade educacional frequentando as escolas próximas. Foram verificadas rotinas semelhantes em todas as Instituições de Acolhimento pesquisadas.

Normalmente, as tarefas domésticas são divididas entre os acolhidos e dispostas ao longo do dia. Como parte do programa institucional, são realizadas atividades socioeducativas e acompanhamentos psicoterápicos, ainda que de modo não satisfatório, em vista da frequência reduzida dos atendimentos e da escassez de profissionais que possam realizar atendimento integralmente durante toda a semana.

Quando não é possível realizar essas atividades dentro da instituição, buscam-se meios de o fazer fora da instituição, mediante parcerias com programas e projetos de outras instituições parceiras.

5.3.3 Os desafios

São inúmeros os desafios enfrentados pelas Instituições de acolhimento na cidade de Fortaleza. O primeiro desafio refere-se à manutenção ou ao fortalecimento dos vínculos familiares.

De acordo com as diretrizes que regem o Acolhimento Institucional, não se devem separar crianças e/ou adolescentes com vínculo de parentesco. E as instituições devem estar organizadas de modo que possibilitem o atendimento conjunto de crianças e adolescentes com vínculo de parentesco, mesmo que sejam de faixas etárias distintas e de ambos os sexos.

No entanto, durante a pesquisa, não foi encontrada nenhuma instituição mista. Ou seja, as instituições de acolhimento presentes na cidade de Fortaleza são destinadas exclusivamente ao sexo masculino ou ao sexo feminino. Além disso, são divididos por faixas etárias.

No decorrer da pesquisa, alguns dos entrevistados relataram que possuíam irmãos/irmãs em outras instituições de acolhimento. Essa constatação fere o que define o Estatuto da Criança e do Adolescente em relação à preservação dos vínculos familiares.

Há, ainda, em relação à preservação ou ao fortalecimento dos vínculos familiares, o fato de que é frequente a presença de moradores de rua não naturais de Fortaleza nas Instituições de Acolhimento e que possuem família em outras localidades. O dispêndio para favorecer o contato com a família é significativo, especialmente para instituições que dependem exclusivamente de verbas públicas ou de projetos não-governamentais.

O segundo, embora reflita também na questão do vínculo familiar, está muito mais associada à drogadição e justifica o pouco tempo de permanência contínua em uma mesma instituição de acolhimento.

Tabela 6. Tempo de permanência nas Instituições de Acolhimento da cidade de Fortaleza, CE, Brasil

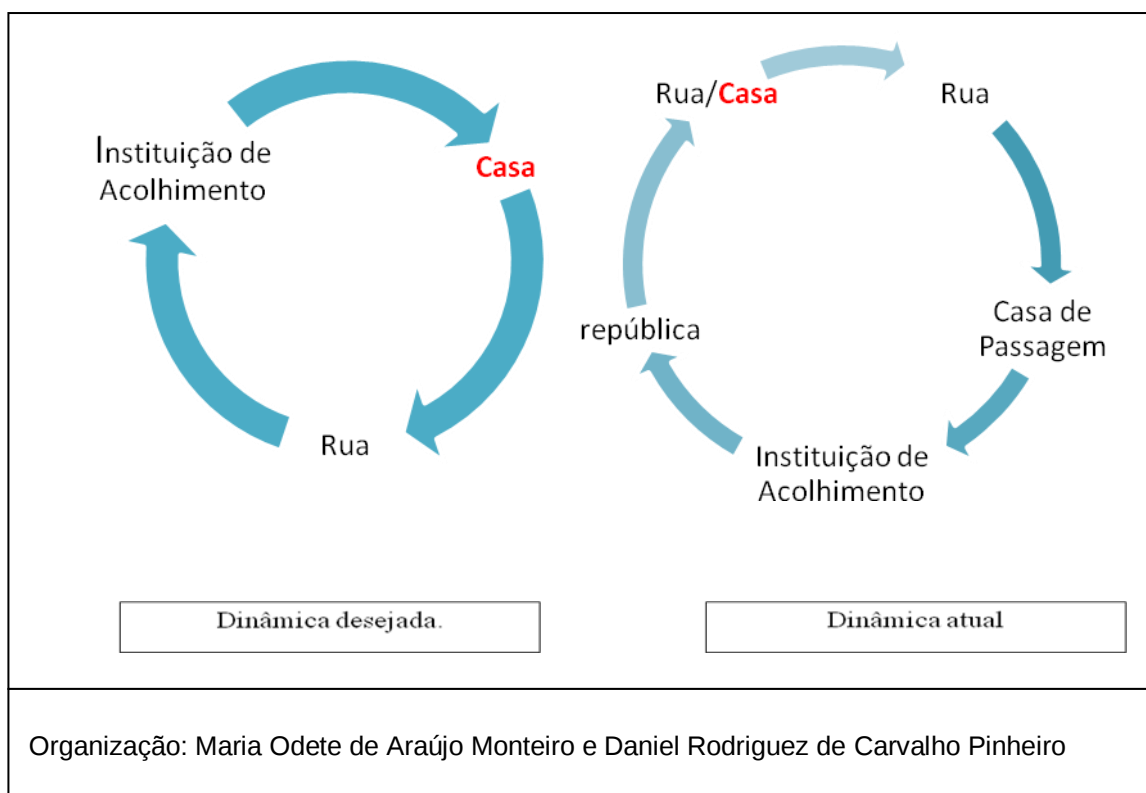
Tempo (anos)	Nº	%
0 – 1	5	38
1 – 2	2	15
2 – 5	1	8
Mais de 5	3	23
Indefinido	2	16
Total	13	100

Fonte: Pesquisa Direta

As evidências sugerem que o morador de rua passa pouco tempo nas instituições de acolhimento: mais de 1/3 deles passa menos de 1 ano. Para o morador de rua, o abrigo é um lugar sem graça, onde ele deve habituar-se às regras e normas e ainda abster-se do vício. A permanência em uma instituição é, na maioria das vezes, intercalada por períodos na rua, seguidas de novo acolhimento institucional.

A partir dessa constatação, foi possível vislumbrar dois processos, conforme figura 29: o primeiro deles refere-se àquilo que seria a dinâmica desejada, onde o morador de rua retornaria ao convívio familiar; e o segundo refere-se à dinâmica verificada atualmente, onde o morador de rua passa por vários equipamentos institucionais, não lhe garantindo necessariamente o seu retorno ao convívio familiar.

Figura 29. Modelo esquemático do percurso dos moradores das ruas em situação de Acolhimento Institucional.



A questão torna-se ainda mais desafiadora na medida em que as Instituições de Acolhimento deparam com a dificuldade de encontrar na cidade clínicas públicas para tratamento de dependência química. E se a busca for para pessoas do sexo feminino, torna-se quase impossível encontrar.

Em todas as instituições que foram pesquisadas e que se destinam a atender adolescentes, verificou-se índice alarmante de adolescentes ameaçados em suas comunidades, devido às dívidas de drogas a traficantes. Instituições que originalmente destinavam-se a receber moradores de rua, hoje, se veem na necessidade de alargar o perfil do público a ser atendido, para responder à demanda enviada por ordem judicial.

Essa é uma situação delicada, especialmente quando se busca iniciar um processo de reinserção do adolescente na família. A questão parece ser como reinserir um adolescente dependente químico no ambiente familiar de origem se este mesmo ambiente possui situações relacionadas ao uso de drogas?

Todas as condições o levarão a recair no vício, especialmente se ele não conseguiu ou não aceitou um tratamento de desintoxicação química. Como inseri-lo no convívio comunitário por meio do acesso às escolas públicas se nestas escolas também estão presentes as drogas?

Especificamente nas instituições pesquisadas que atendem ao público adolescente, foi verificado, por meio dos relatórios institucionais, que há envio, por parte do Juizado, de adolescentes egressos do sistema penal. Fato que desrespeita o perfil das Instituições e gera conflitos de convivência entre os adolescentes acolhidos.

Com as mudanças no ECA em 2009, a responsabilidade do Acolhimento Institucional foi repassada para o Juizado da Infância com regras específicas. Nesse sentido, somente o Juizado pode encaminhar um adolescente a um abrigo. Por este motivo, as Instituições de Acolhimento enviam mensalmente ao Juizado um relatório de cada adolescente periodicamente.

Outro fato associado à relação Juizado *versus* abrigo refere-se às guias de acolhimento e ao retorno do adolescente à família. Nesse caso, a guia de acolhimento deve acompanhar cada envio de adolescente às unidades de acolhimento, fato que, muitas vezes, não acontece.

Para que os adolescentes retornem às suas famílias, é necessária a autorização do Juizado. O fato é que, em muitos casos, segundo dados fornecidos nos relatórios das instituições, o tempo entre a solicitação da instituição e a liberação do adolescente se torna muito longo.

Há relatos de que, às vezes, se chega a esperar até seis meses para que o juiz autorize o retorno do adolescente ao convívio familiar. Se por um lado o ECA estabelece que o convívio familiar é um direito da criança e do adolescente, por outro, o órgão responsável pela infância e adolescência parece não priorizar tal direito.

O terceiro desafio refere-se à baixa escolaridade. Parcela significativa dos moradores de rua pesquisados possuía apenas nível fundamental menor. Essa baixa escolaridade será fator limitante da possibilidade de serem incluídos em programas de inclusão produtiva ou mesmo em programas voltados para a formação profissional.

Em alguns casos, a inclusão dos moradores de rua nesses programas é limitada tanto pela baixa escolaridade quanto pela idade, já estes programas possuem perfis definidos.

Apesar das dificuldades enfrentadas, não falta no coração do morador de rua a esperança.

— [...] eu tô aqui porque eu preciso, eu tenho que terminar meus estudos, eu parei na terceira série [...] eu vou aprendendo aos poucos pra quando eu crescer, eu fazer uma faculdade... terminar de fazer minha faculdade, arranjar meu emprego e ter minha casinha. Porque se eu lutar por isso eu vou conseguir.

As esperanças estão associadas a terminar os estudos, conseguir um emprego e ter a própria casa para morar. A realização de suas esperanças depende de ações integradas desenvolvidas com o empenho de todos, quer sejam governamentais ou não.

Destacamos que os moradores das ruas estão inseridos em uma situação social adversa, não sendo alcançados pelas ações governamentais de modo eficaz.

CONCLUSÕES

Nos últimos três anos, o número de moradores de rua na cidade de Fortaleza cresceu seis vezes, embora ainda não exista dado oficial do número exato da quantidade de pessoas que vivem atualmente nas ruas de nossa cidade.

Os resultados da pesquisa que ora realizamos demonstram que as famílias de origem dos moradores de rua são caracterizadas por serem monoparentais – tendo como referência a figura feminina – ou recombinações, com predominância da figura do padrasto. São famílias com baixo índice de escolaridade e envolvimento no uso e/ou tráfico de drogas.

Merece destaque especialmente o uso de drogas pelos adolescentes. É alarmante o número de adolescentes ameaçados em suas comunidades por causa de dívidas de drogas com os traficantes. Ameaçados e, portanto, não podendo permanecer em suas comunidades sob o risco de serem mortos, acabam fugindo para as ruas da cidade. Assim, podemos inferir que há moradores de rua que possuem casa e família, mas o vício e as drogas são mais fortes, funcionando como um dos fatores motivadores da fragmentação dos vínculos familiares.

O uso das drogas e do álcool são dois aspectos presentes na vida dos moradores das ruas e permeiam suas vidas em seu modo de viver nas ruas.

Os dados sugerem que os moradores das ruas preferem perambular por áreas mais urbanizadas e dinâmicas da cidade. Assim, a paisagem onde estão presentes os moradores das ruas caracteriza-se pela presença da riqueza, visualizada em construções de alto padrão econômico, boa infraestrutura de serviços e equipamentos urbanos. Em áreas mais dinâmicas, a paisagem caracteriza-se pela presença do comércio varejista associado ao grande fluxo de transeuntes.

Nessas áreas, os moradores das ruas constroem territorialidades qualificadas como territorialidades flexíveis. Tais territorialidades são construídas no/pelo movimento de sua rotina cotidiana em busca da sobrevivência. No seu perambular diário, suas territorialidades vão sendo tecidas, quer em sua temporalidade diurna quer noturna. Tais territorialidades são flexíveis na medida em que podem ser construídas, dissolvidas e/ou reconstruídas a cada variação dos movimentos cotidianos, resultantes de novas práticas diárias.

Essas práticas diárias podem ser apreendidas nas peculiaridades do modo de vida dos moradores das ruas, que se caracteriza pela dinamicidade de suas atividades. O morador de rua tem o seu dia intercalado pela busca da satisfação de suas necessidades diárias e imediatas. Ou seja, para cada um deles, basta a refeição de agora... Basta o dia de hoje. A busca pela sobrevivência está associada à satisfação de sua necessidade imediata. O tempo destinado ao ato de pedir esmolas ou de trabalhar está condicionado à aquisição do necessário para saciar a fome ou o vício.

Ao contrário do que o senso comum possa imaginar, o morador de rua não é necessariamente o que Marx denominou de “lupem proletariado”. Muitos trabalham, exercendo atividades como catadores de resíduos sólidos, flanelinhas ou outras atividades precárias que possam lhes garantir a sobrevivência e/ou o vício.

Os moradores das ruas têm muitos lugares de origem. Não são migrantes fugidos de guerra ou desastres naturais. Não raro foram aqueles que são de outras cidades do Brasil, quais sejam: Natal, Brasília, São Paulo entre outras. Ou, às vezes, fugiram de uma casa na mesma cidade.

Alguns, em seu itinerário de vida, alcançam as unidades de acolhimento. Tais unidades buscam reproduzir a mesma rotina vivida no ambiente familiar, apresentando aspectos semelhantes aos de uma residência. Assim, foram verificadas rotinas semelhantes em todas as Instituições de Acolhimento pesquisadas.

Como parte do programa institucional, são realizadas atividades socioeducativas e acompanhamentos psicoterápicos, ainda que de modo não satisfatório, em vista da frequência reduzida dos atendimentos e da escassez de profissionais que possam realizar atendimento integralmente durante toda a semana.

São muitos os desafios enfrentados pelas instituições de acolhimento, e a possibilidade de superá-los parece-nos que ultrapassa a capacidade organizacional das instituições e requer o empenho de todos em ações integradas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA (Brasil). **Critério de Classificação Econômica Brasil**. Disponível em: <www.abep.org>. Acesso em: 05 jun. 2011.

ARAÚJO, Maria Neyára de oliveira. **A miséria e os dias** – história social da mendicância no Estado do Ceará. São Paulo: USP, 1996 (tese de doutorado).

BAUMAN. Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BERNAL, Maria Cleide Carlos. **A metrópole emergente**: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC/Banco do Nordeste do Brasil S.A., 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n.º 8.069/90. 1.º ed., Salvador: Egba, 2005.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 19 ago. 2011.

_____. Instituto do Desenvolvimento do Trabalho. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa Projovem**. Disponível em: <<http://www.projovem.gov.br>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

_____. Ministério da Educação. **Programa Brasil Alfabetizado**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Primeiro Passo**. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

_____. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2008)**. Disponível em <http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario_executivo_pop_rua.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2010.

_____. Secretaria Extraordinária de Superação da Extrema Pobreza. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Brasil sem miséria**. Disponível em: <<http://www.brasilsemmiseria.gov.br/>>. Acesso em: 5 jun. 2011.

CABRAL, L. O. **A paisagem como campo de visibilidade e de significação**: um estudo de caso. Espaço e cultura, Rio de Janeiro, n. 13, p. 47-62, jan./jun.2001.

CABRAL, Luciana Francisca. A rua no imaginário social. **Scripta Nova. Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194(60). Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-60.htm>> [ISSN: 1138-9788].

CARLEIAL, Adelita Neta; ARAÚJO, Ana Maria Matos (orgs). **Atlas de Fortaleza 2000**. Fortaleza: EDUECE, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2008.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**: uma crônica do salário. 9. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 611 p. Tradução de Iraci D. Poleti.

CASTRO, L. R. **A Aventura urbana: crianças e jovens no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras / Faperj, 2004.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Secretaria do Planejamento e Gestão. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório do Estado do Ceará 2010. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

CENTRO JOSUÉ DE CASTRO. **Desafios da gestão municipal democrática**; Fortaleza - 1993/1996. Recife/São Paulo: Instituto Polis, 1998.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; FERNANDES, Laura Mary Marques. A região metropolitana de Fortaleza. In: SILVA, José Borzacchiello da. (org.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: edições Demócrito Rocha, 2007. Cap.16, p. 383 -410.

_____. Luzia Neide Menezes Teixeira. O turismo nos discursos, nas políticas e no combate a pobreza. São Paulo: Annablume, 2006.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L. E ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p.92-122.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade”. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, José Borzacchiello da. (org.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: edições Demócrito Rocha, 2007. Cap. 3, p. 51 -100.

DANTAS, Eustógio; COSTA, Maria Clélia Lustosa. (Orgs.). **Vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Fortaleza**. Fortaleza: UFC, 2009.

EM TRÊS ANOS, número cresce seis vezes na Capital. **O povo on line**. Fortaleza, 16. ago.2011. Disponível em: <<http://www.opovoonline.com.br>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: ensaios da geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. As razões de uma cidade: conflito de hegemonias. Fortaleza: Stylus comunicações, 1991.

SOARES, E. Lucro do Bradesco cresce 25,1% em 2010. O Povo, Fortaleza, p. 20, 1 fev. 2011.

MACPHERSON, C.B. **A teoria do individualismo possessivo**: de Hobbes até Locke. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

MARTINS, José de Souza. O problema das migrações no limiar do terceiro milênio. In: SPM – Serviço Pastoral dos Migrantes et al. (orgs). **O fenômeno migratório no limiar do 3^a milênio**. Desafios pastorais. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MATOS, A. M. y NETO, A. Opulência e Miséria nos Bairros de Fortaleza. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(030). <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(030\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(030).htm)> [ISSN: 1138-9788]

MEINIG, Donald W. O olho que observa: dez visões sobre a mesma cena. **Espaço e cultura**, UERJ, n. 13, p. 35-46, jan./jun. 2002.

PEQUENO, Renato. Observatório das Metrôpoles. **Como anda Fortaleza**. Fortaleza: Letra Capital, 2009.

PINHEIRO, Daniel Rodriguez de Carvalho. Dois dias e uma noite: notas para a diagnose socio turística da força-sem-trabalho em jijoca de jericoacora. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T.; LIMA, Luiz Cruz. **Turismo Comunitário e responsabilidade Socioambiental**. Fortaleza: Eduece, 2003. p. 45-59.

RIBEIRO, Janille Maria Lima. **Laços afetivos que (des)ligam famílias, adolescentes e abrigos**. 2008. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

ROCHA, Nayara Maria Moura. **Em busca do lixo...catadores de recicláveis na paisagem de Fortaleza/ CE: Trabalho e territorialidades**. 2008. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso de Posse. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 19 ago. 2011.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, Elizete Américo. **Espaços públicos e territorialidades: as Praças do Ferreira, José de Alencar e Passeio Público**. 2006. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

SILVA, José Borzacchiello da. A região metropolitana de Fortaleza. In: SILVA, José Borzacchiello da. (org.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: edições Demócrito Rocha, 2007. Cap. 4, p. 101 -124.

SIMMEL, Georg. A Metrópole e a vida do espírito. In: FORTUNA, Carlos. (Org.). **Cidade, Cultura e Globalização: Ensaio de Sociologia**. Oeiras, Portugal: Celta, 1997.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 77-116.

V FÓRUM URBANO MUNDIAL. O Direito à Cidade: Unindo o Urbano Dividido. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.unhabitat.org>. Acesso em: 20.ago.2011.

VIEIRA, Daniel de Souza Leão. Paisagem e imaginário: contribuições teóricas para uma história cultural do olhar. **Revista de História e Estudos Culturais**. Julho/Agosto/Setembro de 2006, vol. 3, Ano 3, núm. 3. <<http://http://www.revistafenix.pro.br>> [ISSN: 1807-6971].

ZANELLA, José Luiz. **O Trabalho como princípio educativo do ensino**. 2003. 319f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

APÊNDICES

Apêndice I



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CCT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Local da Entrevista:

Nome do Entrevistado:

Data da Entrevista:

ROTEIRO DE ENTREVISTA PAUTADA PARA OS MORADORES DE RUA

1. Tempo-espaço

- 1.1. Desde quando está aqui?
- 1.2. Onde é seu lugar na casa?
- 1.3. Quais seus planos para o ano que vem?

2. Distância percorrida até o abrigo.

- 2.1. Onde você estava antes daqui?

3. Força propulsora inicial e final.

- 3.1. O que te fez vir para o abrigo?
- 3.2. E para a rua?
- 3.3. E antes?

4. Stop-Go (Paradas e idas).

- 4.1. Quais os ganhos (vantagens) de estar na rua?
- 4.2. Quais as perdas (desvantagem) da rua?
- 4.3. Tem alguma fonte de rendimento?

Apêndice II



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CCT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



ROTEIRO DE ENTREVISTA PAUTADA PARA COORDENADOR DE INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

1. Estrutura física e humana da Instituição
 - 1.1. Como surgiu a Instituição?
 - 1.2. Qual o perfil da instituição?
 - 1.3. Quais os profissionais que atuam na instituição?
 - 1.4. Como a instituição atua junto aos acolhidos?
2. O acolhimento
 - 2.1. Como se dá o processo de acolhimento na Instituição?
 - 2.2. Há uma idade limite para a permanência na instituição? E depois?
 - 2.3. Quais os maiores desafios enfrentados no acolhimento institucional?
3. Os acolhidos
 - 3.1. Quais os motivos que os trouxeram à instituição?
 - 3.2. Quantos estão aqui por motivos de ameaça na comunidade?
 - 3.3. Quantos já passaram por outras instituições anteriores?

Apêndice III



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CCT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



TERMO DE LIVRE ESCLARECIMENTO E CONSENTIMENTO

Estamos realizando uma pesquisa que tem como objetivo descrever a dinâmica dos moradores das ruas da cidade de Fortaleza, CE, Brasil. Tal estudo prevê a participação de adolescentes do sexo masculino e feminino, com idade a partir dos 16 anos, e adultos de ambos os sexos, que estejam em situação de rua ou que tenham morado ao menos três ou mais dias nas ruas de Fortaleza. Prevê também a participação de pessoas que estejam à frente de Instituições que abriguem moradores de rua. As entrevistas serão gravadas e a duração delas será de quarenta e cinco minutos a no máximo uma hora e meia, podendo ser realizadas de 2 a 4 entrevistas com cada participante. Os dados obtidos serão mantidos em sigilo, e as informações serão utilizadas somente para fins de pesquisa, sem identificação do nome dos participantes.

Os participantes poderão solicitar esclarecimentos sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa; podendo interromper sua participação, a qualquer momento, sem que isto lhe traga prejuízo.

Ir. Maria Odete
Mestranda

Prof. Dr. Daniel Pinheiro
Orientador

Concordo em participar do presente estudo, bem como autorizo, para fins exclusivamente desta pesquisa, a utilização de anotações e gravações realizadas comigo.

Data: ____________

Assinatura do Participante

Apêndice IV



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CCT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Para um melhor desenvolvimento e confiabilidade da pesquisa, faz-se necessária a obtenção prévia dos seguintes dados institucionais:

1. Adolescentes e adultos (se houver) atendidos na Instituição.
2. Adolescentes maiores que 16 anos e adultos (se houver) atendidos na Instituição.
3. Destes, quantos estão em situação de rua ou que já tenham morado ao menos três ou mais dias nas ruas de Fortaleza.
4. Adolescentes e adultos (se houver) desligados por retorno à família.
5. Adolescentes e adultos (se houver) desligados por transferência.
6. Adolescentes e adultos (se houver) desligados por evasão.
7. Adolescentes e adultos (se houver) engajados no mercado de trabalho.
8. Adolescentes e adultos (se houver) engajados na escola formal.
9. Adolescentes e adultos (se houver) engajados na iniciação profissional.
10. Fontes de Financiamento da Instituição.
11. Predominância dos municípios de origem dos atendidos na Instituição.
12. Predominância dos bairros de origem dos atendidos.
13. Principais motivações alegadas para estarem na condição de atendidos pela Instituição.

Contato:

Ir. Odete: (85) 3225.1086 ou (85) 3292.3403

ANEXOS

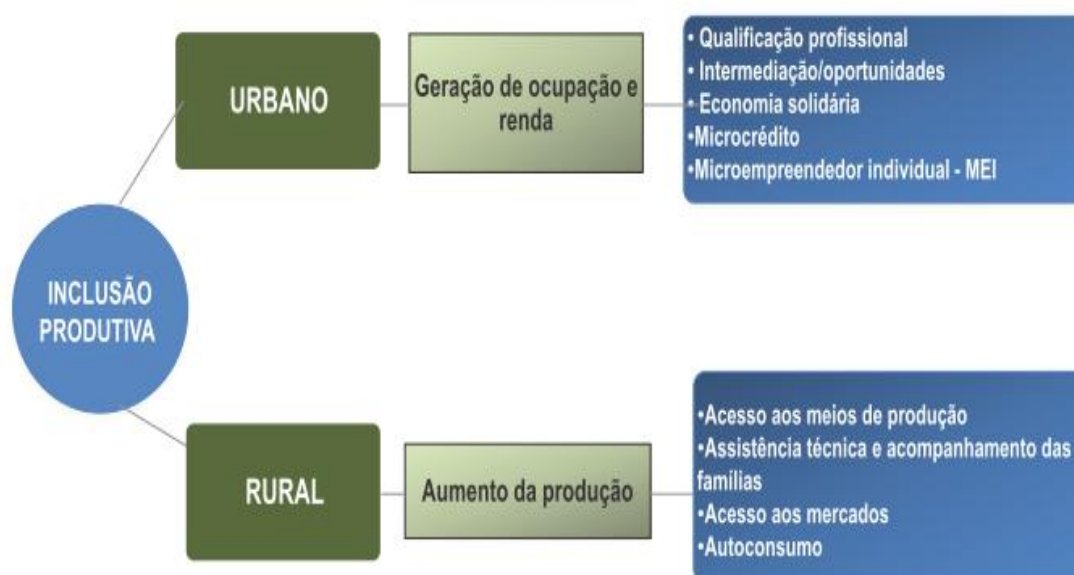
ANEXO A



ANEXO B

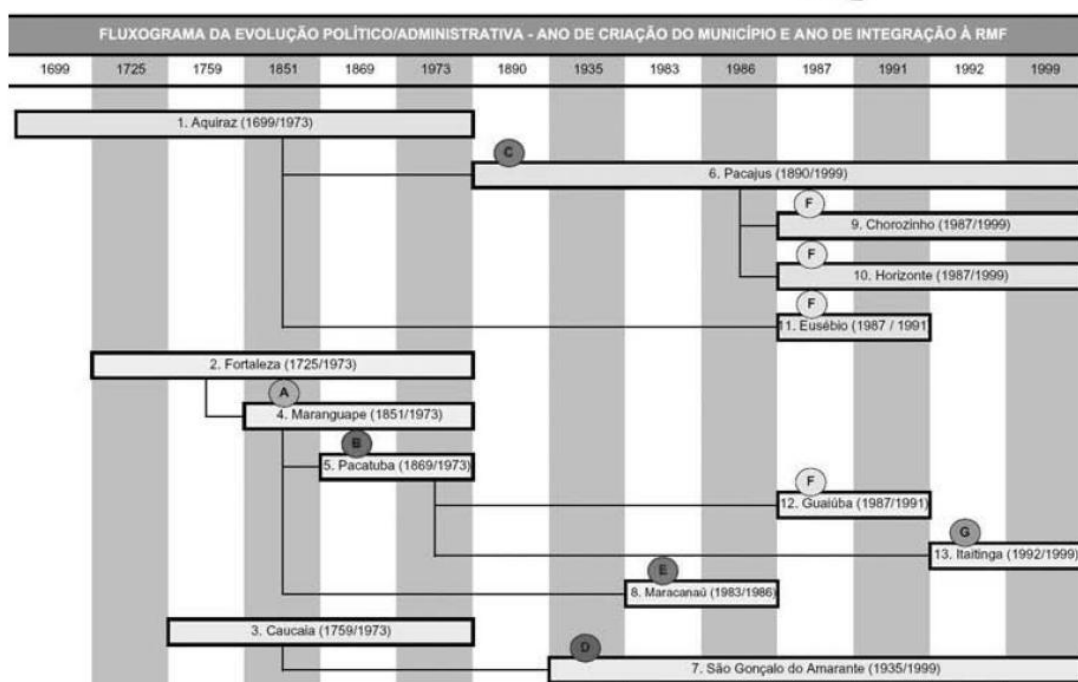
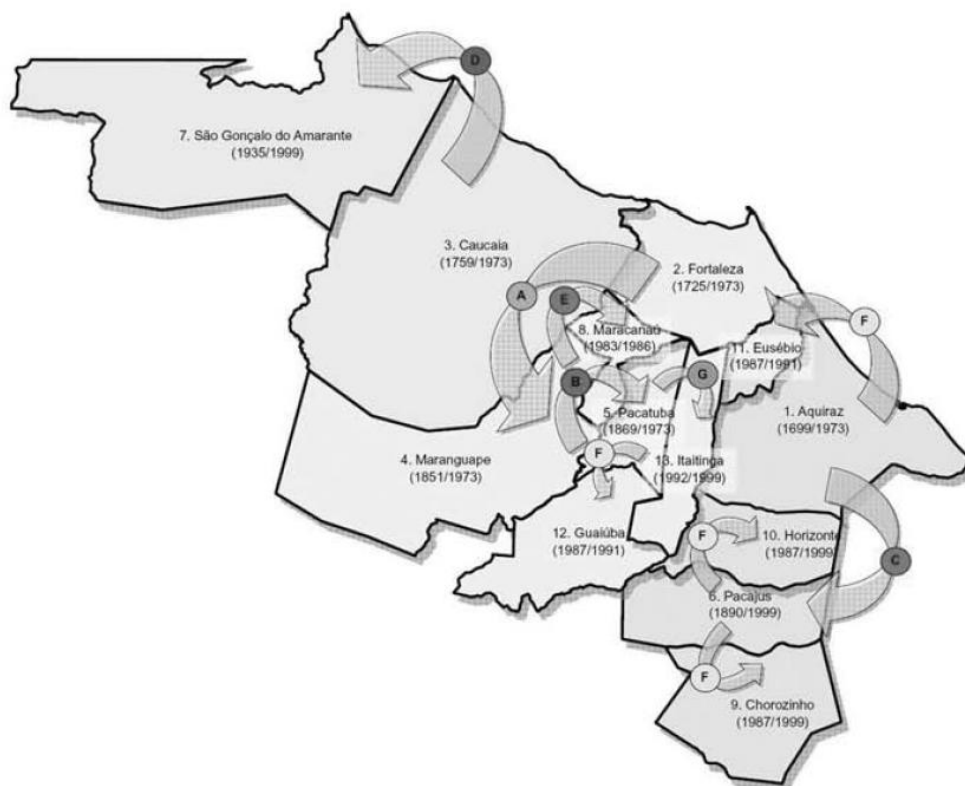
Inclusão Produtiva

Aumentar a produção no campo, gerar ocupação e renda na cidade



ANEXO C

Mapa da Evolução Político-administrativa: Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza



Fonte: IPLANCE apud Pequeno (2009)